

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**TRICUNAL PLENO**
TRIBUNAL PLENO1º VOLUME

Relator, o Senhor Ministro

JOSÉ AJURICABA**RECURSO ORDINÁRIO**EM
DISSÍDIO COLETIVO
6ª. REGIÃORECORRENTE S: ☒ DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS - FININVEST S/A;
☒ LOSANGO S/A - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MO
BILIÁRIOS E SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DESEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔN
MOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE
PERNAMBUCO.Advogado Drs. Manoel Cavalcanti de Sá Netto, Jamerson de Oli
veira Pedrosa e Nailton Max de Brito;
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITARECORRIDOS LIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO
E OUTRAS.Advogado Dr. Fernando Antonio Pereira Lins (Adv. 2º Recdo.)



JUSTIÇA DO TRABALHO

PAUTA DE JULGAMENTO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

DIAS: 07/06/84

PERNAMBUCO

PROC. N.º TRT 44/83

PAUTA DE JULGAMENTO

S: 31/05/84

PLENO

DISSÍDIO COLETIVO

DISTRIBUIÇÃO

ante SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SE-
PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS
GUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PER-
CO.

Hamilton Nêax de Brito e Brito

do(s) SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS
TALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DAS
ORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO
AS (24) EMPRESAS.

cia RECIFE - PE.

JUIZ HENRIQUE MESQUITA

R:

R:

Clóvis Corrêa

iz

AUTUAÇÃO

Aos 16 dias do mês de dezembro
de 1983, na cidade de Recife.

ALCADO EM
16.08.84



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

EXMO.SR.DR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 6ª REGIÃO

Tribunal Regional do Trabalho	
6ª REGIÃO	
Livro	Folha
Proc. 44/83	Classe
Data: 16-12-83	Hora: 15:40h
Serv. Cadast. Processual	

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, representado neste ato, vem suscitar DISSÍDIO COLETIVO, contra o

- ✓ 01) Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco
Av. Guararapes nº 154 - 13º andar - Santo Antonio
- ✓ 02) Sindicato dos Corretores de Seguros Privados no Estado de Pernambuco
Av. Dantas Barreto nº 164 - 13º andar Stº Antonio
- ✓ 03) Lôbo Soares Corretora de Valores Mobiliários Ltda
Av. Domingos Ferreira nº 2.769-Boa Viagem - Recife
- ✓ 04) Econômico S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Rua da Concordia nº 272/278 - 1º andar - Recife
- ✓ 05) Econômico S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários
Rua da Concordia nº 272/278 - 1º andar - Recife
- ✓ 06) Mercantil de Pernambuco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Rua do Imperador nº 307 - 7º andar - Recife-PE
- ✓ 07) Lins Câmbio Corretores Ltda
Av. Guararapes nº 203 - Loja 4 - Recife-PE

EMBRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

- ✓ 08) Caminha Franco Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. Rio Branco nº 243 - Recife-PE
- ✓ 09) Codira Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários
Av. Dantas Barreto nº 564 - 1º andar - Sala 101
- ✓ 10) Dubeux Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Av. Marques de Olinda nº 200 - Sala 303/305-Recife
- ✓ 11) Mesbla Distribuidora
Av. Dantas Barreto nº 1.200 - 3º andar - Recife
- ✓ 12) Aymoré Distribuidora de Valores Mobiliários
Rua do Imperador D. Pedro II nº 382 - Recife
- ✓ 13) Distrivolks S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Rua Dr. José Maria nº 481 - Rosarinho - Recife
- ✓ 14) Crefisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. Marques de Olinda nº 126 - 2º andar - Recife
- ✓ 15) Bozano Simonsen S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Rua Engº Ubaldo Gomes de Matos nº 53 - 7º andar
- ✓ 16) Metropolitana S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Rua 1º de Março nº 45 - Recife - PE
- ✓ 17) Distribuidora de Valores Mobiliários Fininvest
Rua Diário de Pernambuco nº 90 - Recife
- ✓ 18) Seleção Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Rua da Palma nº 266 - Recife
- ✓ 19) Montreal Bank S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

- ✓ 20) Banorte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Marques de Olinda nº 222 - Recife
- ✓ 21) Banorte Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. Marques de Olinda nº 222 - Recife
- ✓ 22) Distribuidora General Motors S.A. Títulos e Valores Mobiliários
Av. Domingos Ferreira nº 1.920 - Recife
- ✓ 23) Logicred Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. Dantas Barreto nº 576 - 5º andar - Conj 601/602
- 24) Dinaris Corretora de Valores Mobiliários Ltda
Rua Sete de Setembro nº 42 - 1º andar - Recife
- 25) Lozango S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Rua Estreita do Rosário nº 210 - 4º andar
- 26) Bantrial Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
Av. Marques de Olinda nº 182 - Recife.

1. De conformidade com a autorização da Assembléia Geral da Categoria Profissional, previamente convocada por Edital (doc.junto), postula o Sindicato suscitante reajustar os salários dos empregados que integram a categoria profissional, por ele representada, bem como transformar, sem prejuízo das regras velhas e tradicionais já incorporadas ao acervo de conquistas da Categoria Profissional, em cláusulas normativas as reivindicações consignadas no corpo da Ata da referida Assembléia, devidamente justificadas no incluso "Projeto de Acordo", que passa a fazer parte integrante desta Ação, as novas condições laborais que complementam aquelas já inseridas nos acordos anteriores.

pmal

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

2. Convém ainda sublinhar que as Cláusulas 1ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª, 41ª e 42ª, já constam dos instrumentos precedentes, estando definitivamente incorporadas ao patrimônio Jurídico da Categoria Profissional, não podendo serem suprimidas, razão pela qual o suscitante limitou-se, nesta oportunidade, a mantê-las com modificações de forma e não de fundo.

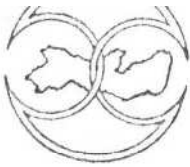
3. As demais cláusulas, consubstanciam reivindicações plenamente aceitáveis particularmente no que pertine à garantia do emprego, contra a troca de mão de obra mais valorizada pela desvalorizada em detrimento do mercado do trabalho, à eliminação de distorções salariais, provocadas pelo descompasso entre o índice do aumento normativo e o p índice do salário mínimo superveniente, à preservação e ampliação dos institutos vinculados à higiene e à segurança do trabalho, à integração do empregado na empresa, através de adicionais que estimulem a manutenção do vínculo empregatício e eliminem ou minorem a rotatividade de mão de obra qualificada, além de outras que dizem de perto à própria convivência harmoniosa entre capital e trabalho, através de consulta e discussão dos problemas comuns pelos representantes reconhecidos de empregados e empregadores.

4. Nestas condições, espera o Sindicato suscitante seja composto o presente Dissídio Coletivo / nos moldes acima mencionados, para vigorar a partir de 01.01.1984.

Recife, 16 de Dezembro de 1983.

Manoel

EMBRANCO



Recife, 24 de novembro de 1983.

Senhores Empregadores

Tendo em vista a necessidade de renovarmos a nossa Convenção Coletiva em vigor, temos a satisfação de lhes encaminhar a nossa proposta para a nova Convenção, conforme foi aprovada pela Assembléia Geral da Categoria, realizada no dia 22 do mês em curso.

Certamente V.Sas., não estranharão o cuidado e a franquesa com que fundamentamos os nossos pedidos.

Isto decorre do fato de que, para nós, tanto quanto para V.Sas. é fundamental o crescimento e a prosperidade das empresas. Reivindicamos o que elas nos podem conceder sem prejuízo do seu crescimento. Queremos apenas salários justos e condições de trabalho dignificantes. Queremos também a segurança que nos permita andar de cabeça erguida, sem o terrível medo do desemprego.

Cremos que estas são também preocupações de todo empresário esclarecido.

Somem o alcance das nossas reivindicações, avaliem em quanto elas irão diminuir as parcelas dos lucros das empresas e ponderem que essa parcela mínima de que V.Sas. irão abrir mão, não se justifica pelo clima novo que se introduzirá na Empresa, pela nova dimensão que se dará ao trabalhador Securitário.

PROPOSTA DE CONVENÇÃO COLETIVA
DE TRABALHO

CLÁUSULA PRIMEIRA

A partir de 1º de janeiro de 1984, as Empresas de Seguros Privados e Capitalização estabelecidas no

EM BRANCO

no Estado de Pernambuco, concederão aos seus empregados, integrantes da categoria profissional dos Securitários, a correção semestral automática dos salários a que se refere a Lei nº 6.708, de 30.10.79, alterada pelo Decreto Lei nº 2.065, aplicando aos salários vigentes em 01 de julho de 1983, o INPC fixado para o mês de janeiro de 1984.

CLÁUSULA SEGUNDA

As Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco, representadas pelo seu Sindicato, concederão aos seus empregados, integrantes da categoria profissional dos Securitários, um abono de emergência no valor de 19,5%, além do INPC aplicado na forma da cláusula anterior.

JUSTIFICATIVA

A reivindicação contida nesta cláusula, não se prende a aumento real de salário, mas a recomposição da perda do Poder Aquisitivo dos empregados.

Conforme apurado pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE, "Nenhuma outra atividade econômica, fora do setor financeiro, cresceu tanto quanto o setor segurador brasileiro. Muito ao contrário, regra geral, verificou-se uma queda real na economia, com o PIB (Produto Interno Bruto) apresentando um resultado negativo.

Vejamos agora o que ocorreu no 1º semestre de 1983:

1. Aprofunda-se a crise econômica no Brasil, em função de uma política de subordinação ao FMI e aos banqueiros internacionais.

2. As Companhias Seguradoras continuam em franca expansão, com crescimento patrimonial e lucratividade excepcionais.

1. Apoiando-se a crise econômica no Brs
sai, em função de uma política de superação ao FMI e
aos padrões internacionais.
2. As Companhias Seguradoras continuam em
franca expansão, com crescimento patrimonial e lucrativ
dade excepcionais.

1. Apoiando-se a crise econômica no Brs
sai, em função de uma política de superação ao FMI e
aos padrões internacionais.
2. As Companhias Seguradoras continuam em
franca expansão, com crescimento patrimonial e lucrativ
dade excepcionais.

letim Informativo da FENASEG, de 26.09.83 nº 730.

"O Patrimônio Líquido das Comapnhias Segu_radoras, no primeiro semestre de 1983 cresceu, em termos reais 9,7%, conseguindo ma_is uma vez vencer a inflação. Foi registra_do um desempenho equivalente a Cr\$ 448 Bi_lhões, contra 189,1 Bilhões do primeiro se_mestre de 1982. O crescimento nominal foi de 136,9%."

OBS.: A Inflação no período foi de 127,2%.
E continua o Boletim da FENASEG (porta-voz das Companhias Seguradoras).

"O lucro líquido das Seguradoras (resulta_do do período) cresceu 75,1% em termos re_ais. Em cruzeiros, isto significa o regis_tro de 117,3 Bilhões, contra 38,8 Bilhões do ano passado. O crescimento nominal foi da ordem de 202,3% (a inflação atingiu - 127,2%)".

Analizando o setor como um conjunto, diz a FENASEG:

"Somando a evolução do resultado do perío_do com o patrimônio líquido das sociedades seguradoras, podemos observar um sólido de_sempenho, o que consolida, ao longo desses últimos anos, o mercado segurador brasilei_ro"

Podemos constatar, portanto, a partir da análise realizada, pela própria categoria patronal, que o setor segurador no Brasil, no ano de 1983, a exemplo do ocorrido em 1982, apresenta resultados patrimoniais e de lucratividade mais que suficiente para conceder um aumen_to real dos salários dos Securitários de todo o País.

EMBRANCO

O que tem ocorrido, entretanto, conforme os dados abaixo é a diminuição, no 1º semestre deste ano do percentual das despesas com pessoal próprio, em relação - aos prêmios arrecadados.

No ano de 1982, 16,7% do valor dos prêmios foram gastos, com pessoal próprio, no 1º semestre de 1982, este percentual caiu para 14,62%.

Além disso, a reivindicação é absolutamente possível de ser atendida pelas empresas, em vista de sua excelente situação econômica, conforme apurado pelo DIEESE, na análise constante do Documento anexo, no qual conclui : "O Reajuste salarial de julho deste ano, com base no INPC de 55% (mesmo na hipótese otimista de INPC integral para todas as faixas salariais) foi insuficiente para compensar a perda do poder aquisitivo proveniente do aumento do custo de vida em Recife que atingiu, nos primeiros 6 meses de 1983 o elevado percentual de 67,4%.

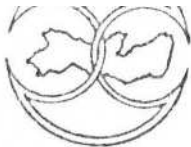
A defasagem entre o reajuste salarial e o aumento do custo de vida no Recife foi de 8,0%, no primeiro semestre deste ano.

Supondo que o INPC a ser aplicado aos reajustes salariais de janeiro/84 seja de 75%, o INPC acumulado aplicado à categoria dos Securitários será de 171,2% . Ora, o índice de Custo de Vida no Recife, até outubro, já atingiu 158,4%; até dezembro deverá chegar a 224,0%, estimando-se para novembro e dezembro um aumento de 12% men - saís.

A defasagem entre o reajuste salarial e o aumento do custo de vida no Recife acumulado em 1983 não deverá ser inferior a 19,5%.

Dessa forma, para que o Securitário, que tenha tido o salário reajustado com o INPC integral (Situação por exemplo dos Securitários que ganham o piso), recomponha o seu poder aquisitivo de janeiro de 1983, será ne-

EM BRANCO



por exemplo dos Securitários que ganham o piso), recomponha seu poder aquisitivo de janeiro de 1983, será necessário o reajuste salarial de 109,1% o que corresponde ao INPC de janeiro (estimado em 75%), acrescido de 19,5%.

Em outras palavras, o salário real do Securitário que ganhava Cr\$ 100.000,00 em janeiro de 83 será apenas Cr\$ 47.809,00 no final do mês de dezembro deste ano".

CLÁUSULA TERCEIRA

Para os empregados admitidos entre 01.07.83 e 31.12.83, o aumento previsto na Cláusula Primeira será concedido na proporção de 1/6 (um sexto) por mês completo de serviço prestado, para este fim considerando-se a fração igual ou superior a 15 dias trabalhados no mês.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 2ª da Convenção de 1982, 3ª da Convenção de 1983)

CLÁUSULA QUARTA

Serão compensados os aumentos espontâneos ou não concedidos entre 01.07.83 e a data do início da vigência da presente Convenção, excetuados da compensação os decorrentes de promoção, término de aprendizagem ou experiência, equiparação salarial, recomposição ou alteração de salário resultante da majoração da jornada de trabalho.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 6ª da Convenção de 1982, 4ª da Convenção de 1983 e 6ª do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA QUINTA

Nenhum empregado de Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco poderá ser admitido com remuneração inferior a Cr\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL CRUZEIROS). com exceção do pessoal de portaria

EM BRANCO

§ 1º - Os valores dos salários de Ingresso, citados no Caput, serão reajustados em julho de 1984, segundo o critério legal vigente para reajuste de salários.

JUSTIFICATIVA

Cláusula já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 16 da Convenção de 1982, 5ª da Convenção de 1983 e 14 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

Pretendemos apenas reajustar o valor monetário do salário de ingresso, em face do aumento do custo de vida no Recife, conforme apuração feita pelo DIEESE abaixo - transcrita:

"Conforme os dados acima, o piso salarial da categoria, para manter o mesmo poder aquisitivo de janeiro de 1983, deveria ser:

Contínuo: Cr\$ 49.000,00 X 2,091=Cr\$ 103.713,00

Demais Funções: Cr\$ 62.000,00 X 2,091=Cr\$ 129.642,00

Comparando-se o piso salarial dos bancários, atualizando-se com o índice de Custo de Vida de Recife, temos:

Contínuo: Cr\$ 70.000,00 (em setembro) X 1,59 (aumento do custo de vida no Recife de setembro a dezembro) = Cr\$ 111.300,00.

Demais Funções: Cr\$ 90.000,00 X 1,59 = Cr\$...
143.100,00".

A fundamentação do DIEESE para a conclusão acima está perfeitamente especificada no documento anexo.

§ 2º - Os empregados que já estejam trabalhando na empresa em 1º de janeiro de 1984, não poderão perceber salário inferior ao salário de ingresso, acrescido de 5%.

JUSTIFICATIVA

A medida reivindicada, tem por objetivo corrigir a distorção atualmente verificada, entre os empregados que percebem o piso salarial, quando estes empregados, às ve

EM BRANCO

zes com mais de três anos de serviço na empresa, têm os seus salários equiparados aos empregados admitidos, o que acarreta uma justificável revolta, trazendo, em consequência a falta de perspectiva e a queda da produtividade.

CLÁUSULA SEXTA

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, àquele será garantido salário igual ao do empregado demitido.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusula 4ª da Convenção de 1982, 6ª da Convenção de 1983).

O que pretendemos é adequar a redação da Cláusula ao que deferiu o Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco no Dissídio Coletivo nº 33/82 (Cláusula 4ª).

CLÁUSULA SÉTIMA

Para os empregados que percebem salário misto, parte fixa e parte variável, o aumento incidirá apenas sobre a parte fixa, assegurado, porém, o aumento mínimo correspondente à aplicação da percentagem estabelecida sobre o salário mínimo regional.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusula 7ª da Convenção de 1982, 8ª da Convenção de 1983).

CLÁUSULA OITAVA

Fica vedada a dispensa dos empregados participantes da Comissão de salários do Sindicato da categoria profissional, salvo na hipótese de justa causa comprovada, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data inicial, bem como durante todo prazo de vigência da presente Convenção, considerando-se, para tanto, o limite de um empregado por empresa.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores

EM BRANCO

Cláusulas 10ª da Convenção de 1982 e 8ª da Convenção de 1983).

Pretendemos apenas adequar sua redação ao que foi deferido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco, no Dissídio Coletivo nº 33/82 (Cláusula 9ª).

CLÁUSULA NONA

Fica estabelecido que após cada período completo de 1 (hum) ano de serviço prestado ao mesmo empregador e contados a partir da data de admissão, o empregado receberá a quantia de Cr\$ 3.900,00 (TRÊS MIL E NOVECENTOS CRUZEIROS), por mês a título de anuênio, a qual integrará a sua remuneração para todos os efeitos legais e será reajustada - semestralmente, segundo critério legal vigente à época do reajuste futuro.

JUSTIFICATIVA

O adicional por tempo de serviço já está consagrado nos instrumentos anteriores (Cláusulas 17 da Convenção de 1982, 8ª da Convenção de 1983 e 15 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

Pretendemos apenas transformar o quinquênio em anuênio, vantagem há muito tempo concedida aos empregados Bancários, categoria assemelhada aos Securitários, que também na sua maioria absoluta, prestam serviços aos mesmos empregadores (seguradoras pertencentes a bancos), às vezes trabalhando no mesmo recinto com bancários sendo justo que se elimine esta distorção.

O valor reivindicado para o anuênio, é o mesmo que foi concedido, em Convenção Coletiva em setembro de 1982, nos Bancários de Pernambuco.

CLÁUSULA DEZ

É vedada, ressalvada a hipótese de justa causa, a dispensa desde o início da gravidez, da empregada - gestante, até os 60 (sessenta) dias que se seguirem ao período

EM BRANCO

do de repouso previsto no artigo 392 da Consolidação das -
Leis Trabalhistas.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores
(Cláusulas 9ª da Convenção de 1982 e 11 da Convenção de
1983).

Pretendemos apenas adequar a sua redação ao
que foi deferido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Per
nambuco, no Dissídio Coletivo nº 33/82.

CLÁUSULA ONZE

Fica reafirmado que a 3ª (terceira) segunda
feira do mês de outubro, será reconhecida como o "DIA DO SE
CUTITÁRIO", o qual será considerado como dia de repouso remu-
nerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos
legais.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores
(Cláusula 11 da Convenção de 1982, 12 da Convenção de 1983 e
10 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA DOZE

As Empresas de Seguros Privados e Capitali-
zação descontarão da remuneração mensal do empregado as par
celas relativas aos financiamentos feitos pelo Sindicato dos
Empregados referentes à aquisição de medicamentos, serviço -
de Prótese e/ou RX, desde que os descontos sejam autorizados
pelo empregado e que não excedam a 30% (trinta por cento) da
remuneração mensal.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores
(Cláusulas 14 da Convenção de 1982, 13 da Convenção de 1983
e 13 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA TREZE

Mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oi

EM BRANCO

to) horas, dado por escrito, será abonada, sem desconto, a ausência do empregado no dia da prova escolar obrigatória - por Lei, quando comprovada tal finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO

Aceita a comprovação, a ausência será enquadrada no artigo 131, item IV da CLT.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 13 da Convenção de 1982, 14 da Convenção de 1983 e 12 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA QUATORZE

As Empresas de Seguros Privados e Capitalização integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato Patronal terão sua jornada de trabalho, anualmente, de segunda a sexta-feira.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 18 da Convenção de 1982, 15 da Convenção de 1983 e 16 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA QUINZE

As Empresas de Seguros Privados e Capitalização representadas pelo seu Sindicato Patronal às suas próprias expensas, farão seguro de acidentes pessoais a favor de seus empregados, garantindo indenização de Cr\$.. 1.500.000,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), por morte e no máximo de Cr\$ 1.500.000,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), por invalidez permanente.

PARÁGRAFO ÚNICO

A obrigação prevista nesta Cláusula não se aplica às Empresas de Seguros Privados e Capitalização que tenham feito seguro de acidentes pessoais, nas mesmas ou em condições superiores.

EM BRANCO

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 19 da Convenção de 1982, 16 da Convenção de 1983 e 17 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

Reivindicamos apenas a correção natural do capital segurado, em face do aumento da inflação no período vencido.

CLÁUSULA DEZESSEIS

As Empresas de Seguros Privados e Capitalização que exigirem o uso de uniforme para os seus empregados, ficam responsáveis pelo seu fornecimento, sem que seja efetuado qualquer desconto nos salários dos empregados, para compensação de tal despesa.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 20 da Convenção de 1982 e 16 da Convenção de 1983).

Apenas modificamos a redação para adequá-la ao que foi deferido pelo Tribunal Regional de Pernambuco, no Dissídio Coletivo nº 33/82 (Cláusula 18).

CLÁUSULA DEZESSETE

A ausência do empregado por motivo de doença, atestada pelo médico da entidade sindical, ou, em casos de emergência, por seu dentista; será abonada inclusive para os itens previstos no artigo 131, item III, da CLT.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 21 da Convenção de 1982, 17 da Convenção de 1983 e 20 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA DEZOITO

O empregador deverá fornecer ao empregado comprovante de pagamento de salários, com a discriminação -

EM BRANCO

das importâncias pagas e dos descontos efetuados, de tais comprovantes, deverá constar a identificação da empresa e do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO

Do referido comprovante deverá constar também a importância relativa ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço devido à conta vinculada do empregado optante, conforme estabelece o artigo 16, parágrafo primeiro do Decreto nº 59.820 de 20.12.66.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 19 da Convenção de 1983).

CLÁUSULA DEZENOVE

Salvo por motivo de falta grave, devidamente comprovada, os empregados já convocados para a prestação obrigatória do serviço militar não poderão ser dispensados, até 60 (sessenta) dias após o desengajamento da unidade militar em que servirem.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 20 da Convenção de 1983).

CLÁUSULA VINTE

Durante a vigência da presente Convenção, as Empresas de Seguros Privados e Capitalização integran - tes da categoria econômica representada pelo seu Sindicato, concederão frequência livre de seus empregados em exercí - cio efetivo nas Diretorias do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito, e da Confedera - ção Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito , até o limite de 7 (sete) membros para o Sindicato e 5 (cin - co) para a Federação e Confederação, limitado a um funcio

EM BRANCO

nário por empresa ou grupo de empresas, e por entidade, os quais gozarão dessa franquia sem prejuízo de salários e do cômputo de tempo de serviço.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 12 da Convenção de 1982, 21 da Convenção de 1983 e 11 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA VINTE E UM

As empresas que não fornecem alimentação própria aos seus empregados, integrantes da categoria dos Securitários, se obrigam a conceder-lhes tickets ou vales para refeição, no valor de Cr\$ 1.656,00 (HUM MIL, SEIS CENTOS E CINQUENTA E SEIS CRUZEIROS), reajustável trimestralmente de acordo com o índice de aumento dos alimentos em Recife, publicados pela Fundação Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com a participação dos empregados no custeio, conforme determinação legal, podendo ser diretamente proporcional aos seus ganhos, e observadas as localidades onde existirem esses serviços de alimentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Serão excluídos da vantagem prevista nesta Cláusula: a) os empregados que percebem remuneração superior a 15 (quinze) salários mínimos regionais, nesta incluída a parte fixa e parte variável, ressalvadas as situações já existentes; b) os empregados que trabalham em horário corrido de expediente único.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ficam desobrigadas da concessão estipulada nesta Cláusula as empresas que puserem à disposição de seus empregados restaurante próprio ou de terceiros, onde sejam fornecidas refeições a preços subsidiados.

180 1000

EM BRANCO

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 22 da Convenção de 1982, 21 da Convenção de 1983 e 19 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

A justificativa para o reajuste do valor do auxílio alimentação está perfeitamente fundamentada - no levantamento feito pelo DIEESE, constante do documento anexo, onde o referido órgão constata que:

"O aumento do custo de alimentação no Recife, acumulado foi de 214%. Até dezembro, o aumento do custo de alimentação no Recife, projetado com base no aumento mensal médio dos últimos 3 meses (14,9%), deverá atingir 314%.

Atualizando o valor do ticket de janeiro 83 (Cr\$ 400,00) pelo índice de aumento do custo de alimentação no Recife acumulado no ano (Jan a Dez 83), temos: $\text{Cr\$ } 400,00 \times 4,14 = \text{Cr\$ } 1.656,00$ ".

É sabido que, com a concessão do auxílio alimentação, a maioria absoluta das empresas reduziu o intervalo para almoço, para uma hora, o que torna absolutamente impossível o empregado fazer essa refeição em casa.

Com a defasagem no valor do auxílio alimentação, os empregados se vêem obrigados a cobrir, com seus recursos, a diferença entre o auxílio alimentação e o valor da refeição, o que caracteriza redução indireta de salários, quando não ocorre, como é mais frequente, esgotarem os tickets ou vales para refeições antes do término do mês, passando a se alimentar de "marmitas", frias, situação que podemos sem qualquer dúvida, caracterizar de injusta.

EMBRANCO

Com o desenfreado aumento nos preços de alimentação, é absolutamente necessária a correção trimestral dos valores dos tickets ou vales para refeições, prática já recomendada pelas empresas prestadoras de serviço.

CLÁUSULA VINTE E DOIS

As horas extraordinárias, isto é, aquelas excedentes da jornada de trabalho 8 (oito) horas diárias, se e quando trabalhadas e até o limite de 02 (duas) por dia, serão remuneradas com um acréscimo de 100% (cem por cento) relação ao valor pago pela hora normal.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 23 da Convenção de 1983 e da Convenção de 1982).

Reivindicamos o aumento do adicional da hora extra para 100%, conforme já concedido a diversas categorias profissionais, em Convenções, Acordos e decisões da Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS

As empresas descontarão de todos os seus empregados admitidos até 31.12.83, 10% (dez por cento) para os SÓCIOS quites em dezembro/83 e 20% (vinte por cento) para os NÃO SÓCIOS, sobre o reajuste relativo ao ano de 1983 com vigência a partir de 01.01.84 recolhendo a respectiva importância a favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, 15 (quinze) dias após efetuado o desconto. A importância arrecadada te

EM BRANCO

rá a finalidade de manutenção dos serviços jurídicos e sociais do Sindicato, sendo de inteira responsabilidade do Sindicato Suscitante a eventual obrigação de restituir, em caso de condenação, bem como toda e qualquer discussão com os empregados a respeito desse desconto, inclusive em juízo. O Sindicato Profissional declara que o desconto de que trata a Cláusula foi desejo da categoria manifestado em Assembléia Geral Extraordinária em 22 de novembro de 1983, especialmente convocada nos termos do art. 612 da C.L.T., combinado com o § 2º do art. 617 do mesmo diploma consolidado e de acordo com as prerrogativas do Sindicato, previstas na letra "E" do art. 513 da C.L.T.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito de cálculo do desconto fixado na presente cláusula, não poderão ser deduzidos do reajustamento apurado no mês de Janeiro de 1984, os adiantamentos salariais feitos a qualquer título, no decorrer do ano de 1983, inclusive os adiantamentos decorrentes da correção semestral de julho de 1982 da Lei número 6.708/79.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 15 da Convenção de 1982, 23 da Convenção de 1983 e 21 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA VINTE E QUATRO

Aos empregados que antes de 1º de novembro de 1983 percebiam menos do que o atual salário mínimo, o salário resultante de aplicação da presente Convenção não poderá ser inferior ao que for atribuído.

EM BRANCO

buido aos admitidos após aquela data, com o salário mínimo vigente.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 3ª da Convenção de 1982, 25 da Convenção de 1983 e 3ª do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA VINTE E CINCO

As bases da presente Convenção se aplicam também aos empregados que a serviço de agências e representantes no Estado de Pernambuco nas sociedades aqui-abrangidas que trabalham nessa atividade e a todos que estejam legalmente enquadrados na categoria profissional dos securitários.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 5ª da Convenção de 1982, 26 da Convenção de 1983 e 5ª do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA VINTE E SEIS

Os empregados optantes pelo FGTS que hajam completado 29 (vinte e nove) anos de serviços prestados a mesma empresa, não poderão ser dispensados salvo por motivo de acordo rescisório, falta grave ou por motivo de força maior, até que venham adquirir direito à aposentadoria por tempo de serviço aos 30 anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Após completados os trinta anos de serviços, indispensáveis à aquisição do direito à aposentadoria, o empregado optante pelo FGTS, poderá ser dispensado unilateralmente pela empresa.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it is the first official communication from the President to the Congress since the inauguration of Abraham Lincoln.

2. The second part of the document is a letter from the President to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it is the first official communication from the President to the Congress since the inauguration of Abraham Lincoln.

3. The third part of the document is a letter from the President to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it is the first official communication from the President to the Congress since the inauguration of Abraham Lincoln.

EMBRANCO

4. The fourth part of the document is a letter from the President to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it is the first official communication from the President to the Congress since the inauguration of Abraham Lincoln.

5. The fifth part of the document is a letter from the President to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it is the first official communication from the President to the Congress since the inauguration of Abraham Lincoln.

CLÁUSULA VINTE E SETE

No caso de pedido de demissão ou dispensa, a empresa se apresentará para homologação, quando dev_{ida}, no prazo de 15 (quinze) dias úte_{is}, a contar do efe_{tivo} desligamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se excedido o prazo, a Empresa, à partir do 16º dia útil, e até a sua apresentação para homologa_{ção}, pagará ao ex-empregado importância igual a que es_{te} receberia se vigorasse o contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso de não comparecimento do Empregado, a Empresa dar_á do fato, conhecimento por escrito, ao Sindicato, o que desobrigará do disposto no parágrafo - anterior.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusula 29 da Convenção de 1983).

CLÁUSULA VINTE E OITO

Sempre que o empregado substituir outro , de salário superior, em caráter definitivo ou temporá_{rio}, será garantido ao substituto o salário igual ao do substituído, sem considerar vantagens pessoais e, na substituição temporária, a vantagem perdurará enquanto durar a substituição.

JUSTIFICATIVA

É evidente que, ao assumir em substitui_{ção}, qualquer função na empresa, o empregado fica inves_{tido}, automaticamente, de todos os deveres e obrigações do substituído, sendo, portanto, mais do que justo, lhe conferir também os mesmos direitos.

Além disso, a empresa pode, caso o emprega

Figure 1 is a schematic representation of the experimental design. It shows a sequence of events: a subject is presented with a stimulus (a face), then a response is recorded (a button press), and finally a feedback is provided (a light or sound). The sequence is repeated for multiple trials.

EM BRANCO

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* suspension on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strains.

do não efetue a função do substituído com a perfeição de sejadá, convertê-lo à função anterior.

CLÁUSULA VINTE E NOVE

O Sindicato da categoria profissional, manterá, em cada empresa com mais de 10 empregados, um representante escolhido pelos empregados da empresa, em eleição direta, por voto secreto. O representante sindical eleito, terá assegurada a sua permanência no emprego, nos termos do artigo 543 § 3º da C.L.T.

PARÁGRAFO ÚNICO

No prazo máximo de 30 dias após a eleição - do representante sindical, a empresa e o Sindicato da categoria profissional definirão os limites das suas atribuições, em acordo submetido ao registro na Delegacia Regional do Trabalho. As atribuições do representante sindical, não poderão abranger questões relacionadas a hierarquia, aplicação de normas disciplinares ou questões - ligadas à direcionamento das operações ligadas à produção ou investimentos da empresa.

JUSTIFICATIVA

Esta Cláusula é da maior importância para empregados e empregadores. É necessário ressaltar que não pretendemos estabelecer qualquer ingerência indevida nas decisões da empresa ou incluir nela uma hierarquia - paralela.

Chamamos a atenção para a nossa proposta de em cada empresa, de acordo com suas peculiaridades, se determinar os limites de atuação do representante sindical, excluídas, desde já, as possibilidades relacionadas no parágrafo único da Cláusula.

CLÁUSULA TRINTA

As empresas complementarão o salário dos empregados afastados para tratamento médico no INAMPS, a

EM BRANCO

partir do 16º dia de afastamento, até o 90º dia.

Esta complementação poderá ser prorrogada por um período de até 60 dias, desde que esta prorrogação seja validada como necessária por médico da empresa ou por ela indicado.

JUSTIFICATIVA

É notório que no período em que se encontra em benefício para tratamento médico pelo INAMPS, o empregado tem seu salário bastante reduzido, o que, inevitavelmente, poderá levá-lo a redução do padrão de vida, atraso de compromissos financeiros, etc. com reflexos no seu estado psicológico, o que, tanto pode prolongar o seu período de recuperação, como, na sua volta ao trabalho, prejudicar sua produtividade, em decorrência da preocupação com os compromissos financeiros acumulados.

CLÁUSULA TRINTA E UM

Ao empregado que não tiver mais de 6 (... seis) faltas injustificadas durante o período aquisitivo de férias, será garantida uma gratificação no valor correspondente a 50% do seu salário mensal, paga de uma única vez, por ocasião do retorno do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO

Esta vantagem não se aplica aos empregados que já recebem gratificação de férias em condições proporcionalmente superiores.

JUSTIFICATIVA

Esta é uma maneira de possibilitar ao trabalhador gozar satisfatoriamente suas férias, pois uma vez que seu salário é estritamente vinculado às despesas mensais, ao saber que, na volta das férias não terá seu salário para receber, ele terá que sacrificar -



...to the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

... ..

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

EMBRANCO

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

... ..

...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...
...the ... of the ...

as férias para economizar.

Nessa situação é compreensível que tal fun
cionário regresse sem poder produzir o necessário, pois
não tem o mínimo de condição psicológica.

Se, todavia, souber que terá uma suplemen-
tação salarial para receber, como auxílio de férias, os
problemas desaparecerão e desenvolverá o que é capaz ,
lucrando com isso a empresa, pela ausência de queda na
produtividade do empregado.

CLÁUSULA TRINTA E DOIS

Ao empregado que contar mais de 5 (cinco)
anos de serviço na mesma empresa e, concomitantemente,
tenha mais de 35 anos de idade, fica assegurado o Aviso
Prévio de 45 dias no caso de rescisão contratual sem
justa causa, por parte da empresa.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, pessoas com mais de 35 anos de
idade, dificilmente conseguem emprego e, quando estão
trabalhando e são dispensados, demoram muito mais a con
seguir novo emprego. É justo que estes empregados te
nham mais algum tempo para procurar novo trabalho e ,
ressalte-se que a Cláusula somente se aplicará àqueles
empregados que já prestaram serviços à mesma empresa -
por cinco anos ou mais.

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS

No último dia útil de cada trimestre civil,
haverá uma reunião conjunta das diretorias dos Sindica
tos Trabalhadores e Patronal, para debaterem assuntos
vinculados ao relacionamento entre os membros das res
pectivas categorias.

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO

Sempre que convidado pelo Sindicato da ca

5

EMBRANCO

tegoria profissional a participar de cursos sindicais de Legislação Trabalhista e Previdenciária, que possam enriquecer os conhecimentos do empregado, a empresa que possua mais de 10 empregados, liberará, um único empregado, por ~~curso~~ durante a vigência desta convenção, para tal finalidade, por período máximo de 2 dias por curso, até o limite de 10 dias na vigência da convenção.

CLÁUSULA TRINTA E CINCO

As empresas, as suas próprias custas, contratarão com empresas especializadas, assistência médico-otontológica para seus empregados e dependentes, sem prejuízo da contribuição regulamentar para o INAMPS.

JUSTIFICATIVA

Algumas empresas do mercado segurador já prestam este tipo de benefício a seus empregados, a exemplo da Atlântica-Boavista que mantêm o Convênio com a Golden Cross, o que pode perfeitamente ser seguido pelas demais.

CLÁUSULA TRINTA E SEIS

Caso o índice do custo de vida no Recife , atingir mais de 15% no período de janeiro a março de - 1984, as empresas concederão uma antecipação salarial - aos seus empregados, a partir de 1º de abril de 1984, no percentual equivalente ao aumento do custo de vida apurado.

JUSTIFICATIVA

Não se trata, neste caso, de reivindicação de aumento de salário. O que se pretende, é uma antecipação a ser compensada no reajuste semestral a ser concedido no mês de julho, caso o aumento do custo de vida venha se tornar insuportável, comprometer o poder de compra de salários.

CLÁUSULA TRINTA E SETE

As empresas se obrigam a anotar, nas Carteiri

EM BRANCO

ras de Trabalho e Previdência Social dos empregados, as verdadeiras funções exercidas pelos mesmos.

JUSTIFICATIVA

Temos conhecimento de que, algumas empresas não cumprem essa obrigação elementar, mesmo quando remuneram o empregado de acordo com a função exercida.

Entretanto, a falta de anotação da função na C.T.P.S., além de ilegal, pode causar transtornos ao empregado, até mesmo quando se candidata a novo emprego, pois dá a impressão de que ficou todo tempo "marcando o passo" na empresa, já que nunca teria conseguido qualquer mobilidade no quadro funcional.

CLÁUSULA TRINTA E OITO

As empresas se comprometem a, na vigência desta convenção, formar uma comissão paritária, com representantes dos sindicatos das categorias econômicas e profissional, no sentido de elaborar um projeto de QUADRO DE CARREIRA a ser implantado nas empresas.

JUSTIFICATIVA

Acreditamos tratar-se de medida de interesse de todo mercado segurador, onde, atualmente, existe seguramente perto de uma centena de denominações funcionais, sendo quase impossível encontrar duas empresas com a mesma nomenclatura de cargos e, quando isto acontece, as funções exercidas são diferentes de uma empresa para outra.

CLÁUSULA TRINTA E NOVE

Todas as empresas, com mais de 10 empregados, ficam obrigadas a fazer, sem ônus para os empregados, convênio com creches, para a guarda dos filhos de empregadas, até um ano de idade.



EM BRANCO

CLÁUSULA QUARENTA

Durante a vigência da presente Convenção, as empresas se comprometem a não despedir qualquer em pregado Sem Justa Causa, salvo nos casos de queda real na arrecadação de prêmios, comprovada estatisticamente três meses anteriores à data da dispensa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Comprovada a situação acima, as dispensas poderão se verificar, obedecidos os seguintes critérios:

- a) em primeiro lugar, serão dispensados - os empregados que se apresentarem espontaneamente para demissão;
- b) em segundo lugar, será dispensado o em pregado mais novo da empresa, sendo dada prioridade de permanência aos casados e solteiros com obrigações familiares;
- c) em terceiro lugar, serão dispensados - os empregados casados, priorizando-se a permanência no emprego ao que tiver maior número de filhos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso de cessar a situação que motivou as demissões, e havendo necessidade de contratação de novos empregados, será dada prioridade à readmissão do empregado demitido.

CLÁUSULA QUARENTA E UM

A inadimplência de qualquer das Cláusulas da presente Convenção, implicará nas sanções estabelecidas na legislação específica, inclusive a aplicação de multa no valor equivalente a 4 (quatro) Salários de Referência vigente no Município do Recife, para o Sin dicato das Empresas de Seguros Privados e Capitaliza - ção no Estado de Pernambuco, e de 2 (dois) Salários de

11.7

11.7

11.7

11.7

EMBRACO

11.7

11.7

Referência para o Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A multa prevista na Cláusula anterior, será aplicada, mensalmente, a partir do mês em que ocorrer a inadimplência da Convenção e será devida à parte prejudicada enquanto perdurar o fato que motivou a aplicação da sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As divergências que venham a surgir durante a vigência da presente Convenção, serão dirimidas da seguinte forma:

- a) de comum acordo pelas partes contratantes;
- b) depois de 30 (trinta) dias de suscitada por escrito a divergência, sem que tenha sido encontrada solução satisfatória, será solicitada a participação mediadora do Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco;
- c) na hipótese de persistir a divergência, será submetida à apreciação da Justiça do Trabalho.

JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 24 da Convenção de 1982, 30 da Convenção de 1983 e 30 do Dissídio Coletivo nº 33/82).

CLÁUSULA QUARENTA E DOIS

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial desta Convenção, fi

EM BRANCO

cará subordinada, em qualquer caso, à aprovação da Assembleia Geral dos Sindicatos convenientes com observância do art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho.

A presente Convenção vigorará pelo prazo de 1 (hum) ano, a contar de 01 de janeiro de 1984, sem prejuízo da correção semestral a que se refere o Artigo 1º da Lei nº 6.708/79 alterada pelo Decreto Lei nº 2.065.

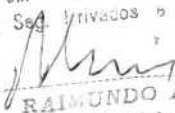
JUSTIFICATIVA

Já consagrada nos instrumentos anteriores (Cláusulas 25 da Convenção de 1982, 31 da Convenção de 1983).

CLÁUSULA QUARENTA E DOIS

A presente Convenção se aplica, integralmente, aos empregados em Corretoras de Seguros e Capitalização no Estado de Pernambuco, cujo representante da categoria econômica, neste ato, ratifica o acordo - firmado.

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE


RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

EM BRANCO



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
DE 1982

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE FAZEM ENTRE SI, O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, NAS SEGUINTE BASES:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

As Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, estabelecidas no Estado de Pernambuco concederão aos seus empregados, integrantes da categoria profissional dos securitários, além do INPC de 36,8% fixado para o mês de janeiro de 1982, de acordo com as Leis números 6.708/79 e 6886/80, um aumento, a título de produtividade, na conformidade com a seguinte tabela:

Salários até	Cr\$ 35.784,00	6%
De Cr\$ 35.784,01 a	Cr\$ 119.280,00	5%
Acima de	Cr\$ 119.280,00	4%

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O aumento previsto no caput incidirá sobre os salários reajustados / com a correção automática de janeiro de 1982.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O aumento mínimo de uma faixa não poderá ser inferior ao aumento máximo da faixa precedente.

CARTÓRIO COSTA
Bel. Álvaro G. da Costa Lima - tabelião
Bel. Josephat Vieira de Albuquerque
José R. Costa
SUBSTITUTO

EMBRANCO

CLÁUSULA SEGUNDA:

Aos empregados admitidos entre 01.07.81 a 31.12.81, serão concedidos tantos 1/6 das taxas previstas na cláusula anterior quantos forem os meses completos de serviços prestados até a aludida data, de 31.12.81, para esse fim considerando-se a fração igual ou superior de 15 dias trabalhados no mês.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Aos empregados que antes de 1º de novembro de 1981 percebiam menos do que o atual salário mínimo, o salário resultante da presente Convenção não poderá ser inferior ao que for atribuído aos admitidos após aquela data, com o salário mínimo vigente.

CLÁUSULA QUARTA:

Admitido empregado para a função de outro, dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA QUINTA:

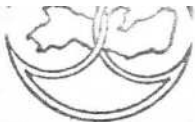
As bases da presente Convenção se aplicam também aos empregados que a serviço de Agências e Representantes no Estado de Pernambuco, das Sociedades de Seguros Privados e Capitalização, trabalham nesse serviço, exclusivamente nessa atividade, e a todos que estejam legalmente enquadrados na categoria profissional dos securitários.

CLÁUSULA SEXTA:

Serão compensados os aumentos espontâneos ou não, concedidos entre a data-base (01.07.81) e a data de celebração da presente Convenção, excetuados da compensação os decorrentes de promoção, término de aprendizagem, transferência, equiparação salarial, recomposição ou al-

21
Sen. João P. da Costa Lima - Tabelião
Sen. Josephat Vieira de Albuquerque
José Bonifácio Rolim

EMI BRANCO



teração de salário resultante da majoração de jornada de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Para os empregados que percebem salário misto (parte fixa e parte variável) o aumento incidirá na parte fixa, assegurado, porém, o aumento mínimo correspondente à aplicação da percentagem estabelecida sobre o salário mínimo regional.

CLÁUSULA OITAVA:

A presente Convenção não se aplica aos empregados que percebem remuneração especial fixada por instrumento escrito.

CLÁUSULA NONA:

Ressalvada a hipótese de justa causa, é vedada a dispensa da empregada gestante até 60 (sessenta) dias que se seguirem ao período de repouso previsto no artigo 392 da C.L.T.

CLÁUSULA DÉCIMA:

É vedada a dispensa dos empregados que participem da Comissão de Salários do Sindicato Suscitante, no período de 60 (sessenta) dias antes e 60 (sessenta) dias depois da data de início de vigência desta Convenção, até o limite de 1 (um) empregado por empresa ou grupo de empresas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

Fica estabelecido que a 3ª (terceira) segunda-feira de Outubro, será reconhecida como o "DIA DOS SEGURITÁRIOS", o qual será considerado como dia de repouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CARTÓRIO COSTA LIMA - 4.º Tab. de Notas
Bel. Alvaro G. da Costa Lima - Tabelião
Bel. Josephat Vieira de Albuquerque
José Bonifácio Falcão
SUBSTITUTOS

EMI BRANCO



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

Durante a vigência da presente Convenção as empresas integrantes da categoria econômica, representada pelo Sindicato Suscitado, concederão frequência livre a seus empregados em exercício efetivo nas Diretorias do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, da Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, até o limite de 7 (sete) membros para o Sindicato e 5 (cinco) para a Federação e Confederação, limitado a um funcionário por empresa, ou grupo de empresas e por entidade, os quais gozarão dessa franquia sem prejuízo de salários e do cômputo do tempo de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

Mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas, será abonada, sem desconto a ausência no dia de prova escolar obrigatória por Lei, quando comprovada / tal finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: Aceita a comprovação, a ausência será enquadrada no artigo 131, item IV, da C.L.T.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

As empresas descontarão da remuneração mensal do empregado, as parcelas relativas aos financiamentos feitos pelo Sindicato dos Empregados referentes à aquisição de medicamentos, serviço de prótese e (ou) RX, desde que os descontos sejam autorizados pelo empregado e que não excedam a 10% da remuneração mensal.

EMBRANCO



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As empresas descontarão de todos os seus empregados admitidos até 31.12.81, 10% (dez por cento) para os SÓCIOS quites em dezembro/81 e 20% (vinte por cento) para os NÃO SÓCIOS, sobre o reajuste relativo ao ano de 1981 com vigência a partir de 01.01.82, recolhendo a respectiva importância a favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, 15 (quinze) dias após efetuado o desconto. A importância arrecadada terá a finalidade de manutenção dos serviços jurídicos e sociais do Sindicato, sendo de inteira responsabilidade do Sindicato Suscitante a eventual obrigação de restituir, em caso de condenação, bem como toda e qualquer discussão com os empregados a respeito desse desconto, inclusive em juízo. O Sindicato profissional declara que o desconto de que trata esta cláusula foi desejo da categoria manifestado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de dezembro de 1981, especialmente convocada nos termos do art. 612 da C.L.T., combinado com o § 2º do art. 617 do mesmo diploma consolidado e de acordo com as prerrogativas do Sindicato, previstas na letra "e" do Art. 513 da C.L.T.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para efeito de cálculo do desconto fixado na presente cláusula, não poderão ser deduzidos do reajustamento apurado no mês de janeiro de 1982, os adiantamentos salariais feitos a qualquer título, no decorrer do ano de 1981, inclusive os decorrentes da correção semestral de julho de 1981 da Lei número

EMBRANCO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Nenhum empregado da categoria profissional dos securitários, poderá perceber salários inferior ao maior salário mínimo vigente, acrescido de 40% (quarenta por cento), com exceção de pessoal de portaria, limpeza, vigias, contínuos e assemelhados que, por sua vez, perceberão igual ao maior salário mínimo vigente mais 20% (vinte por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

Fica estabelecido que, após cada 5 (cinco) anos de serviços prestados à mesma empresa, o empregado receberá a impotância de Cr\$ 2.478,00 (dois mil e quatrocentos e setenta e oito cruzeiros), a título de quinquênio, que integrará a sua remuneração para todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do quinquênio será reajustado, de acordo com as Leis n.ºs. 6.708/79 e 6886/80 quando for fixado o INPC relativo ao mês de julho/82, 1.1.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Não se aplica esta vantagem aos empregados que já percebem vantagem proporcionalmente maior, a título de triênio, biênio ou anuênio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato Suscitado terão a sua jornada de trabalho anualmente de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

As empresas, às suas próprias expensas, farão seg

EMBRACO

rantido indenização de Cr\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Cruzeiros) por morte ou invalidez permanente.

PARÁGRAFO ÚNICO: A obrigação acima não se aplica às empresas que mantêm seguro de acidentes pessoais nas mesmas ou em condições superiores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

As empresas que exigirem o uso de uniforme dos / seus empregados ficam responsáveis pelo seu fornecimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

Para efeito de justificação de falta ao serviço, aceitarão as empresas os atestados médicos e odontológicos, estes de emergência expedidos pela Clínica do Sindicato Suscitante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

As empresas que não fornecem alimentação própria a seus empregados, integrantes da categoria dos securitários, se obrigam a conceder-lhes "Tickets" ou Vales para refeição, nas localidades onde existem esses serviços de alimentação, com participação dos empregados no seu custeio, na forma do Decreto 78.675/76, no valor mínimo de Cr\$ 193,00 (Cento e Noventa e Três Cruzeiros), reajustável semestralmente, em 1.0.

PARÁGRAFO ÚNICO: Excluem-se da vantagem acima:

- a) os empregados que percebem remuneração superior a 15 salários mínimos regionais, entre a parte fixa e variável, ressalvadas as situações existentes:

CARTÓRIO COSTA LIMA - 4.º Tab. de Notas
Bel. Álvaro G. da Costa Lima - Tabelião
Bel. Josephat Vieira de Albuquerque
José Bonifácio Falcão
SUBSTITUTO

NC71002

EMBRANCO



horário corrido, de expediente
único.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:

A realização de horas extras será remunerada pelas empresas com os adicionais sobre o salário hora, na seguinte proporção:

Até	2 horas	25%
Acima de	2 horas	30%.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:

A inadimplência de quaisquer das Cláusulas da presente Convenção, implicará nas sanções estabelecidas na legislação específica, inclusive a aplicação de multa no valor equivalente a 4 (quatro) Salários de Referência, vigente no Município de Recife, para o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco, e de 2 (dois) Salários de Referência para o Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A multa prevista na Cláusula anterior, será aplicada, mensalmente, a partir do mês em que ocorrer a inadimplência da Convenção e será devida à parte prejudicada enquanto perdurar o fato que motivou a aplicação da sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As divergências que venham a surgir durante a vigência da presente Convenção serão dirimidas da seguinte forma:

a) de comum acordo pelas partes con

EMBRANCO



tratantes;

- b) depois de 30 (trinta) dias de suscitada por escrito a divergência, sem que tenha sido encontrada solução satisfatória, será solicitada a participação mediadora do Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco;
- c) na hipótese de persistir a divergência, será esta submetida à apreciação da Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial desta Convenção, ficará subordinado, em qualquer caso, à Aprovação de Assembléia Geral dos Sindicatos convenientes com observância do Art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:

O presente acordo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 01.01.82 (primeiro de janeiro de mil novecentos e oitenta e dois), sem prejuízo da correção semestral a que se refere o art. 1º da Lei nº 6.708/79 e Lei nº 6.886/80.

Recife, 22 de maio de 1982.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE
SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.....

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM
EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS
E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES
AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS
E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.....

MAURÍCIO RODRIGUES DE
PRESIDENTE

[Assinatura]

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Delegacia Regional/PE

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, protocolada nesta DRT sob o nº 00
8288 de 1982, foi registrada nos termos
do Art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho
de 1946 a 1541 de 1966 nº 06
da Seção de Inspeção do Trabalho.

Recife, 27 de MAIO de 1982

[Assinatura]
 DIRETOR DA D. P. T.

Delegacia Regional do Trabalho PE

Em, _____ de _____

V I S T O

de 19 _____

V I S T O

Em, 27 de MAIO de 1982

[Assinatura]

Delegacia Regional do Trabalho PE

CARTEIRO GOSTA LIMA
 Del. Álvaro A. de Costa Lima
 Del. José Carlos Vianna de A. Silva
 Del. José Antônio Lima
 1982/05/27



FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12.º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
DE 1983

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE FAZEM ENTRE
SI, O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRI
VADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS
PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E O SINDICA
TO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ES
TADO DE PERNAMBUCO, NAS SEQUENTES BASES:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A partir de 01 de Janeiro de 1983, as empresas de seguros privados e de capi
talização, estabelecidas no Estado de Pernambuco, concederão aos seus empre
gados, integrantes da categoria profissional dos securitários, a correção an
mestral automática dos salários a que se refere a Lei nº 6.708, de 30.11.72,
alterada pela Lei nº 6.805, de 10.12.80, aplicando aos salários vigentes em
01 de Julho de 1982, o I.N.P.C. de 37,6%, fixado para o mês de Janeiro de
1983, na conformidade da seguinte tabela:

<u>CLASSES DE SALÁRIOS</u>	<u>PERCENTUAL DE REAJUSTE</u>	<u>VALOR EM R\$. A ACRESCIDO AO RESULTADO</u>
I - Até CR\$. 70.704,00 (3 MSM)	41,30%	nihil
II - De CR\$. 70.704,01 à CR\$. 235.680,00 (10 MSM)	37,6%	2.658,17
III - De CR\$. 235.680,01 à CR\$. 353.520,00 (15 MSM)	30,08%	20.381,61
IV - De CR\$. 353.520,01 à CR\$. 471.300,00 (20 MSM)	18,80%	60.258,63
V - Acima de CR\$. 471.300,01 - total do reajuste no valor fixo de CR\$. ...		148.874,34.-

CLÁUSULA SEGUNDA

As empresas de seguros privados e de capitalização, estabelecidas no Estado
de Pernambuco, representadas pelo seu Sindicato, concederão aos seus empre
dos integrantes da categoria profissional dos securitários, além do I.N.P.C.

CARTÓRIO COSTA LIMA - 4.º Tab. de Notas
Bel. Alvaro G. da Costa Lima - Tabelião
Bel. Josephat Vieira de Albuquerque
José Rostagno Palácio
SUBSTITUTO

cont.

EMBRANCO



fixado para o mês de Janeiro de 1983, de acordo com as Leis nºs. 6.708/79 e 6.885/80, um aumento, a título de produtividade, de quatro por cento (4%).

CLÁUSULA TERCEIRA

Para os empregados admitidos entre 01.07.62 e 31.12.82, o aumento previsto na Cláusula Primeira será concedido na proporção de 1/6 (um sexto) por mês completo de serviço prestado.

CLÁUSULA QUARTA

Serão compensados os aumentos espontâneos ou não, concedidos entre 01.07.82 e a data da vigência da presente convenção, excetuados da compensação os decorrentes de promoção, término de aprendizagem ou experiência, equiparação salarial, recomposição ou alteração de salário resultante da majoração da jornada de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA

Nenhum empregado da categoria profissional dos securitários poderá receber remuneração inferior ao valor de CR\$. 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), com exceção do pessoal de portaria, limpeza, vigias, contínuos e assemelhados, que terão seu salário de CR\$. 32.000,00 (trinta e dois mil cruzeiros), reajustáveis semestralmente, segundo o critério legal vigente à época do reajuste futuro.

CLÁUSULA SEXTA

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, aquele será garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA SÉTIMA

A presente convenção não se aplica aos empregados que percebem remuneração especial fixada por instrumento escrito.

CLÁUSULA OITAVA

Para os empregados que percebem salário misto, parte fixa e parte variável, o



EMBRACO



aumento incidirá apenas sobre a parte fixa, assegurado, porém, o aumento mínimo correspondente à aplicação da percentagem estabelecida sobre o salário mínimo regional.

CLÁUSULA NONA

É vedada a dispensa dos empregados que participem da Comissão de Salários do Sindicato Profissional, no período de sessenta (60) dias antes e sessenta (60) dias depois da data de início de vigência desta convenção até o limite de um (1) empregado por empresa ou grupo de empresas.

CLÁUSULA DÉCIMA

Fica estabelecido que após cada período de cinco (5) anos completos de serviços, prestados ao mesmo empregador e contados a partir da data da admissão, o empregado receberá a quantia de CR\$. 5.100,00 (cinco mil e cem cruzeiros), por mês, a título de quinquênio, a qual integrará a sua remuneração para todos os efeitos legais e será reajustada semestralmente, segundo critério legal vigente à época do reajuste futuro.

PARÁGRAFO ÚNICO

Não se aplica esta vantagem aos empregados que já percebem importância a proporcionalmente maior a título de triênio, biênio ou anuênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

É vedada, ressalvada a hipótese de justa causa, a dispensa da empregada gestante até os sessenta (60) dias que se seguirem ao período do repouso previsto no artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Fica reafirmado que a terceira (3ª) segunda-feira do mês de outubro, será reconhecida como o "DIA DO SEGURITÁRIO", o qual será considerado como dia de repouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais.

cont.



[Handwritten signatures and initials]

EM BRANCO

DAFÓRIO COSTA LIMA - A. Tap. de Nova
Bel. Alentejo G. de Costa Lima - Tap. de
Bel. Alentejo G. de Costa Lima - Tap. de
Bel. Alentejo G. de Costa Lima - Tap. de
Bel. Alentejo G. de Costa Lima - Tap. de

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

As empresas descontarão da remuneração mensal do empregado as parcelas relativas aos financiamentos feitos pelo Sindicato dos Empregados referentes à aquisição de medicamentos, serviço de prótese e/ou RX, desde que os descontos sejam autorizados pelo empregado e que não excedam a trinta por cento (30%) da remuneração mensal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Mediante aviso prévio de quarenta e oito (48) horas, dado por escrito, será abonada, sem desconto, a ausência do empregado no dia prova escolar obrigatória por Lei, quando comprovada tal finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO

Aceita a comprovação, a ausência será enquadrada no artigo 131, item IV da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato Patronal terão sua jornada de trabalho, anualmente, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

As empresas representadas pelo seu Sindicato Patronal, às suas próprias expensas, farão seguro de acidentes pessoais a favor de seus empregados, garantindo indenização de CR\$. 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) por morte e no máximo de CR\$. 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) por invalidez permanente.

PARÁGRAFO ÚNICO

A obrigação prevista nesta Cláusula não se aplica às empresas que tenham feito seguro de acidentes pessoais, nas mesmas ou em condições superiores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As empresas que exigirem o uso de uniformes para os seus empregados, ficarão responsáveis pelo seu fornecimento.

CARTÓRIO COSTA EIMA - Tab. de Notas
Bel. Alvaro G. da Costa L. Cont.
Bel. Josephat Vieira de Albuquerque
José Romário Falcão
SUSCRITORES

EMBRANCO

1952



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A ausência do empregado por motivo de doença, atestada pelo médico da entidade sindical, ou, em casos de emergência, por seu dentista, será abonada inclusive para os itens previstos no artigo 131, item III, da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

O empregador deverá fornecer ao empregado comprovante de pagamento de salários, com a discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados. De tais comprovantes, deverá constar a identificação da empresa e do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO

Do referido comprovante deverá constar também a importância relativa ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço devido à conta vinculada do empregado optante, conforme estabelece o artigo 16, parágrafo primeiro, do Decreto nº 59.820, de 20.12.66.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Salvo por motivo de falta grave, devidamente comprovada, os empregados já convocados para a prestação obrigatória do serviço militar não poderão ser dispensados, até sessenta (60) dias após o desengajamento da unidade militar em que servirem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Durante a vigência da presente convenção, as empresas integrantes da categoria econômica representada pelo seu Sindicato, concederão frequência livre a seus empregados em exercício efetivo nas Diretorias do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados, Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, da Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e de Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, até o limite de sete (7) men

[Handwritten signatures and initials]

EMBRANCO



bro para o Sindicato e cinco (5) para a Federação e Confederação, limitado a um funcionário por empresa ou grupo de empresas, e por entidade, os quais gozarão dessa franquía sem prejuízo de salários e do cômputo de tempo de serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

As empresas que não fornecem alimentação própria aos seus empregados, integrantes da categoria dos securitários, se obrigam a conceder-lhes tickets ou vales para refeição, no valor de CR\$. 400,00 (quatrocentos cruzeiros), reajustável semestralmente, segundo critério legal vigente à época do reajuste futuro, com a participação dos empregados no seu custeio, conforme determinação legal, podendo ser diretamente proporcional aos seus ganhos, e observadas as localidades onde existirem esses serviços de alimentação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Serão excluídos da vantagem prevista nesta cláusula: a) os empregados que percebem remuneração superior a quinze (15) salários mínimos regionais, nesta incluída a parte fixa e parte variável, ressalvadas as situações já existentes; b) os empregados que trabalham em horário corrido de expediente único.

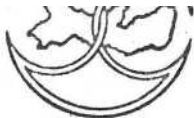
PARÁGRAFO SEGUNDO

Ficam desobrigados da concessão estipulada nesta cláusula as empresas que puzerem à disposição de seus empregados restaurante próprio ou de terceiros, onde sejam fornecidas refeições a preços subsidiados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

As horas extraordinárias, isto é, aquelas excedentes da jornada de trabalho oito (8) horas diárias, se e quando trabalhadas até o limite de duas (2) por dia, serão remuneradas com um acréscimo de vinte e cinco por cento (25%) em relação ao valor pago pela hora normal; as horas extraordinárias - que excederem esse limite, ou seja, duas (2) por dia, serão remuneradas com o adicional de trinta por cento (30%).

EM BRANCO



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

As empresas descontarão de todos os seus empregados admitidos até 31.12.82, dez por cento (10%) para os SÓCIOS quites em dezembro/82 e vinte por cento (20%) para os NÃO SÓCIOS, sobre o reajuste relativo ao ano de 1982 com vigência a partir de 01.01.83, recolhendo a respectiva importância a favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos do Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, quinze (15) dias após efetuado o desconto. A importância arrecadada terá a finalidade de manutenção dos serviços jurídicos e sociais do Sindicato, sendo de inteira responsabilidade do Sindicato Suscitante a eventual obrigação de restituir, em caso de condenação, bem como toda e qualquer discussão com os empregados a respeito desse desconto, inclusive em juízo. O Sindicato Profissional declara que o desconto de que trata esta cláusula foi desejo da categoria manifestado em Assembleia Geral Extraordinária em 11 de novembro de 1982, especialmente convocada nos termos do art. 612 da C.L.T., combinado com o § 2º do art. 617 do mesmo diploma consolidado e de acordo com as prerrogativas do Sindicato, previstas na letra "c" do art. 613 da C.L.T.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito de cálculo do desconto fixado na presente cláusula, não poderão ser deduzidos do reajustamento apurado no mês de Janeiro de 1983, os adiantamentos salariais feitos a qualquer título, no decorrer do ano de 1982, inclusive os adiantamentos decorrentes da correção semestral de julho de 1982 da Lei número 6.708/79.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Aos empregados que antes de 1º de novembro de 1982 percebiam menos do que o atual salário mínimo, o salário resultante de aplicação da presente convenção não poderá ser inferior ao que for atribuído aos admitidos após aquela data, com o salário mínimo vigente.

cont.

EMERSON CO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

As bases da presente Convenção se aplicam também aos empregados que a serviço de agências e representantes no Estado de Pernambuco nas sociedades aqui abrangidas que trabalham nessa atividade e a todos que estejam legalmente enquadrados na categoria profissional dos securitários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

Os empregados optantes pelo FGTS que hajam completado vinte e nove (29) anos de serviços prestados à mesma empresa, não poderá ser dispensados salvo por motivo de acordo rescisório, falta grave ou por motivo de força maior, até que venham adquirir direito à aposentadoria por tempo de serviço aos trinta (30) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Após completados os trinta anos de serviços, indispensáveis à aquisição do direito à aposentadoria, o empregado optante pelo FGTS poderá ser dispensado unilateralmente pela empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

Se na ocasião de cada reajuste futuro previsto na presente Convenção estiver em vigor outro critério legal, será aplicado, em cada caso, o percentual que for fixado pela nova lei, ainda que esse novo critério resulte em um percentual inferior ao aqui estabelecido.

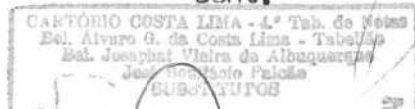
CLÁUSULA VIGÉSIMA NINA

No caso do pedido de demissão ou dispensa, a empresa se apresentará para homologação, quando devida, no prazo máximo de quinze (15) dias úteis, a contar do efetivo desligamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se excedido o prazo, a Empresa, a partir do 16º dia útil, e até sua apresentação para homologação, pagará ao ex-empregado importância igual a que este receberia se vigorasse o contrato de trabalho.

cont.



2º

EMBRACO



FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12.º And. - Bloco C - Fones : 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco



— /

PARÁGRAFO SEGUNDO

No caso de não comparecimento do Empregado, a Empresa dará do fato conhecimento por escrito, ao Sindicato, o que a desobrigará do disposto no parágrafo anterior.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

A inadiplência de quaisquer das cláusulas da presente Convenção, implicará nas sanções estabelecidas na legislação específica, inclusive a aplicação de multa no valor equivalente a quatro (4) salários de referência vigente no Município do Recife, para o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco, e de dois (2) salários de referência para o Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A multa prevista na Cláusula anterior, será aplicada, mensalmente, a partir do mês em que ocorrer a inadiplência da Convenção e será devida à parte prejudicada enquanto perdurar o fato que motivou a aplicação da sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As divergências que venham a surgir durante a vigência da presente Convenção, serão dirimidas da seguinte forma:

- a) - de comum acordo pelas partes contratantes;
- b) - depois de trinta (30) dias de suscitada por escrito a divergência, sem que tenha sido encontrada solução satisfatória, será solicitada a participação mediadora do Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco;
- c) - na hipótese de persistir a divergência, será submetida à apreciação da Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial

CANTO LIMA - cont. de Horta
Ed. Álvaro G. da Costa Lima - Tabelão
Del. Joaquim Vieira de Albuquerque
Rua Pernambuco, 175

21

ENI BRANCO



desta Convenção, ficará subordinada, em qualquer caso, à aprovação da Assembleia Geral dos Sindicatos convenientes com observância do Art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

A presente Convenção vigorará pelo prazo de um (1) ano, a contar de 01 de Janeiro de 1983, sem prejuízo da correção semestral a que se refere o artigo 1º da Lei nº 6.708/79, alterada pela Lei nº 6.886/80, ressalvadas as situações previstas na Cláusula Vigésima Oitava.

Recife, 21 de Janeiro de 1983

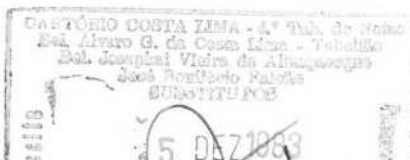
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

JOSÉ MAURÍCIO RODRIGUES DE MELLO
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E
CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E
DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

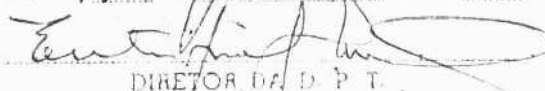
DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DE PERNAMBUCO



MINISTÉRIO DO TRABALHO
Delegacia Regional/PE

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, registrada nesta D. P. T. sob o nº 01
9191 de 82, foi registrada nos termos
da Lei da Consolidação das Leis do Trabalho de 28 a 30 de 07
da seção de Inspeção do Trabalho.

Recife, 21 de fevereiro de 1983


DIRETOR DA D. P. T.

V I S T O
Em, 21 de fevereiro de 1983

Delegacia Regional do Trabalho/PE

AL ELEITORAL

TORAL DA 5ª ZONA

CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA

PRAZO 03 (TRÊS) DIAS

Mauro Jordão de Vasconcelos,
da Zona da Comarca do Recife,
de Pernambuco, em virtude da

a todos os que o presente E
conhecimento tiverem ou a quem
que, de acordo com o Código E
foram deferidas as transferên
infra discriminados.

DE BARROS

DE BARROS

DE BARROS

DE BARROS

ara constar, mandei passar o
o qual será publicado no Diá-
Minado em local de costume,
a Lei. DADO E PASSADO nesta
Capital do Estado de Pernambu-
do, aos 25 de agosto do ano de
oitenta e três (30/08/83).

Assinatura, subscrevi.
de, 30 de agosto de 1983

Assinatura de Vasconcelos,
Eleitoral da 5ª Zona
Vasconcelos.

ORAL DA SÉTIMA ZONA-PE

L Nº 30/83

PRAZO DE 05 DIAS

O RODRIGUES DOS SANTOS, juiz
Zona do Recife, Capital do
em virtude da Lei, etc...

o presente EDITAL virem, de
a quem interessar possa, que
seus títulos os seguintes E

2/83, Edson Nascimento de Sou-
Antonio Barbosa de Melo, 224/83,
5/83, Maria José Vieira de Sou-
iz de Sousa Macedo, 231/83, Ri-
silva, 232/83, Solange Pereira
Daniel Soares da Rocha, 235/83
Costa, 236/83, José Cavalcanti
Luiz Carlos de Arruda, 238/83,
es da Silva, 242/83, Rilda Ber-
243/83, Celia Maria Alves, 245/
ra Junior, 246/83, Maria Auxi-
de Azevedo Pedrosa, 247/83, Ma-
248/83, Manoel Fernandes de
do Coutinho de Barros, 250/83,
251/83, Luzinete Oliveira de Li-
gelica de Araújo Gouveia, 253/
ires D'Amorim, 254/83, Isabel
255/83, José de Ribamar Soares

ao conhecimento de todos, man-
e EDITAL com o prazo de cinco
publicado no Diário da Jus-
cal de costume.

sta cidade do Recife, no Car-
etima Zona, aos trinta e um
agosto do ano de mil novecen-
(1983). EU Rilda Correia Campos
, Chefe da Setima Zona Eleito-

Assinatura

EL DA SÉTIMA ZONA-PE

drigues dos Santos

ITORAL DA SÉTIMA ZONA-PE

ITAL Nº 31/83

NCIAS PRAZO DE 03 DIAS

O RODRIGUES DOS SANTOS, Juiz
Zona do Recife, Capital do
, em virtude da Lei, etc...

o presente EDITAL virem, de
a quem interessar possa, que
edidos de transferência dos
criminosos:

nscrições, 21/83, Gilberto Eduar-
76, 41/83, Antonio Miguel Borges

dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oi-
tenta e três (1983). EU Rilda Correia Campos
RILDA CORREIA CAMPOS, Chefe da Setima Zona Eleito-
ral, subscrevi.

Assinatura

JUIZ ELEITORAL DA SÉTIMA ZONA-PE

a) Dr. Francisco Rodrigues dos Santos

OITAVA ZONA ELEITORAL

SENTENÇA

VISTOS etc.

Com a informação datada de 05 do corrente
mês, a Chefia da Oitava Zona Eleitoral encaminhou a
este Juízo relação de eleitores que deixaram de vo-
tar em três eleições seguidas, sem que tivessem jus-
tificado suas faltas, correspondente à 66ª à 87ª se-
ção desta Zona.

Determinei a expedição do Edital nº 51/83,
com o prazo de dez dias. O Edital foi publicado no
Diário da Justiça nº 155, de 18.08.83, tendo decor-
rido o prazo legal com contestação. Por outro lado,
nenhum eleitor compareceu a Cartório a fim de reco-
lher multa pelas faltas.

ISTO POSTO:

Nos termos do art. 71, inciso V do Código E-
leitoral e de acordo com o art. 48 da Resolução nº
7875/66, do Tribunal Superior Eleitoral, determino
o cancelamento das inscrições dos eleitores a se-
guir discriminados, os quais deixaram de votar em
três eleições seguidas:

Seção 66ª:
Fernando Antonio Dantas Almeida, nº 23.436; Maria J
José da Conceição, nº 23.743; Ilgênio Manoel da Cos-
ta, nº 23.690; Inês Leitão Pereira da Costa, nº ...
25.002; José Pereira de Lima, nº 23.652; Maria José
de Oliveira, nº 27.225; Paulo Roberto Rodrigues, nº
23.682; Maria Auxiliadora Neves Santos, nº 24.803;
Clóvis Pereira da Silva, nº 23.223; Napoleão Ribe-
ro da Silva, nº 23.256; Nelson Gonzaga da Silva, nº
Marlúcio Moreira de Souza, nº 24.981;

- Seção 67ª:
José Djair Pires de Andrade, nº 25.096; Antonio Jo-
sé Apolinário nº 35.754; Luiz Tibúrcio Cavalcanti -
nº 25.149; Célia Lins de Melo, nº 25.039; Elvira Ma-
ria Santiago Padilha, nº 23.287; Bernardo Spindola
Rodrigues, nº 24.00; Arcelino José dos Santos, nº...
35.538; Geralmy José da Silva, nº 25.044; Severina
Isabel da Silva, nº 35.749; Gilberto Jorge de Souza
nº 22.625;

- Seção 68ª:
Carlos Carneiro de Albuquerque, nº 23.894; Cléa Pa-
checo de Albuquerque, nº 24.669; Gilvan da Silva -
Araújo, nº 26.705; Edelzuita Galdino da Silva, nº...
24.011; Maria José de Santana da Silva, nº 28.146;
Isabel Olímpia Carneiro Vieira, nº 26.816;

- Seção 69ª
Iraguaci Coedeiro Dantas, nº 24.473; Maria Eunice
Moreira Dias, nº 24.090; Rivaldo Campos Montenegro,
nº 24.317; Maria Julia Lorêto da Mota, nº 24. 336;
José Caetano de Oliveira, nº 36.593; José Liberato
Martins dos Santos, nº 24.130;

Fernando Peixoto de Siqueira, nº 24.416; Genivaldo
Siqueira Wanderley, nº 24.193;

- Seção 70ª
Luiz Barros de Aguiar, nº 35.718; Ester de Carvalho
Paes Barreto, nº 24.457; Alvaro Lôbo Braga, nº
24.329; Pedro Xavier da Fêrega Filho, nº 24.646; Se-
verino Felix dos Santos, nº 24.476; Maria Pereira -
Santiago, nº 24.600; Glória Maria de Carvalho Vas-
concelos, nº 24.071;

- Seção 71ª:
Jacira Maria Dias Batista, nº 25.971; Luiz Didier -
Cumari, nº 26.440; Ivanildo José da Cunha, nº 26.20
digo nº 26.208; Maria do Carmo Santos Lopes, nº ...
26.367; Eudesia Francisca de Moraes, nº 26.418; Oli-
ete Soares de Oliveira, nº 26.036; Cledivaldo dos -
Santos, nº 26.218; Amara Josefa da Silva, nº 26.117
Eduardo Pereira da Silva, nº 26.163; Ubirajara Bar-
boza de Souza, nº 26.228;

- Seção 72ª:
Edson José Correia, nº 29.531; Educal Lima de Oli-
veira, nº 29.295; Educal Lima de Oliveira, nº 29.295
Josefa Teixeira de Oliveira, nº 29.296; Romildo Pau-
lino da Silva, nº 29.226; Maurício Marques Wander-
ley, nº 29.332;

- Seção 73ª:
Erotides Barbosa Alcoforado, nº 29.763; Oscar Pedro
sa de Andrade, nº 37.114; Antonio Vicente de Araújo
Filho, nº 30.010; Acácia Andrade de Moraes Coutinho
nº 36.347; Selene Nobre Maia, nº 30.459; Stella No-
bre, nº 30.458; Ademilton Marques da Silva, nº
30.315; Jorge Smolinoff, nº 30.415; José dos San-
tos, nº 29.585; digo José dos Santos Sodré; Maria
da Fátima Santana de Souza, nº 35.003.

-Seção 77ª:

Léa Ribeiro Campos, nº 39.158; I
nº 39.181; Mario de Macêdo Danta
Gomes Ferreira; Joaquim Américo
39.236; Romero José de Andrade
Elias Modesto Martins, nº 39.27
de Miranda Pereira, nº 39.283;
ra de Mesquita, nº 39.298; Mari-
raes, nº 39.314; Ruy Nóbrega, n
Batista do Rêgo, nº 39.361; Ant
39.369; Carlos Alberto de Morai
Antonio Inacio da Silva, nº 39.
ra da Silva, nº 39.388; Gentil
39.393; Pedro Alexandrino Maia

-Seção 78ª:

Maria Helena de Barros, nº 39.5
Toscano Barreto, nº 39.478; Nea
nº 39.486; Theodosio Cadena, n
Cavalcanti Campelo, nº 39.506;
lheira, nº 39.511, Luiz Carlos
nº 39.521; Antonio Candido Ferr
to Januario de Lima, nº José de
39.620; Maria Dulce de Araujo M
ck Afonso de Melo, nº 39.630; Ju
nº 39.647; Pedro Jones Reis Sam
ão Alves da Silva, nº 39.750; M
nº 39.758; Marupiraja Moura da
Joaquim Soares Filho, nº 39.787
Vasconcelos, nº 39.807; Maria L
nº 39.815;

- Seção 79ª:

Judith Balbino Barros, nº 39.86
Lessa Ferreira, nº 39.931; Seve-
ma, nº 39.965; Galba de Almeida
sildo da Silva Maia, nº 39.985;
Nascimento, nº 40.015; José Amar
40.080; Manoel Antonio dos Sant
ses Inacio da Silva, nº 40.122;
digo, Silva, nº
- Seção 80ª:

Luzia Maria da Silva Amorim, nº
de Barros, nº 40.192; John Will
nº 40.213; Abílio Alvaro da Cruz
da Conceição Paiva Egito, nº 40
Franco, nº 40.296; Maria de Lou
40.298; Fernanda Rosa Borges de
Benedito Gomes Macêdo, nº 40.3
de Oliveira Melo, nº 40.370; Al-
digo, Moreira, nº 40.385; Alfred
40.504;

- Seção 81ª:

Edson Alexandre Alves, nº 40.54
ra Campos, nº 40.594; Adelaide
nº 40.633; Normelia Maria Frei-
lon Gomes Filho, nº 40.682; Gi-
digo, Navarro, nº 40.748; Paul
Oliveira, nº 40.768;

Moisés Soares Pessoa, nº 40.78
de Santana, nº 40.805; Severin
nº 40.874; Luiza Acíoli de Siqu-
genes Marcello Cavalcanti Wande-
40.909;

-Seção 82ª:

Joana Ferreira de Andrade, nº 4
Bezerra, nº 40.946; José Alfrêd
Luciano Faria Correia, nº 40.97
Duarte, nº 40.982; Narcizo Berr
Djalma Antonio Gonçalves, nº 41
Costa Lima, nº 41.025; Esther L
41.026; Pedro Nicolau da Mota I
Alberto Palmeira dos Santos, nº
dos Santos, nº 41.126; Atila No-
va, nº 41.135; Joel Florentino
Josefa Paula da Silva, nº 41.1
Silva, nº 41.163; Orlando Bastos
Euclides Flor de Vasconcelos,

- Seção 83ª:

Maria José Barbosa, nº 41.210;
nº 41.232; Maria do Carmo Arau-
Vera Lucia Pereira Monteiro da
rezinha de Jesus Soares de Melo
Luiz do Nascimento, nº 41.312;
ma Ramos, nº 41.326; Maria de
41.339; Alaide Marques da Silv
ta Francisca da Silva, nº 41.3
digo, Silva, nº 41.363; José M
41.366; Marina Maria da Silva,
- Seção 84ª:

José Carlos Curti Alencar, nº 4
de Andrade, nº 41.411; Edçara
41.449; João "Carcolino de Lima
aria de Araújo Porto, nº 41.64
Feira Reis, nº 41.672; Virgíni
nº 41.674; Antonio Lourenço do
Ivanildo Monteiro da Silva, 41
- Seção 85ª:
Maria José Rofino Alves, nº 41
nº 41.875; Georgia Braga Franç
Gerald de Gusmão, nº 41.894;
liveira, nº 41.961; Edite Viei
41.998; Maria do Carmo Maia Am

omeação dos funcionários abaixo rela-
la a seguinte Apostila:

ONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

APOSTILA

quem se refere o presente, teve a refe-
efetivo retificado, nos períodos mencio-
ção haver sido beneficiado na época pró-
to por Mérito, instituído pela Resolução
ibunal Superior Eleitoral.

E — REF. — MÊS/ANO

o de Holanda Melo — Téc. Jud. — Esp.
José Geraldo Gomes Cavalcanti — Téc.
-24 — 05/81; Leda Albuquerque Soares —
— 55 — 11/80; Maria Antônia Wanderley
— NS-19 — 05/81; Téc. Jud. — Esp.
Téc. Jud. — Esp. — NS-25 — 11/82;
tinho de Melo — Téc. Jud. — «C» —
Jud. — Esp. — NS-24 — 11/81; Téc.
-25 — 11/82; Nadir Carneiro de Assis —
— NS-19 — 05/81 Téc. Jud. — Esp. —
ne Maria Carneiro Leão Leimig — Téc.
— 11/80; Téc. Jud. — Esp. — NS-24 —
o de Barros — Téc. Jud. — «C» — NS-18
— Esp. — NS-23 — 11/81; Téc. Jud.
— 11/82; Jayr Chaves da Costa Figueirôa
— NS-23 — 11/82; Evani Ferraz — Téc.
-14 — 05/81; Téc. Jud. «C» — NS-19 —
— «C» — NS-10 — 11/82; Leonor Pinho
d. — «B» — NS-14 — 05/81 Téc. Jud.
81; Téc. Jud. — «C» — NS-20 — 11/82;
essoa — Téc. Jud. — «B» — NS-13 —
— «C» — NS-8 — 11/81; Téc. Jud. —
11/82; Maria Zélia Wanderley de Melo —
— NS-13 — 05/81; Téc. Jud. — «C» —
c. Jud. — «C» — NS-19 — 11/82; Maria
A. Correia — Téc. Jud. — «A» — NS-9
— «B» — NS-14 — 11/81; Téc. Jud. —
11/82; Clayde Wanderley S. de Oliveira —
— NM-33 — 05/81; Nivaldo Villas Boas
Jud. — Esp. — NM-33 — 11/82; Rilda
Aux. Jud. — «B» — NM-30 — 05/81;
da Silva — Aux. Jud. — «B» — NM-30
ndeira Rosalvo — Aux. Jud. — Esp.
audemiro da Silva Cardeal — Aux. Jud.
— 05/81; Aux. Jud. — Esp. — NM-33 —
nando Martins — Aux. Jud. — «B» —
ix. Jud. — Esp. — NM-33 — 11/82; Eli-
— Aux. Jud. — «B» — NM-29 — 05/81;
— NM-33 — 11/82; Olívia Maria de M.
l. — Esp. — NM-33 — 11/82; Fernando
Atd. Jud. — Esp. — NM-30 — 05/81; Jo-
— Atd. Jud. — «C» — NM-26 — 05/81;
— NM-30 — 11/82; Paulo Gomes de A-
— «B» — NM-21 — 05/81; Atd. Jud. —
11/81; Atd. Jud. — «C» — NM-27 — 11/82;
M. de Vasconcelos — Ag. Adm. — Esp.
Glória Maria Freire Brasil — Ag. Adm.
— 05/81; Ag. Adm. — «C» — NM-26 —
onçalves Lima — Aux. Jud. — «B» —
José Joaquim da Silva — Atd. Jud. —

Tribunal Regional Eleitoral de Pernam-
buco de 1983.

Antônio da Silva — Diretor Geral

por ter saído com incorreção no original)

L DA PRIMEIRA ZONA DO RECIFE

EDITAL N.º 47/83

Deferimento de Inscrição

JOÃO DAVID DE SOUZA FILHO, Juiz Elei-
Zona do Recife, Capital do Estado de

pehiana Costa da Silva; 97.525 — Joanita Maria do Nasci-
mento; 97.526 — Francisco José dos Anjos Bandeira de
Mello; 97.527 — Lucia Maria Silva Valença; 97.528 — Ro-
gerio Fernandes Hiuna da Silva; 97.529 — Antonio Carlos
Raimundo de Lima; 97.530 — Maria da Penha dos Santos;
97.531 — José Urubatan Protector; 97.532 — Fernanda Ma-
ria Carvalho Damasceno; 97.533 — Roberto Alves da Silva;
97.534 — Severino Francisco Gomes; 97.535 — Mônica Ma-
ria Teixeira Fiusa; 97.536 — Antonio José dos Santos; ...
97.537 — Ranielson Ramos de Oliveira; 97.538 — Maria Te-
resa de Meneses Medeiros; 97.539 — Celia Gonzaga dos San-
tos; 97.540 — Romildo Xavier Mendes; 97.541 — José Diniz
dos Santos de Oliveira; 97.542 — Edvard da Silva Santos;
97.543 — Josefa da Silva; 97.544 — Fatima Alves de Andra-
de; 97.545 — Saleta Maria de Sousa; 97.546 — Magna Fer-
reira Carneiro da Cunha; 97.547 — Gizele Socorro Pereira;
97.548 — Maria do Carmo Vieira; 97.549 — Valdeci Felix de
Souza; 97.554 — Sonia Lucia Santa Cruz Pedrosa; 97.555
— Manoel Peixoto de Oliveira Neto; 97.556 — George Fer-
nando Rodrigues Pereira; 97.557 — Avani Salvador Couti-
nho; 97.558 — Maria José dos Santos; 97.559 — Renata
Conceição Wanderley de Mello; 97.586 — Valdir Ramos da
Silva; 97.587 — Antonio Santos da Silva; 97.588 — Amalia
Pereira Gomes; 97.589 — Murilo Soares de Lima; 97.590
— Maria José Silva de Lima; 97.591 — Paulo Ricardo Mar-
ques da Silva; 97.592 — Sandra Ribeiro de Andrade; 97.593
— Maria Fernanda Guimarães; 97.594 — Gerhard Robert
Leopold; 97.595 — José Antonio de Lima; 97.596 — Manoel
Buarque Wanderley; 97.597 — Robson Medina Catão; 97.598
— Josabet Francisca de Barros; 97.599 — Zilma Tórres
Ferreira; 97.600 — Maria José da Silva; 97.601 — Heloisa
Pedrosa de Araújo; 97.602 — Sandra Maria Felix de Souza;
97.603 — Zeneto Nunes da Silva; 97.604 — Martha Maria
de Oliveira Teixeira; 97.605 — Merijane Salvino de Melo;
97.606 — Sandra Rejane da Silva; 97.607 — Hobedes Duar-
te da Silva; 97.608 — Pedro José Gomes Alves; 97.609 —
Carlos Francisco Bezerra; 97.610 — Gilson Gomes da Silva;
97.611 — Ricardo José Rodrigues; 97.612 — Severino Her-
minio Pereira; 97.613 — Maria Rosemary de Lima; 97.614
— Quiteria Rodrigues da Silva; 97.615 — Flavia Trindade
de Araújo; 97.616 — José Serafim de Santana Filho;
97.617 — Edmilson Marinho do Carmo; 97.618 — Ronaldo
Pereira da Silva; 97.619 — Elizabeth Regina Alves San-
tiago; 97.620 — Abbilenio Alves da Silva; 97.621 — Geral-
do Vieira de Souza; 97.622 — Maria Lucinete da Silva; ...
97.623 — Cosmo José dos Santos; 97.624 — Maria Gorete
Figueirôa; 97.625 — Isaac José Araújo de Miranda; 97.626
— Analice da Silva Soares; 97.627 — Mônica Maria Ramos
Lacerda Angelim Maia; 97.628 — Samuel Ramos da Silva;
97.629 — Nadja Queiroz de Sena; 97.630 — Francisco Ale-
xandre da Costa; 97.631 — Carmem Lucia Andrade de Car-
valho; 97.632 — Ana Karla Assis Lima; 97.633 — Angela
Lucia Caminha Barcelino; 97.634 — Ricardo Sérgio Moraes
Monteiro; 97.640 — Krool Simão da Silva; 97.641 — Erick
Gomes da Silva; 97.642 — Walter Gomes da Silva; 97.643
— Benedita Josefa de Lima; 97.653 — Claudia de Oliveira
Guimarães; 97.654 — Amaro Joaquim da Silva Filho; ...
97.655 — Sergio Ricardo Vasconcellos Albuquerque;
97.656 — Claudia Margareth Tavares do Nascimento;
97.657 — Patricia de Mello Mazullo; 97.658 — Vera Lucia
Figueiredo; 97.659 — Antonia Velca Rodrigues Bezerra;
97.660 — Carlos Alberto de Amorim; 97.661 — Rita Rodri-
gues da Silva; 97.662 — Marcus Vinicius da Costa Aguiar;
97.663 — Eliane Araújo da Silva; 97.664 — Maria Regina
Lapa Campos; 97.665 — Elaine Maria Rodrigues de Gêno-
va; 97.666 — José Marcos Martins; 97.667 — Marcos José
de Carvalho; 97.668 — Lauriston Alves de Siqueira; 97.669
— Ivana dos Santos; 97.670 — Amaury José Lopes; 97.671
— Joel Macedo da Silva; 97.672 — Sandra Maria Alves da
Silva; 97.673 — Josué Carneiro da Silva; 97.674 — Rita
Maria Araújo de Miranda; 97.675 — Ana Paula de Paula
Leal; 97.676 — Maria José Bezerra do Nascimento; 97.677
— Jusineide Alves de Souza; 97.678 — Juarez Argolo Messa
Sampaio; 97.679 — Roberto Alves de Lima; 97.680 — Yêda
Maria Mendes Ferrares; 97.681 — André Gil Pereira Lima;
97.682 — Ivani Ferreira Sales; 97.683 — Josefa Maria da
Silva; 97.684 — Roberta Chabo; 97.685 — José Gomes da
Silva Filho; 97.686 — Paulo Guilherme Carneiro da Silva;
97.687 — Ivo Ferreira da Silva; 97.688 — Simone Maria
Couceiro da Silva; 97.689 — Francisco Paixão da Silva Ne-
to; 97.690 — Luiz Carlos Simplicio da Silva; 97.691 — Ma-
ria de Fátima de Souza e Silva; 97.692 — José Pedro Luiz
de Lacerda; 97.693 — Carlos Geraldo de Oliveira; 97.707
— José Antonio de Amorim Filho; 97.708 — Luciano Lacer-
da Medina; 97.709 — Luciene Lira Soares Pereira; 97.710
— Josefa Maria dos Santos; 97.711 — Gilmar Pereira da

JUIZO ELEITORAL DA PR
RECIFE

EDITAL N.º

DEFERIMENTO DE TR

O Doutor João David de So-
da Primeira Zona do Recife, ca-
nambuco, em virtude da Lei, etc

Faz Saber, aos que o prese-
conhecimento tiverem, que Defer-
rência dos eleitores abaixo relac

N.º DO TITULO —

97.550 — Maria Aparecida
— Daniel Roberto Matias; 97.5
Reis; 97.553 — José Eduardo
Fátima Amorim Soares Lima; 9
Leiras; 97.562 — Cristina Lino
que; 97.563 — Cleonice Oliveira;
Marcus Francisco de Oliveira; 97
raz Barbosa; 97.566 — José Ot
Albano Soares; 97.568 — Albano
Alvani Rezende Soares; 97.570
— Ivanildo Batista do Nascimento
te Carvalho Jerônimo; 97.573 —
Nascimento; 97.574 — Edison I
97.575 — Hildburg Solter; 97.5
cimento; 97.577 — Raimundo E
— Alcineide Rosal Benvido Nu
zaga Baptista da Silva; 97.580
97.581 — Antonio Cordeiro de
Bartolomeu dos Santos Almeida;
Pires Maranhão Luna; 97.584 —
letti; 97.585 — Lais Cristina d
de Almeida Falcão; 97.636 —
Santos; 97.637 — Fernando Car
97.638 — Lourival Alves de Fr
co de Sales Silva; 97.644 — Ce
97.645 — Eric Marques Leça;
de Souza Filho; 97.647 — Tâni
ly de Melo; 97.648 — Martha
97.649 — Shirly de Queiroz; 9
Serpa; 97.651 — Marcelia Rodr
— Elsa Cardoso Lira; 97.694 —
Cajú; 97.695 — Amarides Vieir
97.696 — Almir Alves de Castr
tins; 97.698 — Marli Maria Alv
Emilia Naura Santos Bouzada;
Bouzada; 97.701 — Filizardo Nu
Maria de Fátima Lima Mafra da
cos Augusto Nogueira de Alb
ria Auxiliadora Paes de Albuqu
co Telesforo Celestino; 97.706 —
Jo Castro.

Do Que, para constar, mand-
tal que será publicado no Diár
e afixado no local de costume.

Dado e Passado nesta cidade
tado de Pernambuco, aos vinte-
agosto do ano de mil, novecent-
(23.08.83). Eu, Elisia Cajaseiras
Chefia da Primeira Zona Eleito
sino.

João David de Souza Filho

JUSTIÇA DO T

Publicação de Acórdãos do Trib
da Sexta E

Proc. n.º TRT — DC — 33
Suscitante: Sindicato dos Empre-
gadores Privados e Capitalização e
Seguros Privados e de Crédito n
Suscitados: Sindicato das Em-
em Pernambuco, Sindicato dos
vados em Pernambuco e outra

Procuradoria Regional, deferir a cláusula 2a. que o aumento real de salário, em nenhuma hipótese, seja aplicado proporcionalmente; 3) por unanimidade, deferir a cláusula 3a. determinando-se que para os servidores antes de 1.º de novembro de 1982 percebiam salário mínimo, o salário resultante do reajuste não poderá ser inferior ao que for atribuído após aquela data, com salário mínimo vital; 4) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a cláusula 4a. para determinar o critério de emprego para a função de outro cargo, fica garantido àquele salário igual ao do cargo de origem; 5) por maioria, deferir a cláusula 5a. que as bases do presente dissídio coletivo sejam aos empregados que, a serviço de Agentes no Estado de Pernambuco, das Sociedades Privadas e Capitalização, trabalham nesse ramo de atividade, e a todas que estejam enquadradas na categoria profissional dos Agentes; 6) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, a indefinição, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, a indefinição, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a cláusula 6a. determinando-se que os aumentos espontâneos ou não, sejam considerados a data base e a data do presente dissídio, compensando os decorrentes de promoção, readaptação, transferência, equiparação salarial ou alteração de salário resultante da mudança de trabalho; 7) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a cláusula 7a. para determinar que, ressalvada a hipótese de dispensa da empregada gestante, a licença por motivo de gravidez até 60 (sessenta) dias após o término do repouso previsto no artigo 392 da CLT; 8) de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a cláusula 8a., contra o voto do Juiz Regional, a cláusula 8a., contra o voto do Juiz Regional; 9) por maioria, deferir a cláusula 9a. que fica vedada a dispensa dos empregados

jornada de trabalho anualmente, de segunda a sexta-feira; 17) por unanimidade, deferir a cláusula 17a. para estabelecer que as empresas representadas pelo seu Sindicato Patronal, às suas próprias expensas, farão seguro de acidentes pessoais a favor de seus empregados, garantindo indenização de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) por morte e no máximo de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) por invalidez permanente; § único: a obrigação prevista nesta cláusula não se aplica às empresas que tenham feito seguro de acidentes pessoais, nas mesmas ou em condições superiores; 18) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a cláusula 18a. para estabelecer que as empresas que exigirem o uso de uniforme dos seus empregados ficam responsáveis pelo seu fornecimento, sem que seja efetuado qualquer desconto no salário do empregado para compensação de tal despesa; 19) por unanimidade, deferir em parte a cláusula 19a. para determinar que as empresas que não fornecem alimentação própria aos seus empregados, integrantes da categoria dos securitários, se obrigam a conceder-lhes tickets ou vales para refeição, no valor de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros), reajustável semestralmente, segundo critério legal vigente à época do reajuste futuro, com a participação dos empregados no seu custeio, conforme determinação legal, podendo ser diretamente proporcional aos seus ganhos, e observadas as localidades onde existirem esses serviços de alimentação; 20) por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir a cláusula 20a. para estabelecer que para efeito de justificação de faltas ao serviço, aceitarão as empresas os atestados médicos e odontológicos, estes de emergência, expedidos pela clínica do Sindicato da categoria profissional; 21) por maioria, deferir a cláusula 21a. para determinar que as empresas descontem de todos os seus empregados admitidos até 31.12.1982, 10% (dez por cento) para os sócios quites em dezembro de 1982 e 20% (vinte por cento) para os não sócios, sobre o reajuste relativo ao ano de 1982.

Proc. Nº TRT — AP-1724
gravante: Kátia M. Santiago
do Targino de Brito — Adv.
Melra e Manoel Felizardo Net.
João Pessoa — PB. Acórdão:
homologa. Decisão: Acordam.
nal do Trabalho da 6a. Regi-
lar a conciliação de fls. e, e
judicado o agravo. Recife, 26
Valença Alves, Juiz Vice-Pres-
dência; Francisco Fausto, Rel.
Bitu, Procuradora Regional.

ogados: Cláudio Murilo Raposo
ais — Procedência: 7a. JCJ do
ta: Impossível o reconhecimento
a existência ou mesmo pacto
s. Decisão — Acordam os Juizes
Trabalho da Sexta Região, por
mento ao recurso para julgar o
reto de ação. Recife, 27 de ju-
nça Alves — Juiz Vice-Presiden-
cia; Clóvis Corrêa Filho — Juiz
Lafayette de A. Bitu — Procura-

— 626/83 — Recurso Ordinário —
inho Arimbi — Recorridos: Abílio
1) — Advogados: José Apoliná-
Jorge Griz — Procedência: JCJ
Ementa: Salário família. E de-
Decisão — Acordam os Juizes
Trabalho da Sexta Região, por
parecer da Procuradoria Regio-
recurso, contra o voto dos Juizes
ita que lhe davam provimento
a reclamação. Recife, 26 de ju-
valença Alves — Juiz Vice-Presi-
dência; Francisco Fausto — Juiz
Acórdão; Maria Thereza Lafayette
Regional.

— 639/83 — Recurso Ordinário —
Coutinho (Frenda Bom Jesus)
mo de Barros — Advogados:
José do Patrício dos Santos —
ade-PE — Acórdão — Ementa:
do recurso quando o advogado
argora. Decisão — Acordam os
do Trabalho da Sexta Região,
unidade, de acordo com o pare-
al, não conhecer do recurso por
oscritor. Recife, 02 de agosto de
lves — Juiz Vice-Presidente no
Clóvis Corrêa Filho — Juiz Re-
Lafayette de A. Bitu — Procurador

— 672/83 — Recurso Ordinário
— Indústria do Amazonas —
Fraga — Advogados: José Wil-
Saraiva — Procedência: 1a. JCJ
— Ementa: Se a prova de paga-
ção pelos serviços prestados não
ção de emprego. Decisão — A-
nal Regional do Trabalho da
dade, não conhecer como preli-
da inicial. Recorrente. Mé-
acordo com o parecer da Pro-
vimento ao recurso para julgar
o direito de go. Recife, 26 de
Valença Alves — Juiz Vice-Presi-
dência; José Ajuricaba da
or; Maria Thereza Lafayette de
onal.

— 674/83 — Recurso Ordinário —
S.A. — Recorrido: Francisco
Advogados: Mécem Ferreira Li-
eus — Procedência: 2a. JCJ de
Ementa: Recurso que se não co-
— Acordam os Juizes do Tri-
o da Sexta Região, por unani-
ar de não conhecimento do re-
la pela Procuradoria Regional.
(as) Clóvis Valença Alves — Juiz
da Presidência; Henrique Mes-
a Thereza Lafayette de A. Bitu

— 684/83 — Recurso Ordinário
erto Malheiro Feliciano — Re-
tiva — Advogados: Henri Geral-
lzac e Ascencio Freire Cardoso
João Pessoa PB — Acórdão —
o de prejudicar o autor, no en-

lença Alves — Juiz Vice-Presidente no exercício da Presi-
dência; José Guedes Corrêa Gondim Filho — Juiz Relator;
Maria Thereza Lafayette de A. Bitu — Procurador Regio-
nal.

Proc. N.º TRT — RO — 697/83 — Recurso Ordinário — Recor-
rente: Otávio de Oliveira Lima — Recorrido: Stela Enge-
nharia S.A. — Advogados: Douglas Alberto Marinho do
Passo e José Maria Fonseca Lindoso — Procedência: 8a.
JCJ do Recife — Acórdão — Ementa: Resolução contratual.
E de se deferir as verbas devidas se inexistir prova de sua
quitação. Decisão — Acordam os Juizes do Tribunal Re-
gional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, dar
provimento parcial ao recurso para julgar procedente em
parte a reclamação, condenando-se a reclamada ao paga-
mento dos títulos de férias e 13.º salário proporcionais, re-
pouso semanal remunerado, salários retidos e FGTS no có-
digo 04. Recife, 03 de agosto de 1983. as) Clóvis Valença
Alves — Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência;
Henrique Mesquita — Juiz Relator; José Sebastião de A.
Rabelo — p/Procuradoria Regional.

Proc. N.º TRT — RO — 698/83 — Recurso Ordinário —
Recorrente: Bartolomeu Pacheco Ferreira dos Santos (En-
genho Penedo de Cima) — Recorrido: Luiz Crispim da Sil-
va — Advogados: João Jerônimo Rego das Neves e Walmir
Costa — Procedência: 8a. JCJ do Recife — Acórdão —
Ementa: Recurso de que não se conhece por deserção. De-
cisão — Acordam os Juizes do Tribunal Regional do Tra-
balho da Sexta Região, por unanimidade, de acordo com o
parecer da Procuradoria Regional, acolher a preliminar de
não conhecimento do recurso por deserto, arguida pelo re-
corrido. Recife, 14 de julho de 1983. as) Clóvis Valença
Alves — Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência;
José Ajuricaba da Costa e Silva — Juiz Relator; Evêrildo
Gaspar Lopes de Andrade — p/Procuradoria Regional.

Proc. N.º TRT — RO — 700/83 — Recurso Ordinário —
Recorrente: Katia Maria da Silveira Soares — Recorrido: El-
gin Máquinas S.A. — Advogados: Antônio Bernardo da
Silva Filho e Aécio Dal Bosco Acauan — Procedência: 8a.
JCJ do Recife — Acórdão — Ementa: A despedida imoti-
vada da empregada gestante frustra o benefício previdenci-
ário, investindo-se o empregador na responsabilidade do
pagamento do salário-maternidade. Decisão — Acordam os
Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região,
por maioria, de acordo com o parecer da Procuradoria Re-
gional, dar provimento ao recurso para acrescentar à conde-
nação o salário-maternidade, contra o voto dos Juizes Re-
visor e Henrique Mesquita, de lhe negavam provimento
Recife, 06 de julho de 1983. as) Clóvis Valença Alves —
Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência; José Gue-
des Corrêa Gondim Filho — Juiz Relator; Maria Thereza
Lafayette de A. Bitu — Procurador Regional.

Proc. n.º TRT — RO — 703/83 — Recurso Ordinário
— Recorrente: Empresa Imobiliária de Pernambuco S.A.
— Recorrido: Israel Cabral de Medeiros — Advogados:
Danilo Padilha de Oliveira e Aline Nunes — Procedência:
1a. JCJ do Recife — Acórdão — Ementa: Hipótese pre-
vista no artigo 455, da CLT. O empregador que emprei-
ta determinada obra, arcará com o ônus do inadimple-
mento do empreiteiro, para o perfeito resguardo dos di-
reitos trabalhistas dos incautos operários. Decisão — A-
cordam os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da
Sexta Região, por unanimidade, de acordo com o parecer
da Procuradoria Regional, negar provimento ao recurso.
Recife, 26 de julho de 1983. as) Clóvis Valença Alves —
Juiz Vice-Presidente no exercício da Presidência; Clóvis
Corrêa Filho — Juiz Relator; Maria Thereza Lafayette de
A. Bitu — Procurador Regional.

Proc. n.º TRT — RO — 706/83 — Recurso Ordinário
— Recorrente: Severino Bernardo dos Santos e Empresa
Agrícola Pirangi Ltda. — Recorridos: Os mesmos —
Advogados: Reginaldo Alves de Andrade e Hélio Luiz
Fernandes Galvão — Procedência: JCJ de Palmares-PE
— Acórdão — Ementa: Indústriário. Faz jus ao salário-
família. Hipótese da Lei 4266/63. Decisão — Acordam os
Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região,
pelo voto de desempate do Sr. Juiz Presidente, acompa-
nhando o voto dos Juizes Francisco Fausto, Clóvis Cor-
rêa e Otávio Ferreira, de acordo com o parecer da Pro-
curadoria Regional, de não conhecer do recurso.

Proc. n.º TRT — RO — 709/83 —
— Recorrente: Usina Massauassu S/A. —
leno José Pragas — Advogados: José
e Mozart B. Neves — Procedência: JCJ
Acórdão — Ementa: Atendo-se a senten-
autor, é de ser desacolhida pretensão
excluir parcelas da condenação por ju-
petita". Decisão — Acordam os Juizes
gional do Trabalho da Sexta Região, po-
acordo com o parecer da Procuradoria
provimento ao recurso. Recife, 14 de j-
Clóvis Valença Alves — Juiz Vice-Pre-
cio da Presidência; José Guedes Corrêa
Juiz Relator; Maria Thereza Lafayette d-
curador Regional.

Proc. n.º TRT — RO — 712/83 —
— Recorrente: Whissys Gutemberg Alv-
los — Recorrido: Esquema Mercantil
— Advogados: Paulo Azevedo e Jairo
Procedência: 3a. JCJ do Recife — Ac-
Hipótese de revelia capitulada no artigo
ção das Leis do Trabalho. Decisão —
do Tribunal Regional do Trabalho da
unanimidade, de acordo com o parecer
Regional, negar provimento ao recurso.
lho de 1983. as) Clóvis Valença Alves,
dente no exercício da Presidência; Clóvis
Juiz Relator; Maria Thereza Lafayette
curador Regional.

Proc. n.º TRT — RO — 728/83 —
— Recorrente: Simples — Sistemas, M-
mento Ltda. — Recorrido: Edilson M-
— Advogados: Luiz de Paula Cabral, J-
zac e Maria Nilza Malzac — Proce-
João Pessoa-PB — Acórdão — Ement-
pregador, na contestação, a demissão
impõe o posicionamento de colocação
ção do empregado naquele instante. De-
dência, o reclamante terá duas opções:
tamente as suas funções, exaurindo p-
processo, ou, em caso negativo, arcar c-
var efetivamente que foi demitido. De-
os Juizes do Tribunal Regional do Tra-
gião, por unanimidade, de acordo com
curadoria Regional, negar provimento
27 de julho de 1983. as) Clóvis Valen-
ce-Presidente no exercício da Presi-
rêa Filho — Juiz Relator; Maria The-
A. Bitu — Procurador Regional.

Proc. n.º TRT — RO — 725/83 —
— Recorrente: Adonias Bernardo da Si-
mundo da Fonte Indústria S/A. — R-
mos — Advogados: Odir Coelho Perei-
mando Mello — Procedência: 7a. JCJ
dão — Ementa: Os adiantamentos sem
ajustes ao final do mês, impõe o reco-
brigatoriedade no pagamento do aviso
ao empregado com menos de um ano d-
— Acordam os Juizes do Tribunal Re-
da Sexta Região, por unanimidade, de a-
cer da Procuradoria Regional, negar p-
os recursos. Recife, 02 de agosto de 19-
lença Alves — Juiz Vice-Presidente no
sidência; Clóvis Corrêa Filho — Juiz R-
reza Lafayette de A. Bitu — Procura-

Proc. n.º TRT — RO — 737/83 —
— Recorrente: Tecanor S/A — Têxtil C-
deste — Recorrido: Djalma Ferreira d-
dos: Geraldo Azoubel e Glória Fernan-
— Procedência: JCJ de Paulista-PE —
ta: Tem direito o empregado à indeniza-
danos, decorrente de irregularidade no
PIS. Decisão — Acordam os Juizes do
do Trabalho da Sexta Região, por unar-
do com o parecer da Procuradoria Re-
mento ao recurso. Recife, 06 de julho
vis Valença Alves — Juiz Vice-Presi-
da Presidência; José Guedes Corrêa
Juiz Relator; Maria Thereza Lafayette d-
curador Regional.

Proc. n.º TRT — RO — 741/83 —

ro Nova...
Norte, as propostas para a aquisição de pneus
e câmaras.

O Edital mencionado encontra-se afixado
no local acima e na Associação Comercial pa-
ra consultas, onde poderão ser obtidas melho-
res informações.

Celso—RN, 04 de novembro de 1983

Manoel Nascimento de Sousa — Capitão
Presidente da Comissão

Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

RUA DA AURORA Nº 111 — 12º ANDAR — EDI-
FÍCIO DUARTE COELHO — BLOCO "C" —
FONES: 231 5812 — 222 21 — RECIFE-PE.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCACÃO

Pelo presente Edital, convocamos todos os em-
pregados em Empresas de Seguros Privados e Ca-
pitalização, Corretoras de Seguros Privados e Ca-
pitalização, Corretoras e Distribuidoras de Títulos
e Valores Mobiliários e Cto, Empresas de Previ-
dência Privada Abertas e Fechadas, Montepios e
Prestadoras de Serviços Seguros, para se reuni-
rem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 22
de Novembro do corrente, no Auditório do Sin-
dicato dos Comerciantes Recife, à Rua da Im-
peratriz nº 67, nesta cidade às 17:30 horas em pri-
meira Convocação ou às 18:30 horas em segunda
Convocação, com o fim de discutir e aprovar as se-
guintes matérias da Ordem do Dia:

- a) Discussão e aprovação dos Termos de pro-
posta de Acordo Coletivo remetido aos Órgãos
Patronais e Empresas da Categoria Econômica;
- b) Delegar poderes à Diretoria do Sindicato
para negociar, firmar ou suscitar Dissídio
Coletivo na Justiça do Trabalho;
- c) Desconto Assinal em favor do Sindica-
to.

Recife, 17 de novembro de 1983

Raimundo das — Presidente



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.783.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

Assembléia Geral Extraordinária do dia vinte e dois de novembro de mil e novecentos e oitenta e três.—Termo de não Comparcimento de Associados em primeira convocação. As dezessete horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro de mil e novecentos e oitenta e três, no Auditório do Sindicato dos Comerciantes do Recife, à Rua da Aurora, digo, Rua da Imperatriz número sessenta e sete, quarto andar, nesta cidade do Recife, o Sr. Raimundo Ananias, Presidente do Sindicato, verificou que não havia em número suficiente, para instalação, em primeira convocação, dos trabalhos da Assembléia Geral Extraordinária Convocada para este dia, conforme Edital de convocação publicada no Jornal do Comércio do dia dezoito de novembro de mil e novecentos e oitenta e três. Diante disto, o Presidente do Sindicato declarou que os trabalhos seriam iniciados às dezoito horas e trinta minutos, com qualquer número de associados, presentes. Do ato, mandou lavrar o presente termo, por mim Secretária Geral do Sindicato, que assino juntamente com o Presidente. Recife, vinte e dois de novembro de mil e novecentos e oitenta e três. Delma Marques da Trindade. Secretária Geral. Raimundo Ananias. Presidente.

CONFERE COM A ORIGINAL

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
do Recife, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.783.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

22 de Novembro de 1983 - Campainha Sálon

Ordem	Nome Legível	Assinatura	
1	Raimundo Amarias	Munis	1
2	Hermando Feligola	Hermando Feligola SP	2
3	JOSE FERREIRA DE ARAÚJO	JOSE FERREIRA DE ARAÚJO - NAC.	3
4	Joana Dac Nunes	Joana Dac Nunes	4.2
5	Rosendo da Barros Lima	Rosendo da Barros Lima	3
16	Ana Maria M. Lavolanti	Ana Maria M. Lavolanti	4
7	Luiz Rodrigues Muniz Filho	Luiz Rodrigues Muniz Filho	50
18	Valmir Barros de Farias	Valmir Barros de Farias	4
19	Robson Luis dos S. Monaes	Robson Luis dos S. Monaes	46
20	LEONARDO ALVES DE ALMEIDA	LEONARDO ALVES DE ALMEIDA	4
1	RODRIGUES NUNES ARAÚJO	RODRIGUES NUNES ARAÚJO	0
2	ROMERO DA SILVA NOGUEIRA	ROMERO DA SILVA NOGUEIRA	50
3	MARCOS ANTONIO GUEDES	MARCOS ANTONIO GUEDES	40
4	LANDICIO R. Lima	LANDICIO R. Lima	37
5	Ricardo da Motta e Silva	Ricardo da Motta e Silva	4
6	Edna et. Francez Freire	Edna et. Francez Freire	4
7	Maria Lúcia Ferreira	Maria Lúcia Ferreira	5
8	Maria das Graças da Rocha Monteiro	Maria das Graças da Rocha Monteiro	20
9	Stara ni B. Falcão	Stara ni B. Falcão	29
10	Luciana Rocio Bastos do Nascimento	Luciana Rocio Bastos do Nascimento	33
11	Robson Bastos de Oliveira	Robson Bastos de Oliveira	29
12	Valeriano de F. Ribeiro	Valeriano de F. Ribeiro	40
13	M. Lindaci G. Lima	M. Lindaci G. Lima	42
14	Luciana Ribeiro de Lucena	Luciana Ribeiro de Lucena	31
15	Goania Esquivel das Fantes	Goania Esquivel das Fantes	22
16	João Martins de Fantes	João Martins de Fantes	22
17	Roberto P. Lima	Roberto P. Lima	36
18	maior José Falcão de Lima	maior José Falcão de Lima	29
19	MANOEL RUBENS de S. COELHO	MANOEL RUBENS de S. COELHO	5

DELEGADO
SILVIO
PARNAMIRIM

Indem	Nome Legível	ASSINATURA	
2	SEVERINO JOSÉ C. LINS		
3	JOVELINO SEBASTIÃO DA SILVA		4
4	RUBEM FERNANDES ANDRADA		2
5	SEVERINO MARTINS A. JOBRI		4
6	BRIVALDO VALARIANO FERREIRA	Brivaldo Valariano Ferreira	3
7	MARGARETH PEREIRA RAMOS		3
8	MARIA DA NATIVIDADE ANDRADE	Natividade	0
9	NANCI VANDERLE DE MENDONÇA	Nanci S. Mendonça	1
0	JANEY ALHEIRO DE PINA	Janey Pin (BANDEIRANTE)	1
1	TABANAGÉ MARIA G. FREIRE.	Tabanage Maria G. Freire.	4
2	IUETE RAUZO VINTO	Iuete Rauzo Vinto	3
3	MANA DÍCIA DE S. CAPANCA	Man Dícia de S. Capanca.	3
4	MARCUS VINÍCIUS PIZES	Marcus Vinicius Pizes	21
45	ALEXANDRE TORRES VALESA	Alexandre Torres Valsa	4
46	BOUÉ G. TUEL	Boué G. de Teguor	1
47	PAUL AMERICA	Paul America	8
48	ANTONIO AMÉRICO P. RODRIGUES	Antônio Américo P. Rodrigues	2
49		Ant Americo	4
50	JADER CASTRO	Jader (SASSE)	2
51	LEONARDO A. OLIVEIRA	Leonard (São Paulo)	26
52	OSVALDO CORRÊA LIMA	São PAULO	2
53	WELMA MARGARET DA FONSECA		42
54	MAIA JOSÉ G. DE LULO		3
55	ERNESTO DANK		3
56	DULCE DA ROSA LIMA	Dulce da Rosa	4
57	ANTONIO DE PADUA	Antônio	2
58	GASPAR NOVES	Gaspar (SUL AMERICA)	7
59	LEONILDO ALVES CORRÊA		

CARTÓRIO COSTA LIMA - 4.º Tab. de Notas
Bel. Alvaro G. da Costa Lima - Tabelião
Bel. Josephat Vieira de Albuquerque
José Bonifácio Felcás
SUSCITA FOR

5 DEZ 1983

Certifico que presente é a reprodução fiel do original que me foi entregue para.

nome	nome LEGÍVEL	assinatura	
	FARCIDO ALEXANDRE FERREIRA	João José de S.	3
	MARCOS A. MORAES	Antônio Mariano	3
	Francisco Assis de S. L.		3
	Frei Antônio da Silva		3
	Jonas Mascarenhas		3
	Walter Rodrigues		3
	Fláudio Freitas Ramos		3
	Edmundo L. P.		3
	CLEILDO ALB. MOTA		3
	Gilberto Pimentel		3
	Guilherme Alves		3
	Cícero Monteiro da Silva		3
	CARLOS EUBENIO PINTO		3
	Edmundo Cardoso de Oliveira		3
	João F. C. Santos		3
	MOREIR E. F. JUNIOR		3
	Levi E. S. Vaz		3
	Luiz Veixen		3
	Walter de S.		3
	NILTON FREITAS dos Santos		3
	JADER DE ANDRADE DOS SANTOS		3
	João Carlos Duarte de Sousa		3
	Paulo José de S.		3
	Allyne de S.		3
	Regina de S.		3
	Genilá Leão de Araújo		3
	MAURÍCIO GOMES SALVINO		3
	Márcio Silva de S.		3

Nome Legível	Assinatura	
Elisabete A. Oliveira		203
Maria de Oliveira		370
Maria José Carlos	(ATLANTICA)	380
Luiz Antonio		490
Roberto de S.		93
Julius Semana		49
Felipe de S.		41
Artur de S.		11
Thamerson José dos Santos	HB	203
João Bosco de Sousa Campos	HB	22
João Paulo de Sousa	HB	47
JOÃO SANTINO BASILVA		29
MOISÉS AUGUSTO SILVA		44
JOÃO DE SÁ BARRETO		3.0
MAREIO JOSÉ DAS. PIRES	ITAÚ	67

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

Cópia Autêntica da Assembléia Geral do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, realizada no dia vinte e dois de novembro de mil e novecentos e oitenta e três. As dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e dois de novembro de mil e novecentos e oitenta e três, no Auditório do Sindicato dos Comerciantes do Recife, à Rua da Imperatriz número sessenta e sete, quarto andar, nesta cidade do Recife, com a presença de cento e nove associados, cujas assinaturas constam do competente "Livro de presença", o Sr. Raimundo Ananias Presidente do Sindicato, deu início, em segunda convocação, aos trabalhos da Assembléia Geral Extraordinária convocado para este dia. Depois de agradecer pelo comparecimento dos presentes o presidente solicitou do plenário a indicação dos nomes para comporem a nossa Diretoria dos trabalhos, sendo indicados, por aclamação os nomes dos companheiros José Martins da Silva para Presidente; Severino José Correia da Silva, digo, de Lira para Secretário e Edson Batista da Costa e Carlos Eduardo de Arruda Pinto para escrevinhador. Assumindo os trabalhos da Assembléia, o companheiro José Martins da Silva agradeceu a indicação do seu nome e dos demais componentes da mesa. Em seguida, solicitou do Secretário que fizesse a leitura do Edital de Convocação, publicado no Jornal do Comércio do dia dezoito de novembro de mil e novecentos e oitenta e três. Nos seguintes dizeres: Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco. Rua da Aurora número cento e setenta e cinco, décimo segundo andar Edifício Duarte Coelho, Bloco "C", Fones: duzentos e trinta

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização, e de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE

RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

EMBLANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

Geral Extraordinária, Edital de Convocação. Pelo presente Edital, convocamos todos os empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização, Corretoras de Seguros Privados e Capitalização e Distribuidoras de Títulos e Valores mobiliários e Câmbio, Empresas de Previdência Privada Abertas e Fechadas, montepios e Prestadoras de Serviços de Seguros, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia vinte e dois de novembro do corrente ano, no Auditório do Sindicato dos Comerciantes do Recife, à Rua da Imperatriz número sessenta e sete às dezessete horas e trinta minutos, em primeira Convocação e às 18, digo, dezoito horas e trinta minutos em segunda Convocação, com o fim de discutir e aprovar as seguintes matérias da Ordem do dia: a) Discussão e aprovação dos termos da proposta de Acordo Coletivo a ser remetido aos Órgãos Patronais e Empresas da Categoria Econômica; b) Delegar poderes à Diretoria do Sindicato para negociar, firmar Acordo ou Suspensão de Dissídio Coletivo na Justiça do Trabalho; c) Desconto Assidua em favor do Sindicato Recife, dezessete de novembro de mil e novecentos e oitenta e três. Raimundo Ananias Presidente". Terminada a leitura do Edital de Convocação, o Presidente disse que ia submeter à discussão, o primeiro item da Ordem do dia; "a) Discussão e aprovação dos termos da proposta de Acordo Coletivo a ser remetido aos Órgãos Patronais e Empresas da Categoria Econômica". O Companheiro Raimundo Ananias, Presidente do Sindicato, disse que a Diretoria da entidade, com base nas sugestões apresentadas nas reuniões preparatórias da Campanha Salarial, havia preparado uma proposta de pauta de reivindicações a ser apresentada à Classe Patronal. O Presidente da mesa, solicitou, então, ao companheiro Raimundo Ananias que fizesse a apresentação da proposta.

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE

RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

EPH DRACCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

acordos anteriores; dois) Além do índice do Governo que foi decretado para janeiro (INPC), um abono de dezenove, cinco por cento agora em janeiro, para todas as faixas salariais três) Salário do substituto igual ao salário do substituído tanto no caso de substituição por demissão, como por promoção; quatro) Delegado Sindical com estabilidade, eleito pelos seus colegas de Empresa; cinco) Aumentar o piso salarial para Cr\$ Cento e três mil, setecentos e treze Cruzeiros para contínuos e Cr\$ Cento e Vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e dois cruzeiros para os demais empregados, sendo estes valores reajustáveis em julho, pelo INPC; O piso funcionará como salário de Ingresso e, os empregados que já estiverem trabalhando na empresa, antes, de primeiro de janeiro não poderão perceber salário inferior ao salário de ingresso acrescido de cinco por cento do mesmo, por cada ano de serviço prestado ao mesmo empregador; seis) transformar o quinquênio em anuênio, no valor de Cr\$ três mil e novecentos cruzeiros reajustável em julho pelo INPC; sete) Aumentar o valor do seguro de acidentes pessoais Cr\$ quinhentos mil cruzeiros para Cr\$ um milhão e quinhentos mil cruzeiros, pago pelas empresas; oito) Reajustar o valor dos Tickets para Cr\$ um mil e seiscentos e cinquenta cruzeiros, reajustável trimestralmente, de acordo com o índice de aumento dos alimentos em Recife; nove) Obrigar as empresas a complementar a os salários dos Empregados que estiverem em Benefício pelo INAMPS; dez) gratificação de férias no valor de Cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado, a ser paga no retorno das férias; onze) Aviso prévio de quarenta e cinco dias para os empregados com mais de trinta e cinco anos de idade; doze) Reunião trimestral das Diretorias dos Sindicatos

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE

RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

EMBRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

empresa, a fim de participar de cursos de formação sindical patrocinados pelo Sindicato dos Empregados; quatorse) Obrigação das Empresas fazerem convênios médicos com empresas especializadas, sem ônus para os empregados; quinze) Caso o índice do custo de vida no Recife, atingir mais de quinze por cento no período de janeiro a março/oitenta e quatro as empresas concederão, uma atecipação salarial a partir de primeiro de abril/oitenta e quatro no percentual equivalente ao aumento do custo de vida no Recife; dezeseis) Obrigação das empresas anotarem na carteira profissional, a verdadeira função exercida pelo empregado; dizesete) Criação de uma comissão para estudar a implantação do quadro de carreira nas empresas; dezort) Convênio. O companheiro Raimundo, depois da apresentação da proposta, esclareceu que as reivindicações econômicas, todas elas foram fundamentadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais Econômicos - DIEESE. Cujá cópia do trabalho dora distribuída com os participantes. Em seguida, o Presidente da mesa colocou em discussão a proposta de pauta da Reivindicações apresentada pela Diretoria do Sindicato. A proposta foi amplamente discutida, tendo sido apresentada as seguintes proposta de notificação; que no item cinco da proposta do Sindicato, fosse modificada o valor proposto para o salário de ingresso dos profissionais (demais empregado), de cento e vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e dois cruzeiros para cento e cinquenta mil cruzeiros. O Companheiro Raimundo Ananias explicou que por falha da Diretoria, deixou de ser incluída na proposta, a reivindicação relativa a garantia do emprego, que era a seguinte: as empresas só poderão dispensar funcionários sem justa causa, nos casos de

Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

RAIMUNDO ANANIAS

Presidente

EMBRANCA



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

ção eletrônica. Provadas estas duas condições nas demissões poderiam se verificar, obedecendo os seguintes critérios; primeiro os empregados que queiram ser despedidos, segundo: os mais novos na empresa, dando prioridade de permanência aos casados; terceiro: os solteiros; quarto: os casados, dando prioridade de permanência aos que tiverem maior número de filhos. Cerradas as causas das demissões e havendo necessidade de readmissão de empregados, a empresa dará preferência de readmissão aos que foram demitidos. O companheiro Jádson José da Costa Santos, propôs modificar a proposta para retirar os casos de implantação de computação eletrônica e equiparar casados que têm obrigações familiares. O Companheiro Raimundo Ananias disse que aceitaria a modificação sugerida na sua proposta. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o presidente da mesa disse que iria submeter o assunto a votação, devendo o plenário votar na proposta original da Diretoria do Sindicato, como foi apresentada, ou na proposta original com as modificações apresentadas, ou seja aumentar o valor do salário de ingresso mencionado no item cinco, de cento e vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e dois cruzeiros, para cento e cinquenta mil cruzeiros e a inclusão da proposta de critérios para dispensa sem justa causa. A votação se deu por escrito, não secreto, obedecendo as cautelas de praxe para resguardar o sigilo do voto, utilizando-se cédulas com os dizeres "APROVO" e "NÃO APROVO", terminada a votação, foi feita contagem das cédulas, verificando-se que o número delas coincidia com o número de votantes. Feita a apuração constatou-se que a proposta com as modificações foi aprovada por maioria, éis que setenta associados votaram na proposta com as

EMBRASCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

apuração, o Presidente da mesa disse que iria submeter a discussão do seguinte item da ordem do dia: "b) Delegar poderes a Diretoria do Sindicato para negociar, firmar Acordo ou Suscitar Dissídio Coletivo na Justiça do Trabalho". O assunto foi amplamente discutido, tendo sido prestados todos esclarecimentos solicitados pelo plenário. Não houve proposta e contrário. Terminada a discussão, o presidente disse que iria submeter o assunto a votação. A votação se deu em escritório secreto com as cautelas de praxe, para resguardar o sigilo do voto, utilizando-se cédulas com os dizeres "APROVO" e "NÃO APROVO". Terminada a votação, foi feita a contagem das cédulas verificando-se que o número delas coincidia com o de votantes. Procedida a apuração, constatou-se que a proposta de Delegar poderes a Diretoria do Sindicato para negociar e firmar acordo ou suscitar Dissídio Coletivo na Justiça do Trabalho foi aprovada por unanimidade, eis que cento e nove associados votaram na cédula "APROVO" e nenhum na cédula "NÃO APROVO". Não houve votos nulos ou em branco proclamado o resultado, o companheiro Raimundo Ananias, presidente do Sindicato disse que proponha que constasse da Ata da Assembléia que mesmo autorizada a assinar acordo, a Diretoria do Sindicato se comprometia a não assinar qualquer acordo com a classe patronal, com prévio conhecimento e aprovação da Assembléia Geral. O assunto foi discutido e posto em votação, por aclamação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, o presidente da mesa colocar em discussão o terceiro item da ordem do Dia; c) Desconto Assistencial em favor do Sindicato. O Presidente do Sindicato, prestou esclarecimentos a respeito das fontes de receita financeiro do Sindicato e disse proponha para este ano, o mesmo desconto aplicado nos anos ante-

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização e de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

EMBRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

lida a cláusula vigésima quarta da convenção coletiva de mil e novecentos e oitenta e três, nos seguintes dizeres: "As empresas descontarão dos seus empregados admitidos até trinta e hum de doze de oitenta e dois dez por cento para os sócios quites em dezembro oitenta e dois e vinte por cento para não sócios, sobre o reajuste relativo ao ano de mil e novecentos e oitenta e dois com vigência a partir de hum de hum de oitenta e três, recolhendo a respectiva importância a favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, quinze dias após efetuado o desconto. A importância arrecadada terá a finalidade de manutenção dos serviços jurídicos e sociais do Sindicato, sendo de inteira responsabilidade o Sindicato Suscitante a eventual obrigação de restituir, em caso de condenação, bem toda e qualquer discussão com os empregados a respeito desse desconto, inclusive em juízo. O Sindicato Profissional declara que o desconto de que trata esta cláusula foi desejo da categoria manifestado em Assembléia Geral Extraordinária em onze de novembro de mil e novecentos e oitenta e dois, especialmente convocada nos termos do Artigo seiscentos e doze da CLT, combinado com o segundo do Art. seiscentos do mesmo Diploma consolidado e de acordo com as prerrogativas do Sindicato, previstas na Letra "e" do Art. quinhentos e treze da CLT. Parágrafo Único - Para efeito de cálculo do desconto fixado na presente cláusula, não poderão ser deduzido do reajustamento apurado no mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e três, os adiantamentos salariais feitos a qualquer título no decorrer do ano de mil novecentos e oitenta e dois inclusive os adiantamento da correção semestral de julho de

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE

RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

posta apresentada pelo presidente do Sindicato ou seja, manter a forma do desconto Assistencial igual à da convenção coletiva de mil novecentos e oitenta e três. A votação se deu por escrutínio secreto, utilizando-se cédulas com os dizeres: "APROVO" e "NÃO APROVO", com as cautelas de praxe para resguardar o sigilo do voto. Terminada a votação foi feita a contagem das cédulas, verificando-se que o número delas coincidia com o de votantes. Feita a apuração, constatou-se que a proposta de se manter a forma de desconto Assistencial igual à de convenção Coletiva anterior foi aprovada por unanimidade eis que cento e nove associados votaram na cédula "APROVO" e nenhum na cédula "NÃO APROVO", não havendo votos nulos ou em branco. Em seguida o companheiro Raimundo Ananias disse que, é comum a Diretoria do Sindicato ser auxiliada, nas negociações com a classe patronal, por uma comissão de salários, eleita pela Assembléia, para a qual, por medida de segurança, se reivindica a garantia no emprego, para que os companheiros de comissão possam desempenhar suas funções. O presidente da mesa colocou o assunto em discussão após o que foram indicados pelo plenário e eleitos Por unanimidade, para comporem a comissão de salários, os companheiros Jádson José da Costa Santos da Bandeprev, Ailton Temistocles Saraiva Junior da Comind; Manoel Alberto Beltrão Oliveira da Minas Brasil; Romero da Silva Nogueiro da Nacional; Maurício Gomes Salviano, do Itaú. As dezenove horas e cinquenta minutos, nada mais havendo a tratar o presidente da mesa lembrou que esta Assembléia Geral Extraordinária ficaria permanente, até que fosse definida a questão de assinatura ou não da Convenção Coletiva, podendo novamente se reunir a qualquer momento, por convocação do Diretoria do Sindi

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

dos os trabalhos, mandando lavrar a presente Ata, por mim, Severino José Correia de Lima, Secretária da Assembléia, que juntamente com os demais componentes da mesa Diretoria. Recife, vinte e dois de novembro de mil e novecentos e oitenta e três. José Martins da Silva. Presidente. Severino José Correia de Lira. Secretário. Edson Batista da Costa. Escrutinador. Carlos Eduardo de Arruda Pinto. Escrutinador.

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE


RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

EM BRANCO

N. Ref.:
S. Ref.:

Departamento Intersindical de
Estatística e Estudos Sócio-econômicos



Escritório Regional em Pernambuco.
Rua da Aurora nº 175 - 12º andar
Bloco "C" - Boa Vista.

São Paulo,

Rua das Carmelitas, 149 - 3º andar
01020 - São Paulo
Telefone 32-4823 (DDD-011)

Assunto: SUBSÍDIOS PARA A CAMPANHA SA
LARIAL DOS SECURITÁRIOS DE
PERNAMBUCO

1. SITUAÇÃO DAS EMPRESAS.

O Setor Segurador Brasileiro está em franca expansão como ocorre, alias, com todo Setor Financeiro-, ao contrário dos demais setores da economia, que se encontram em crise, afetados pela política de recessão posta em prática pelo Governo.

Vejamos inicialmente a evolução do setor no ano de 1982:
(Cr\$ 1.000,00).

<u>COMPONENTES</u>	<u>1981</u>	<u>1982</u>	<u>CRESCIMENTO</u> <u>(%)</u>
Prêmios de seguros diretos	230.128.965	454.529.925	97,5
Resultado Operacional (a)	42.040.128	87.348.091	107,8
Resultado de Inversões (b)	56.457.360	120.824.436	114,0
Despesas Administrativas (c)	57.156.389	113.808.179	99,1
Resultado Final (a)+(b)-(c)	41.341.098	94.364.349	128,3

FONTE: IRB-Instituto de Resseguros do Brasil

Prêmios e Resultados por Seguradora 1980 a 1982.

A Inflação no ano de 1982, conforme Fundação Getúlio Vargas, foi de 99,7%.

A análise dos dados acima, relativos ao ano de 1982, em comparação com a inflação do período, demonstra o seguinte:

- Os prêmios cresceram 2,2% menos que a inflação;
- Apesar disso, o resultado operacional apresentou um crescimento real de 8,1% (a mais que a inflação) e o resultado de inversões cresceu 14,3% em termos reais (acima da inflação);

EMBA INCO



- c) Em contrapartida, as despesas administrativas foram contidas a um nível ainda inferior à inflação;
- d) Daí o resultado final do setor ter crescido em 128,3% , portanto, 28,6% acima da inflação.

Convém ressaltar que a cada cruzeiro arrecadado com prêmios em 1982, correspondeu, um aumento de 15,6% na lucratividade do setor em relação a 1981. Em outras palavras, de cada Cr\$ 1.000,00 arrecadado com prêmios, em média no ano de 1981, as Companhias fica - ram com Cr\$ 180,00; em 1982, de cada Cr\$ 1.000,00 arrecadado, as Companhias ficaram com Cr\$ 208,00 (deduzidas todas as despesas).

Nenhuma outra atividade econômica, fora do setor financeiro, cresceu tanto quanto o setor segurador brasileiro. Muito ao contrá rio, regra geral, verificou-se uma queda real na economia, com o PIB (Produto Interno Bruto) apresentando um resultado negativo.

Vejamos agora o que ocorreu no 1º semestre de 1983:

1. Aprofunda-se a crise econômica no Brasil, em função de uma política de subordinação ao FMI e aos banqueiros internacionais.

2. As Companhias Seguradoras continuam em franca expansão , com crescimento patrimonial e lucratividade excepcionais.

Vamos transcrever dados e afirmações do Boletim Informativo da FENASEG, de 26.09.83 nº 730.

" O Patrimônio líquido das Companhias Seguradoras, no primeiro semestre de 1983 cresceu, em termos reais 9,7% , conseguindo mais uma vez, vencer a inflação. Foi registrado um desempe - nho equivalente a Cr\$ 448 Bilhões, contra 189,1 Bilhões do primeiro semes - tre de 1982. O crescimento nominal / foi de 136,9%".

OBS.: A Inflação no período foi de

EM BRANCO



E continua o Boletim da FENASEG (porta-voz das Companhias Seguradoras).

" O lucro líquido das Seguradoras - (resultado do período) cresceu 75,1% em termos reais. Em cruzeiros, isto significa o registro de 117,3 Bilhões, contra 38,8 Bilhões do ano passado. O crescimento nominal foi da ordem de 202,3% (a inflação atingiu 127,2%).

Analizando o setor como um conjunto, diz a FENASEG:

" Somado a evolução do resultado do período com o patrimônio líquido das sociedades seguradoras, podemos observar um sólido desempenho, o que consolida, ao longo desses últimos anos, o mercado segurador brasileiro!"

Podemos constatar, portanto, a partir da análise realizada, pela própria categoria patronal, que o setor segurador no Brasil, no ano de 1983, a exemplo do ocorrido em 1982, apresenta resultados patrimoniais e de lucratividade mais que suficiente para conceder um aumento real dos salários aos Securitários em todo o País.

O que tem ocorrido, entretanto, conforme os dados abaixo é a diminuição, no 1º semestre deste ano do percentual das despesas - com pessoal próprio, em relação aos prêmios arrecadados.

No ano de 1982, 16,7% do valor dos prêmios foram gastos, com pessoal próprio, no 1º semestre de 1983, este percentual caiu para 14,62%.

RAD

continua

EM BRANCO



DESPESAS ADMINISTRATIVAS COMPARADAS COM OS PRÊMIOS DE
ACEITAÇÃO DIRETA -(Cr\$ 1.000,00)

DISCRIMINAÇÃO	1982.	%	1983 (1º Sem.)	%
	VALOR		VALOR	
PRÊMIOS DE ACEITAÇÃO DIRETA	439.981.877	100,0	393.193.828	100,0
DESPESAS ADMINISTRATIVAS:				
Despesas com pessoal próprio	70.743.841	16,07	57.492.785	14,6
Despesas c/Serviços de Terceiros	11.703.814	2,66	8.955.195	2,3
Despesas c/localização e funcionamento	22.247.105	5,05	19.544.565	4,9
Despesas c/publicidade e propaganda	3.248.328	0,73	2.610.498	0,6
Despesas c/Tributos	4.184.050	0,95	4.554.306	1,1
Despesas Adm. diversas	<u>1.681.039</u>	<u>0,38</u>	<u>1.746.945</u>	<u>0,4</u>
	113.808.179	25,86	94.904.294	24,1

FONTE: Instituto de Resseguros do Brasil - IRB

2. SITUAÇÃO DOS EMPREGADOS

2.1 PERDA DO PODER AQUISITIVO.

O Reajuste Salarial de julho deste ano, com base no INPC de 55% (mesmo na hipótese otimista de INPC integral para todas as faixas salariais) foi insuficiente para compensar a perda do poder aquisitivo proveniente do aumento do custo de vida em Recife que atingiu, no primeiros 6 meses de 1983 o elevado percentual de 67,4%.

A defasagem entre o reajuste salarial e o aumento do custo de vida no Recife foi de 8,0%, no primeiro semestre deste ano.

Supondo que o INPC a ser aplicado aos reajustes salariais de Janeiro/84 seja de 75%, o INPC acumulado aplicado à categoria dos Secretários será de 171,2%. Ora, o Índice de Custo de Vida no Recife, at outubro, já atingiu 158,4%; até dezembro deverá chegar a 224,0%, estimando-se para novembro e dezembro um aumento de 12% mensais.

RCD

EM BRANCO



A defasagem entre o reajuste salarial e o aumento de custo de vida no Recife acumulado em 1983 não deverá ser inferior a 19,5%.

Dessa forma, para que o Securitário, que tenha tido o salário reajustado com o INPC integral (Situação, por exemplo dos Securitários que ganham o piso), recomponha o seu poder aquisitivo de Janeiro de 1983, será necessário um reajuste salarial de 109,1% o que corresponde ao INPC de Janeiro (estimado em 75%), acrescido de 19,5%.

Em outras palavras, o salário real do Securitário que ganhava Cr\$ 100.000,00 em Janeiro de 83 será de apenas Cr\$ 47.809,00 no final do mês de dezembro deste ano, conforme quadro abaixo.

SALÁRIO NOMINAL E SALÁRIO REAL

<u>MÊS/ANO</u>	<u>SALÁRIO (cr\$)</u>	<u>AUMENTO DO CUSTO DE VIDA DE RECIFE (1) SIMPLES ACUMULADO</u>		<u>SALÁRIO REAL.</u>
JAN 83	100.000,00	10,5	10,5	90.487,00
FEV 83	100.000,00	7,8	19,1	83.963,00
MAR 83	100.000,00	9,5	30,4	76.687,00
ABR 83	100.000,00	11,5	45,4	68.776,00
MAI 83	100.000,00	5,8	53,9	64.977,00
JUN 83	100.000,00	8,8	67,4	59.737,00
JUL 83	155.000,00	11,5	86,7	83.020,00
AGO 83	155.000,00	9,1	103,6	76.129,00
SET 83	155.000,00	12,7	129,5	67.538,00
OUT 83	155.000,00	12,6	158,4	59.984,00
NOV 83	155.000,00	12,0(*)	189,4	53.559,00
DEZ 83	155.000,00	12,0(*)	224,2	47.809,00

EM BRANCO



(1) PONTE: FIJNPS

(*) Estimativa.

2.2 - PISO SALARIAL

Conforme dados acima, o piso salarial da categoria, para manter o mesmo poder aquisitivo de Janeiro de 1983, deveria ser:

Contínuo: Cr\$ 49.600,00 X 2,091 = Cr\$ 103.713,00

Demais Funções: Cr\$ 62.000,00 X 2,091 = Cr\$ 129.642,00

Comparando-se o piso salarial dos bancários, atualizando-se com o Índice de Custo de Vida de Recife, temos:

Contínuo: Cr\$ 70.000,00 (em setembro) X 1,59 (aumento do -
Custo de Vida no Recife de setembro a Dezembro) = Cr\$
111.300,00.

Demais Funções: Cr\$ 90.000,00 X 1,59 = Cr\$ 143.100,00.

2.3 - TICKET

O aumento do custo de alimentação no Recife, acumulado até outubro foi de 214%. Até dezembro, o aumento do custo de alimentação no Recife, projetado com base no aumento mensal médio dos últimos 3 meses (14,9%), deverá atingir 314%.

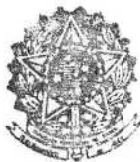
Atualizando o valor do Ticket de Janeiro 83 (Cr\$ 400,00) pelo índice de aumento do custo de alimentação no Recife acumulado - no ano (Jan a Dez 83), temos: Cr\$ 400,00 X 4,14 = Cr\$ 1.656,00.


Reginaldo Muniz

Economista DIEESE

Corecon - 3ª Região nº 2.485.

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

TERMO DE AUTUAÇÃO E REVISÃO DE FOLHAS

Aos 16 dias do mês de
dezembro de 19 83 autuei o
presente Dissídio Coletivo
o qual tomou o nº 44/83
contendo 72 folhas, todas numeradas.

Caldeira

S. C. P.

R E M E S S A

Nesta data faço remessa destes autos ao

Excm. Sr. Presidente do T.R.T.
da 6ª Região

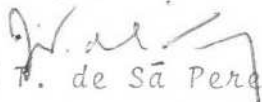
Recife, 16 de dezembro de 19 83

J. M. Moreira

Diretor do S.C.P., subst.

Designo o dia 12 de janeiro de 1984, às 9:30 horas, para audiência' de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional.

Recife, 21.12.83


José T. de Sã Pereira
Juiz Presidente do TRT-6a. Região



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZA-
ÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 949/83.

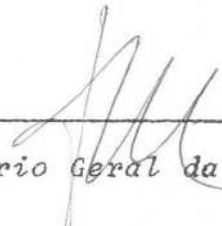
Fica V.Sa., pela presente, notificado da instau-
ração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44/83 , em que são
partes: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS E CAPITALI-
ZACÃO E DE AGENTES AUTÔNIMOS DE SEGUROS PRIVADOS E
DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALI-
ZACÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS
PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exa-
rou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas,
para audiência de conciliação e instrução, notificadas as par-
tes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de
1984. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presi-
dente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Ge-
ral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1984.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 949 /84

AO

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

AV GUARARAPES Nº 154 - 13º ANDAR - SANTO ANTÔNIO
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO
DE PERNAMBUCO
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-950 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS

(24) EMPRESAS.
em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1984. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1984.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 950 / 83

AO

SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE
PERNAMBUCO

AV. DANTAS BARRETO Nº 144 - 13º andar Stº Antônio
CEP. 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: LÔBO SOARES CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-951 /84 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /84 , em que são partes:

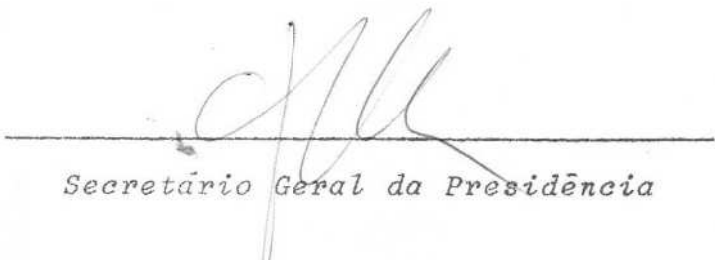
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1984 . As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1984.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 951 / 83

À

LÔBO SOARES CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

AV. DOMINGOS FERREIRA Nº 2.769 BOA VISTA

CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: ECONÔMICO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 952/84 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.

Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 952 / 83

AO

ECONÔMICO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

RUA DA CONCORDIA Nº 272/278 - 1º andar - RECIFE

CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: **ECONÔMICO S/A CORRETORA DE CâMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS**

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-~~44~~ /83.

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44/83, em que são partes:

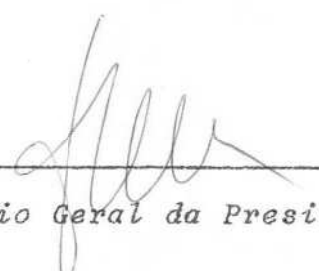
SUSCITANTE(S): SÍNDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exrou o seguinte despacho:

"Designo o dia ¹² de JANEIRO de 198⁴, às ^{9:30} horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP-953 /8³

AO

ECONÔMICO S/A CORRETORA DE CâMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS

RUA DA CONCORDIA Nº 272/278 - 1º andar

CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: MERCANTIL DE PERNAMBUCO CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-954 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- /8 , em que são partes:

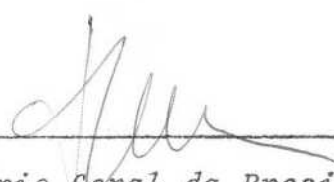
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS.

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1984.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 954 /83

AO

MERCANTIL DE PERNAMBUCO CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MO
BILIÁRIOS

RUA DO IMPERADOR Nº 307 - 7º andar
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: LINS CÂMBIO CORRETORES LTDA

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-955 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

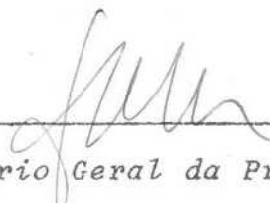
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS.

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 955 / 83

A

LINS CÂMBIO CORRETORES LTDA

AV. GUARARAPES nº 203 - Loja 4

CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: CAMINHA FRANCO SOCIEDADE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 956 /8₃ .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /8₃ , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) ~~empresas~~ autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 198₄ , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 198₃ . As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 198₃ .


Secretário Geral da Presidência

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- /8

956 3

À

CAMINHA FRANCO SOCIEDADE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

AV. RIO BRANCO nº 243

CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: CDDIRA CORRETORA DE CÂMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 957/83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44/83 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP-957 /8

À
CODIRA CORRETORA DE CâMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
AV. DANTAS BARRETO Nº 564 . 1º andar - RECIFE
CER: 50: 000.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: DUEEUX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-958 / 83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 / 83, em que são partes:

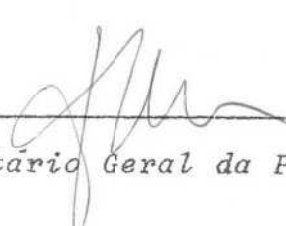
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exa
rou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE S. A PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1984.


Secretário Geral da Presidência

GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
2.10.83



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 958 /8 3

DUBEUX CORRETORA DE CÂMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

AV. MARQUES DE OLINDA Nº 200 Sala 303/305 - Recife
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: MESBLA DISTRIBUIDORA

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-959/83.

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83, em que são partes:

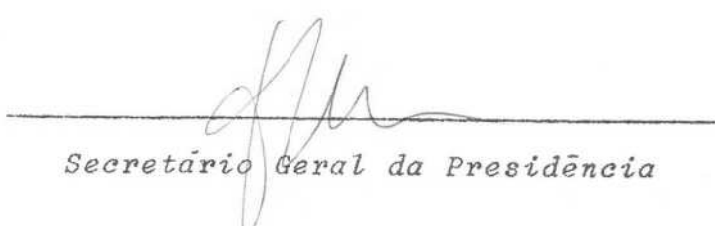
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 959 /8₃

À
MESBLA DISTRIBUIDORA

AV. DANTAS BARRETO Nº 1.200 - 3º andar - Recife
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: AYMORÉ DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-960 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983 . As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 960 /8 3

A

AYMORE DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS

RUA DO IMPERADOR D. PEDRO II Nº 382 - RECIFE

CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: DISTRIVOLKS S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 961 /8 3 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /8 3, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. Ass) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 961 / 8 3

A

DISTRIBUÇÕES S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIO

RUA DR. JOSÉ MARIA nº 481 - ROSARINHO
CER: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: CREFISUL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 962/83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44/83 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983 . As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

m NOT. Nº TRT-GP- 962 /83

À

CREFISUL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
AV: MARQUES DE OLINDA nº 126 - 2º andar - Recife
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: BOZANO SIMONSEN S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 963 /8 3 .

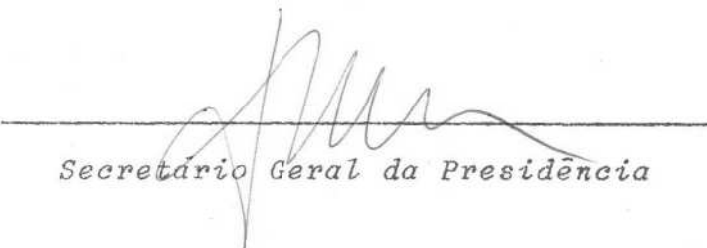
Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44/8 3, em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) ^{EMF} EMPRESAS
em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exa
rou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:00 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. Ass) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 963 /83

A

BOZANO SIMONSEN S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBI
LIÁRIOS

RUA ENGENHO UBALDO GOMES DE MATOS Nº 53 7º ANDAR
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: METROPOLITANA S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 964/83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

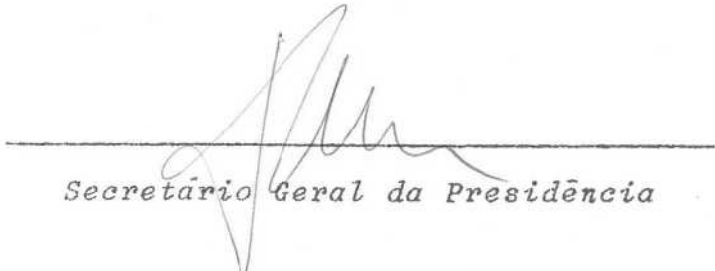
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia de JANEIRO de 1984 , às horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983 . As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.



Secretário Geral da Presidência

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 964 /8 3

À
METROPOLITANA S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MO
BILIÁRIOS

RUA 1º DE MARÇO Nº 45 - RECIFE - PE
CEP:50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS FININVEST

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-965 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC-44 /83 , em que são partes:

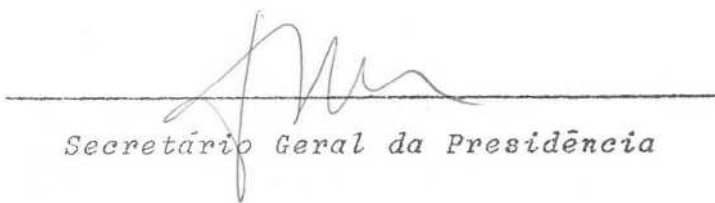
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGÊNCIAS AUTÔNOMAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983 . As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 965 /83

A

DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS FININVEST

RUA DIÁRIO DE PERNAMBUCO nº 90 RECIFE
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: SELEÇÃO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-966 /8 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /8 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 194 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife 21 de dezembro de 193 . As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de Dezembro de 194 .


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP-966 /83

A

SELEÇÃO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

RUA DA PALMA Nº 266 - RECIFE
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: MONTREAL BANK S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 967 /8 3 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /8 3 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS(2222) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983 . As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983 .


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 967 /83

À

MONTREAL BANK S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

AV. GUARARAPES Nº 111 - 4º ANDAR __ RECEBE

CEP: 50.000



92
m

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: BANORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-968 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

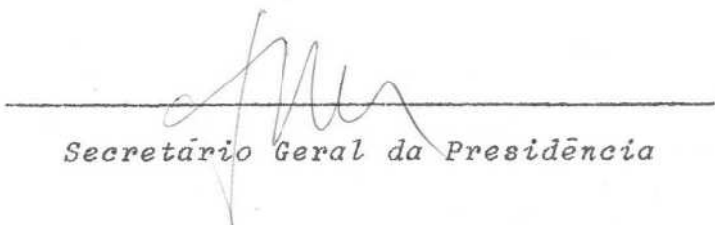
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS 24 EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal examinou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 d de dezembro de 1983 . As) JOSÉ T. DE SA PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983 .


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP-968 /8 3

A

BANORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
AV. MARQUES DE OLINDA Nº 222 RECIFE
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: BANORTE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-969 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

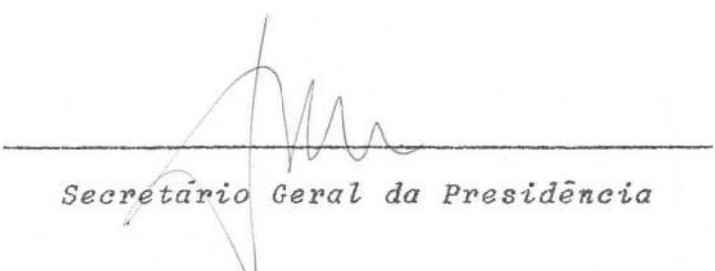
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTONOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983 . As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.



Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 969 /8 3

À
BANORTE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
AV. MARQUES DE OLINDA Nº 222 - RECIFE
CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: DISTRIBUIDORA GENERAL MOTORS S/A TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-072 /8 3.

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /8 3, em que são partes:

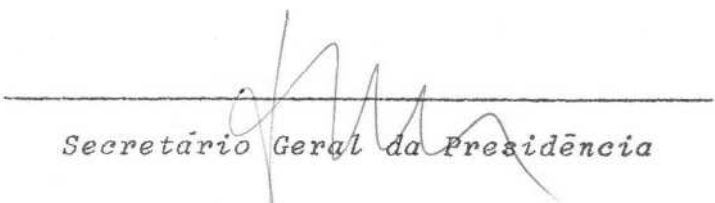
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 970 /83

À

DISTRIBUIDORA GENERAL MOTORS S/A TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

AV. DOMINGOS FERREIRA Nº 1.920 - RECIFE

CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: LOGICRED DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-971 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

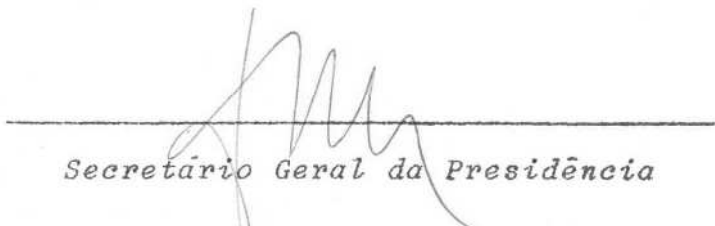
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
 GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 971 /83

A

LOGICRED DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

AV. DANTAS BARRETO Nº 576 - 5º andar - CONJ 601/602

RECIFE - PE

CEP: 50.000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: DINARIS CORRETORA DE VALORES IMOBILIÁRIOS LTDA.

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-972 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44/83 , em que são partes:

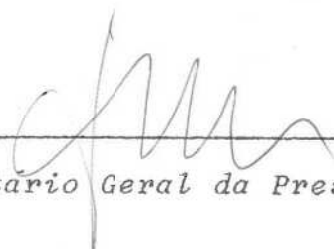
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS.

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarrou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de Janeiro de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) José T. de Sá Pereira Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 972 /83

À

DINARIS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro nº 42 - 1º andar

50.000 - NESTA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: **LOSANGO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 973/83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /8 3, em que são partes:

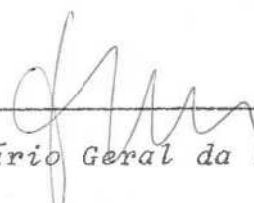
SUSCITANTE(S): **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.**

SUSCITADO(S): **SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS.**

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de janeiro de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) **José T. de São Pereira** Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de **dezembro** de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 793 /8 3

À

LOSANGO S/A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Estreita do Rosário nº 210 - 4º andar

50.000 - NESTA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: **BANTRIAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 974/83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PROVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.**

SUSCITADO(S): **SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS § 24) EMPRESAS.**
em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exa
rou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de janeiro de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) José T. de Sá Pereira Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 974 /8 3

À

BANTRIAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. Marques de Olinda nº 182

50.000 - NESTA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
PARA: SINDICATO DOS EMP. EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS
E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS
PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO.
ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 975 /8 3.

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /8 3, em que são partes:

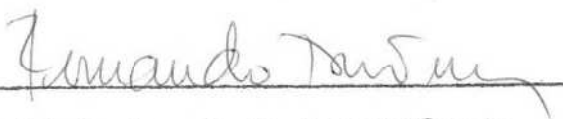
SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMP. EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS [24] EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.


Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- /8

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS
PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS
DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PE.
Rua da Aurora, 175 - 12º andar - Bloco C
50.000 - MESTRIZIA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-976 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMP. EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS.

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1983. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1983.

Secretário Geral da Presidência



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP-976 /83

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
Cais do Apolo, 738 - 19 andar
NESTA



JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região

Carimbo do E.C.T.

Remessa à E.C.T. Diretoria Regional de PR.

Da Correspondência Abaixo Discriminada

EM 29 DE dezembro DE 1983

(RECEBEDOR)

(ASSINATURA DO EXPEDIDOR)

N.º de Ordem	Espécie	DESTINATÁRIO	Número do Processo	Destino	Número do Registro
9/83	Not.	Sind. Emp. de Seguros Privados e Capitalização do Est. De Pernambuco		Nesta	13.875
10/83	"	Sind. Corretores de Seguros Privados no Estado de Pernambuco		Nesta	13.876
11/83	"	Lôbo Soares Corretora de Valores Imobiliários		Nesta	13.877
12/83	"	Econômico S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.878
13/83	"	Econômico S/A Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários		Nesta	13.879
14/83	"	Mercantil de Pernambuco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.880
15/83	"	Lins Câmbio Corretores Ltda		Nesta	13.881
16/83	"	Caminha Franco Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.882
17/83	"	Dubeux Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Nesta	13.883
17/83	"	Codira Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.884
19/83	"	Mesbla Distribuidora		Nesta	13.885
20/83	"	Aymoré Distribuidora de Valores Mobiliários		Nesta	13.886
21/83	"	DistriVolks S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.887
22/83	"	Crefisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.888
23/83	"	Bozano Simonsen S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.889
24/83	"	Metropolitana S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.890
25/83	"	Distribuidora de Valores Mobiliários Fininvest		Nesta	13.891
26/83	"	Seleção Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.892
27/83	"	Montreal Bank S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.893
28/83	"	Banorte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Nesta	13.894
29/83	"	Banorte Corretora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.895
30/83	"	Distribuidora General Motors S/A Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.896
31/83	"	Logired Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.897
32/83	"	Dinaris Corretora de Valores Mobiliários Ltda		Nesta	13.898
33/83	"	Losango S/A Dist. de Títulos e Val. Mobiliários		Nesta	13.899
34/83	"	Bantrial Corretora de Títulos e Valores Mobiliários		Nesta	13.900
35/83	"	Sind. dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes autônomos de Seguros e de Crédito no Estado de Pernambuco			

EMBRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO

102
m.

ATA DE INSTRUÇÃO E CONCILIAÇÃO DO DISSÍDIO COLETIVO Nº TRT-44/83, em que são partes interessadas: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO (suscitante) e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS 924) EMPRESAS (suscitados).

Aos 12 (doze) dias do mês de janeiro do ano de 1984 (hum mil novecentos e oitenta e quatro), às 09:30 horas, na Sala de Sessões do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, presentes o Exmo. Sr. Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Juiz Clóvis Valença Alves, e a Procuradoria Regional, representada pelo Dr. Everaldo Gaspar Lopes de Andrade, compareceram o Sr. Raimundo Anana, digo, Ananias, Presidente do Sindicato suscitante, acompanhado do seu advogado, Dr. Nailton Max de Brito e Silva; o Sr. João Augusto de Albuquerque Maranhão, preposto da Lozango S. A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acompanhado do seu advogado, Dr. Jamerson de Oliveira Pedrosa; a sra. Ivanilda Alves, preposta da Crefisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; o Dr. Fernando Manoel de Araújo, advogado e preposto da BANORTE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e da BANORTE Corretora de Títulos e Valores Mobiliários; o Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Sã Neto, advogado e preposto da Distribuidora de Valores Mobiliários Fininvest S/A; a Sra. Dezimy Silva Buonafina, preposta da Companhia Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acompanhada do seu advogado, Dr. Marcos Túlio Caraciolo Albuquerque; o Dr. Marcos Túlio Caraciolo Albuquerque representando também a

EM BRANCO



102
m

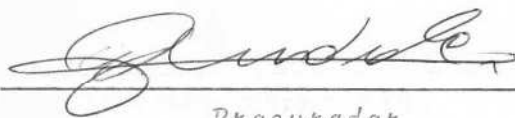
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO

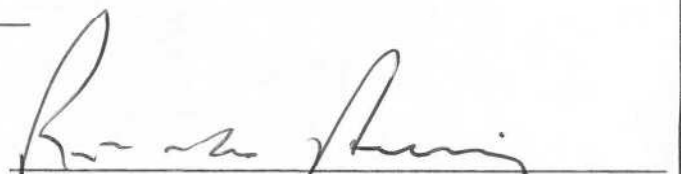
Proc. nº TRT-DC-44/83

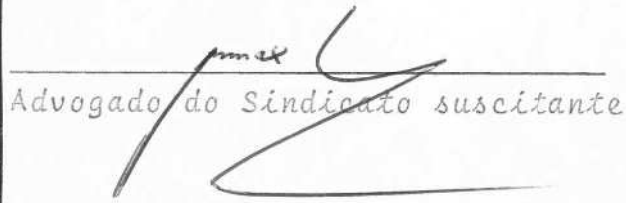
-2-

Bantrial Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; Dinamis Corretora de Valores Mobiliários Ltda. e Lôbo Soares Corretora de Valores Mobiliários Ltda.; o Sr. Alberto Flaminio Gomes Torres, preposto da Aymorê Distribuidora de Valores e Títulos Mobiliários Ltda., acompanhado do seu advogado, Dr. Lindinalvo de Almeida Filho. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente comunicou que as notificações dirigidas ao Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco e ao Sindicato dos Corretores de Seguros Privados no Estado de Pernambuco foram devolvidas pelo Correio com a informação de que " não tem o nº na Rua". Em face disto, o suscitante requereu ao Senhor Presidente que lhe fosse concedido um prazo de 48 (quarenta e oito) horas para fornecimento de novo endereço, o que foi deferido. Para a nova audiência ficou de logo marcado o dia 23 de janeiro do corrente ano, às 09:30 horas, cientes as partes presentes e a Procuradoria Regional, Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiência da qual, para constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelas partes presentes, digo, que vai assinada pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Procurador, pelas partes presentes e por mim, Secretária, que a lavrei.


Dr. Clóvis Valença Alves — Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência


Procurador


Presidente do Sindicato suscitante


Advogado do Sindicato suscitante

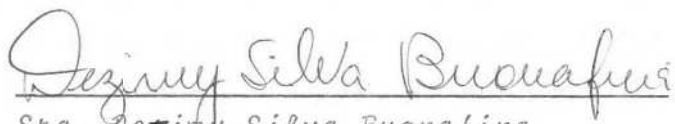


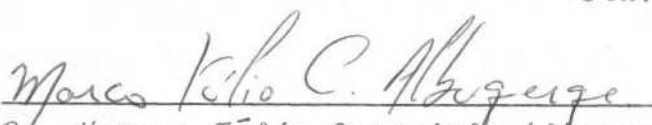

Dr. Jamerson de Oliveira Pedrosa

Sra. Ivanilda Alves


Dr. Fernando Manoel de Araújo

Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque
que Sã Netto


Sra. Deziny Silva Buonafina


Dr. Marcos Túlio Caraciolo Albuquerque
que


Sr. Alberto Flaminio Gomes Torres


Dr. Lindinaldo de Almeida Filho

Secretária

Recife, 12 de Janeiro de 1984

Ao

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

N e s t a

Tendo em vista o Dissídio Coletivo no TRT-DC-44/83, em que são partes, como suscitante o Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguro Privado e de Crédito do Estado de Pernambuco, e suscitados os Sindicatos das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado de Pernambuco e dos Corretores de Seguros Privados do Estado de Pernambuco, inclusive a Distribuidora de Valores Mobiliários Fininvest S/A, vimos designar como Preposto e Advogado desta Empresa o Dr. Manoel Cavalcanti de Albuquerque Sá Netto, OAB/PE 2809, podendo tudo fazer, declarar, confessar, recorrer, requerer, acordar, desistir e tudo mais que se fizer necessário à defesa dos interesses desta Distribuidora.

Atenciosamente


DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS
FININVEST S/A.

/zmz...

1911, 1.º de Junho de 1911

Excmo. Sr. Dr. J. J. Gomes

Excmo. Sr. Dr. J. J. Gomes

Excmo. Sr. Dr. J. J. Gomes, a quem se refere o presente, vem por este meio informar que, em virtude da falta de pagamento das prestações do empréstimo de 100.000.000 de réis, a Companhia de Estradas de Ferro de Portugal, S. A., tem a honra de avisar a V. Exa. que a mesma Companhia se encontra em situação de insolvência, e que, por consequência, a administração da mesma Companhia não pode continuar a exercer as suas funções, ficando a mesma Companhia em situação de liquidar os seus bens e direitos, e a V. Exa. é a única entidade que, em virtude da sua posição, pode intervir para salvar a situação da mesma Companhia, e, por consequência, a V. Exa. é a única entidade que, em virtude da sua posição, pode intervir para salvar a situação da mesma Companhia.

EM BRANCO

Excmo. Sr. Dr. J. J. Gomes

Excmo. Sr. Dr. J. J. Gomes



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE

NOT. Nº TRT-GP- 950 / 83

AO

SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE
PERNAMBUCO

AV. DANTAS BARRETO Nº 144 - 13º andar Stº Antônio
CEP. 50.000



após a entrega ☒
ncompleto ☐
o falecido ☐
ou apto fechado ☒
o viajando ☐
to mudou-se ☐
o No na Rua ☒ 764
conhecida ☐
nolida ☐
to recusa receber ☐
to ignorado ☐

7 1983

120

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP-950 /83 .

Fica V.Sa., pela presente, notificado da instauração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44 /83 , em que são partes:

SUSCITANTE(S): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS.

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exarou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984 , às 9:30 horas, para audiência de conciliação e instrução, notificadas as partes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de 1984. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presidente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Geral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1984.


Secretário Geral da Presidência

100

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE



PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 6.ª REGIÃO
GABINETE DO PRESIDENTE



NOT. Nº TRT-GP-349 / 84

AO
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO
NO ESTADO DE PERNAMBUCO
AV GUARARAPES Nº 164 - 13º ANDAR - SANTO ANTÔNIO
CEP: 50.000

pós a entrega ()
completo ()
falecido ()
1 apto fechado ()
viajando ()
mudou-se ()
fo na Rua 47 764
recida ()
da ()
acusa receber ()
morado ()
1983



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZA-
ÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 949/83.

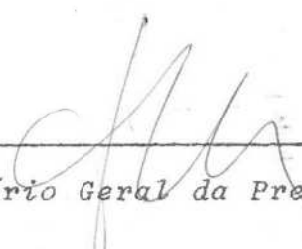
Fica V.Sa., pela presente, notificado da instau-
ração do Dissídio Coletivo nº TRT-DC- 44/83, em que são
partes: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS E CAPITALI-
ZACÃO E DE AGENTES AUTÔNIMOS DE SEGUROS PRIVADOS E
DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUSCITADO(S): SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITA-
LIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS
PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS

em cujos autos o Exmo. Sr. Juiz Presidente deste Tribunal exa-
rou o seguinte despacho:

"Designo o dia 12 de JANEIRO de 1984, às 9:30 horas,
para audiência de conciliação e instrução, notificadas as par-
tes e a Procuradoria Regional. Recife, 21 de dezembro de
1984. As) JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA Juiz Presi-
dente do TRT da Sexta Região".

A presente notificação vai assinada pelo Senhor Secretário Ge-
ral da Presidência. Aos 21 dias do mês de dezembro de 1984.


Secretário Geral da Presidência



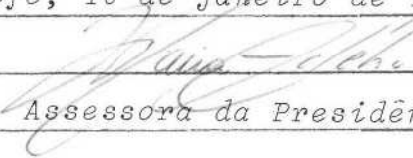
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

107
mm

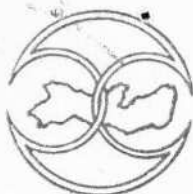
PROC. Nº TRT DC 44/83

Nesta data faço juntada das petições
protocoladas sob os números: 000305, 000494,
e 000495, referentes ao DC 44/83.

Recife, 16 de janeiro de 1984.


Assessora da Presidência

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

JUSTIÇA DO TRABALHO
T.R.T. - 6ª REGIÃO

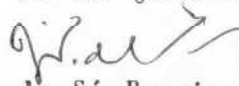
10 JAN 1987 000305

FOLHA
PROTOCOLO GERAL

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 6ª REGIÃO.

N. A.

Recife, 16 de janeiro de 1987


José T. de Sá Pereira
Presidente do TRT


SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS
DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔ-
NOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO PE
PERNAMBUCO, nos autos o Processo TRT - DC - 44.83, em
que figuram como suscitados o SINDICATO DAS EMPRESAS
DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PER-
NAMBUCO e outros, vem expor e requerer de V.Excia. o
que se segue:

- a) Que, o Sindicato suscitante firmou
Acordo Coletivo de Trabalho, com a
DUBEUX CORRETORA DE CâMBIO TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, BANTRI-
AL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA, DINARIS CORRETORA
DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA E LÔBO
SOARES CORRETORA DE VALORES MOBILIA-
RIOS LTDA, (doc.junto);
- b) que, ante o exposto, requer o Sin-
dicato suscitante, em comum acordo
com as suscitadas acima designadas,
se digne V.Excia. de Homologar o
Acordo firmado, determinar a exclu-
são da lide da DUBEUX CORRETORA DE

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

CÂMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA, BANTRIAL CORRETORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, DINARIS
CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA E LÔBO SOARES CORRETORA DE VALO-
RES MOBILIÁRIOS LTDA, prosseguindo o
Dissídio com relação a todos os de-
mais suscitados relacionados na
inicial.

Nestes Termos

P. Deferimento

Recife, de Janeiro de 1984.

Naillon Max de Brito
ADVOGADO

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE

Raimundo Ananias
RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

DUBEUX CORRETORA DE CÂMBIO
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

BANTRIAL - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Alvaro de Souza
Alvaro de Souza
Sócio Gerente

DINARIS - Corretora de Valores Mobiliários Ltda.

LOBO SOARES
CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS LTDA.

EMBRACO

AA
m

Recife, 05 de janeiro de 1984.

RECIBO HECHO a(s) firma(s) de Simón M. M. M.
con, Mr. M. M. M.
para por. M. M. M.
M. M. M.
 Recibo: 9 JAN 1984 de 19
 En test.º da verda

Octo Augusto de Melo
Socio Gerente

Sevast'yanov - Burdakov do Valovsk. 20.05.1942. 1942.

DUREUX CORRETORES DE CAMBIO
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ETC.

EMBRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE FAZEM ENTRE SI O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E A DUBEUX CORRETORA DE CÂMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, BANTRIAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, DINARIS CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA E LÔBO SOARES CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, PARA SOLUÇÃO CONCILIATÓRIA NOS AUTOS DO DIS SÍDIO COLETIVO Nº TRT - DC - 44/83 NAS SE- GUINTES BASES:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A partir de 1º de Janeiro de 1984, as empre sas, concederão aos seus empregados, integrantes da Ca- tegoria Profissional dos Securitários, a correção semes- tral automática dos salários a que se refere a Lei nº 6.708, de 30.10.79, alterada pelo Decreto Lei nº 2.065, aplicando aos salários vigentes em 01 de Julho de 1983, o INPC fixado para o mês de Janeiro de 1984 na conformi- dade da seguinte tabela:

<u>FAIXAS SALARIAIS</u>	<u>TERÃO AUMENTO DE</u>	<u>MAIS (Cr\$).</u>
ATÉ Cr\$ 171.360	74,8%	-
Cr\$ 171.361 a Cr\$ 399.840	59,84%	25.635,46
Cr\$ 399.841 a Cr\$ 856.800	44,88%	85.451,52
ACIMA DE Cr\$ 856.801	37,4%	149.540,16

CLÁUSULA SEGUNDA

As Empresas, concederão aos seus emprega- dos, um abono de emergência no valor de 04% (quatro por

EMBRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

cento), além do INPC aplicado na forma da Cláusula anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para os empregados admitidos entre 01.07.83 e 31.12.83, o aumento previsto na Cláusula Primeira será concedido na proporção de 1/6 (um sexto) por mês completo de serviço prestado, para este fim considerando-se a fração igual ou superior a 15 dias trabalhados no mês.

CLÁUSULA QUARTA

Serão compensados os aumentos espontâneos ou não concedidos entre 01.07.83 e a data do início da vigência do presente Acordo, excetuados da compensação os decorrentes de promoção, término de aprendizagem ou experiência, equiparação salarial, recomposição ou alteração de salários resultante da majoração da jornada de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA

Nenhum empregado das Empresas poderão perceber remuneração inferior a Cr\$ 110.000,00 (Cento e Dez Mil Cruzeiros), com excessão do pessoal de portaria, limpeza, vigias, contínuos e assemelhados, que não poderão perceber salário inferior a Cr\$ 90.000,00 (Noventa Mil Cruzeiros), reajustáveis semestralmente segundo o critério legal vigente à época do reajuste futuro.

CLÁUSULA SEXTA

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, àquele será garantido salário igual ao do empregado demitido.

CLÁUSULA SÉTIMA

Para os empregados que percebem salário mis /

EMBRACO



to, parte fixa e parte variável, o aumento incidirá apenas sobre a parte fixa, assegurado, porém, o aumento mínimo correspondente à aplicação da percentagem estabelecida sobre o salário mínimo regional.

CLÁUSULA OITAVA

Fica vedada a dispensa dos empregados participantes da Comissão de Salários do Sindicato da Categoria Profissional, salvo na hipótese de justa causa comprovada, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data inicial, bem como durante todo prazo de vigência do presente Acordo, considerando-se, para tanto, o limite de um empregado, por Empresa.

CLÁUSULA NONA

Fica estabelecido que após cada período completo de 05 (cinco) anos de serviço prestados à empresa e contados a partir da data de admissão, o empregado receberá a quantia de Cr\$ 15.000,00 (Quinze Mil Cruzeiros), por mês a título de Quinquênio, a qual integrará a sua remuneração para todos os efeitos legais e será reajustada semestralmente, segundo critério legal vigente à época do reajuste futuro.

CLÁUSULA DEZ

É vedada, ressalvada a hipótese de justa causa, a dispensa desde o início da gravidez, da empregada gestante, até os 60 (sessenta) dias que se seguirem ao período de repouso previsto no artigo 392 da Consolidação das Leis Trabalhistas.

CLÁUSULA ONZE

Fica reafirmado que a 3ª (terceira) segunda-feira do mês de Outubro, será reconhecida como o "DIA DO

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DOZE

As Empresas descontarão da remuneração mensal do empregado as parcelas relativas aos financiamentos feitos pelo Sindicato dos empregados referente à aquisição de medicamentos, serviço de prótese e/ou RX, desde que os descontos sejam autorizadas pelo empregado e que não excedam a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal.

CLÁUSULA TREZE

Mediante Aviso Prévio de 48 (quarenta e oito) horas, dado por escrito, será abonada, sem desconto, a ausência do empregado no dia de prova escolar obrigatória por Lei, quando comprovada tal finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO

Aceita a comprovação, a ausência será enquadrada no artigo 131, item IV da C.L.T.

CLÁUSULA QUATORZE

As Empresas terão sua jornada de trabalho, anualmente, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA QUINZE

As Empresas, às suas próprias expensas, farão seguro de acidentes pessoais a favor de seus empregados, garantido indenização de Cr\$ 1.000.000,00 (Hum Milhão de Cruzeiros), por morte e no máximo de Cr\$:..... 1.000.000,00 (Hum Milhão de Cruzeiros), por invalidez permanente.

CLÁUSULA DEZESSEIS

As Empresas terão a opção de...

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

necimento, sem que seja efetuado qualquer desconto nos salários dos empregados, para compensação de tal despesa.

CLÁUSULA DEZESSETE

A ausência do empregado por motivo de doença, atestada pelo Médico da entidade sindical, ou, em casos de emergência, por seu dentista; será abonada inclusive para os itens previstos no artigo 131, item III, da C.L.T.

CLÁUSULA DEZOITO

As Empresas deverão fornecer ao empregado comprovante de pagamento de salários, com a discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados. De tais comprovantes, deverão constar a identificação da Empresa e do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO

Do referido comprovante deverão constar também a importância relativa ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço devido à conta vinculada do empregado optante, conforme estabelece o artigo 16, parágrafo primeiro do Decreto nº 59.820 de 20.12.66.

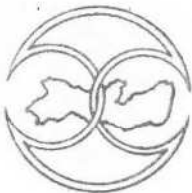
CLÁUSULA DEZENOVE

Salvo por motivo de falta grave, devidamente comprovada, os empregados já convocados para a prestação obrigatória do Serviço Militar não poderão ser dispensados, até 60 (sessenta) dias após o desengajamento da unidade militar em que servirem.

CLÁUSULA VINTE

Durante a vigência do presente Acordo, as Empresas concederão frequência livre de seus empregados em exercício efetivo nas Diretorias do Sindicato dos Emprega-

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, até o limite de 07 (sete) membros para o Sindicato e 05 (cinco) para a Federação e Confederação, limitado a um funcionário por entidade, os quais gozarão dessa franquia sem prejuízo de salários e do cômputo de tempo de serviço.

CLÁUSULA VINTE E HUM

As Empresas enquanto não fornecerem alimentação própria aos seus empregados, se obrigam a conceder-lhes Tickets ou Vales para Refeição, no valor de Cr\$ 1.400,00 (Hum Mil e Quatrocentos Cruzeiros), reajustável semestralmente segundo critério legal vigente à época do reajuste salarial futuro, com a participação dos empregados no seu custeio, conforme determinação legal, podendo ser diretamente proporcional aos seus ganhos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Serão excluídos da vantagem prevista nesta Cláusula: a) os empregados que percebem remuneração superior a 15 (quinze) salários mínimos regionais, nesta incluída a parte fixa e parte variável, ressalvadas as situações já existentes: b) os empregados que trabalham em horário corrido de expediente único.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As Empresas ficarão desobrigadas de concessão estipulada nesta Cláusula caso ponham à disposição de seus empregados restaurante próprio ou de terceiros, onde sejam fornecidas refeições a preços

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

CLÁUSULA VINTE E DOIS

As horas extraordinárias, isto é, aquelas excedentes da jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, se e quando trabalhadas e até o limite de 02 (duas) horas por dia, serão remuneradas com um acréscimo de 50 (Cinquenta por Cento) em relação ao valor pago pela hora normal.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS

As Empresas descontarão de todos os seus empregados admitidos até 31.12.83, 10% (Dez por Cento) para os SÓCIOS quites em dezembro/83 e 20% (Vinte por Cento) para os NÃO SÓCIOS, sobre o reajuste relativo ao ano de 1983 com vigência a partir de 01.01.84 recolhendo a respectiva importância a favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, 15 (quinze) dias após efetuado o desconto. A importância arrecadada terá a finalidade de manutenção dos serviços jurídicos e sociais do Sindicato, sendo de inteira responsabilidade do Sindicato Suscitante a eventual obrigação de restituir, em caso de condenação, bem como toda e qualquer discussão com os empregados a respeito desse desconto, inclusive em Juízo. O Sindicato Profissional declara que o desconto de que trata a Cláusula foi desejo da Categoria manifestado em Assembléia Geral Extraordinária em 22 de Novembro de 1983, especialmente convocada nos termos do art. 612 da C.L.T., combinado com o § 2º do art. 617 do mesmo diploma consolidado e de acordo com as prerrogativas do Sindicato, previstas na letra "E" do art. 513 da C.L.T.

PARÁGRAFO ÚNICO

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

presente Cláusula, não poderão ser deduzidos do reajustamento apurado no mês de Janeiro de 1984, os adiantamentos salariais feitos a qualquer título, no decorrer do ano de 1983, inclusive os adiantamentos decorrentes da correção semestral de Julho de 1983 da Lei nº 6.708/79.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO

Aos empregados que antes de 1º de novembro de 1983 percebiam menos do que o atual salário mínimo, o salário resultante de aplicação do presente Acordo não poderá ser inferior ao que for atribuído aos admitidos após aquela data, com salário mínimo vigente.

CLÁUSULA VINTE E CINCO

Os empregados optantes pelo F.G.T.S. que hajam completado 29 (vinte e nove) anos de serviços / prestados à Empresa, não poderão ser dispensados salvo por motivo de acordo rescisório, falta grave ou por motivo de força maior, até que venham adquirir direito à aposentadoria por tempo de serviço aos 30 (trinta) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Após completados os trinta anos de serviços, indispensáveis à aquisição do direito à aposentadoria, o empregado optante pelo F.G.T.S., poderá ser dispensado unilateralmente pela Empresa.

CLÁUSULA VINTE E SEIS

No caso de pedido de demissão ou dispensa, a Empresa se apresentará para homologação, quando devida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do efetivo desligamento.

EMERANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se excedido o prazo, as Empresas, à partir do 16º dia útil, e até a sua apresentação para homologação, pagarão ao ex-empregado importância igual a que este receberia se vigorasse o contrato de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO

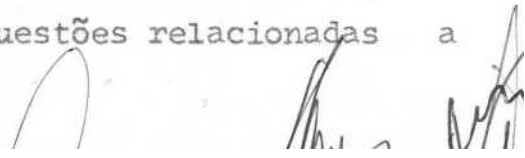
No caso de não comparecimento do empregado, as Empresas darão do fato, conhecimento por escrito, ao Sindicato, o que desobrigará o disposto no Parágrafo anterior.

CLÁUSULA VINTE E SETE

O Sindicato da Categoria Profissional, manterá, na Empresa quando existir mais de 10 (Dez) empregados, um representante escolhido pelos empregados da Empresa, em eleição direta, por voto secreto. O representante sindical eleito, terá assegurada a sua permanência no emprego, nos termos do artigo 543 § 3º da C.L.T.

PARÁGRAFO ÚNICO

No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a eleição do representante sindical, a Empresa e o Sindicato da Categoria Profissional definirá os limites das suas atribuições, em acordo submetido ao registro na Delegacia Regional do Trabalho. As atribuições do representante sindical, não poderão abranger questões relacionadas a



EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

hierarquia, aplicação de normas disciplinares ou questões ligadas à direcionamento das operações ligadas à produção ou investimentos das Empresas.

CLÁUSULA VINTE E OITO

As Empresas complementarão o salário dos empregados afastados para tratamento médico no INAMPS, a partir do 16º dia de afastamento, até o 30º dia.

CLÁUSULA VINTE E NOVE

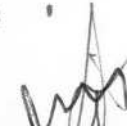
Ao empregado que não tiver qualquer falta injustificada ou não, durante o período aquisitivo de férias, será garantida uma gratificação no valor correspondente a 10% (Dez por Cento) do seu salário mensal, paga de uma única vez, por ocasião do retorno do empregado.

CLÁUSULA TRINTA

Ao empregado que contar mais de 05 (cinco) anos de serviço, na Empresa, tiver sido admitido com menos de 40 (quarenta) anos de idade, fica assegurado o Aviso Prévio de 40 (quarenta) dias no caso de rescisão contratual sem justa causa, por parte da Empresa, desde que o empregado tenha mais de 35 (Trinta e Cinco) anos de idade por ocasião da dispensa.

CLÁUSULA TRINTA E HUM

No último dia útil de cada trimestre civil, haverá uma reunião conjunta das Diretorias dos Sindicatos Trabalhadores e das Empresas, para debaterem assuntos vinculados ao relacionamento entre os membros das respectivas categorias.



EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

CLÁUSULA TRINTA E DOIS

As Empresas se obrigam a anotar, nas Cartei_{ra}s de Trabalho e Previdência Social dos empregados, as verdadeiras funções exercidas pelos mesmos.

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS

As Empresas se comprometem a, na vigência deste Acordo, formar uma Comissão paritária, com representantes do Sindicato da Categoria e Profissional, no sentido de elaborar um projeto de QUADRO DE CARREIRA a ser implantado nas Empresas.

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO

A Empresa, quando possuir mais de 10 (Dez) empregados, fica obrigada a fazer, sem ônus para o empregado, convênio com creches, para a guarda dos seus filhos, até um ano de idade.

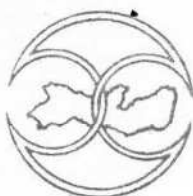
CLÁUSULA TRINTA E CINCO

A inadimplência de qualquer das Cláusulas do presente Acordo, implicará nas sanções estabelecidas na legislação específica, inclusive a aplicação de multa no valor equivalente a 04 (quatro) Salários de Referência vigente no Município do Recife, para as Empresas, e de 02 (dois) Salários de Referência para o Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A multa prevista na Cláusula anterior, será aplicada, mensalmente, a partir do mês em que ocorrer a inadimplência do Acordo e será devida à parte prejudicada // enquan-

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

to perdurar o fato que motivou a aplicação da sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As divergências que venham a surgir durante a vigência do presente Acordo, serão dirimidas da seguinte forma:

- a) de comum acordo pelas partes Acordantes;
- b) depois de 30 (Trinta) dias de suscitada por escrito a divergência, sem que tenha sido encontrada solução satisfatória, será solicitada a participação mediadora do Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco;
- c) na hipótese de persistir a divergência, será submetida à apreciação da Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA TRINTA E SEIS

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial deste Acordo, ficará subordinada, em qualquer caso, à aprovação da Assembleia Geral do Sindicato conveniente com observância do art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 01 (hum) ano, a contar de 01 de Janeiro de 1984, sem

EMBRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

prejuízo da correção semestral a que se refere o Artigo 1º da Lei nº 6.708/79 alterada pelo Decreto Lei número 2.065.

Recife, Dezembro de 1983.

Assento dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE

RAIMUNDO ANANIAS
RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

DUSEUX CORRETORA DE CÂMBIO
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Edmar

BANTRAL - Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Alvaro de Oliveira e Zevedo
Alvaro de Oliveira e Zevedo
Sócio Gerente

DINARIS - Corretora de Valores Mobiliários Ltda.

João

LOBO SOARES
CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS LTDA.

Luiz

EMBRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

JUSTIÇA DO TRABALHO
T.R.T. - 6ª REGIÃO

13 JAN 14 25 78 000494

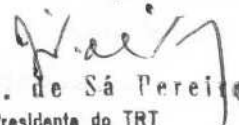
FOLHA
BLOCO GERAL

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 6ª REGIÃO.

N. A.

Ao Gabinete para os devidos fins.

Recife, 16 de janeiro de 1984


José T. de Sá Pereira
Presidente do TRT

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco nos autos do Dissídio Coletivo nº TRT - DC-44/83, ciente da inexistência da notificação do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco e Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização no Estado de Pernambuco, face a não identificação dos enderêços fornecidos, e em atendimento a determinação desse Colendo Tribunal, vem fornecer os enderêços abaixo, para que se proceda a notificação dos suscitados:

- a) Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco
Av. Guararapes nº 154 - Edifício Almare - 3º andar;
- b) Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização no Estado de Pernambuco
Av. Dantas Barreto nº 564 - Edifício Inalmar - 13º andar.

N. Termos
Pede Deferimento

EM BRANCO

100

100

100



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

12/

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 6ª REGIÃO.

N. A.

Recife, 16 de janeiro de 1965


José T. de Sá Perleira
Presidente do TRT

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, nos autos o Processo TRT - DC - 44.83, em que figuram como suscitados o SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outros, vem expor e requerer de V.Excia., o que se segue:

- a) Que, o Sindicato suscitante firmou Acordo Coletivo de Trabalho, com Mercantil de Pernambuco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda, / (doc.junto);
- b) que, ante o exposto, requer o Sindicato suscitante, em comum acordo com as suscitadas acima designadas, se digne V.Excia. de Homologar o Acordo firmado, determinar a exclusão da li-
de Mercantil de Pernambuco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, e Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliá-


A.


M. G.

JUSTIÇA DO TRABALHO
T.R.T. - 6ª REGIÃO

13 JAN 1965 000495

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROTÓCOLO GERAL

EMERSON CO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

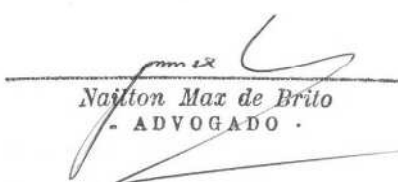
Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

rios Ltda, prosseguindo o Dissídio com relação a todos os demais suscitados ' relacionados na inicial.

Nestes Termos

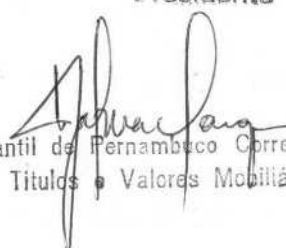
P. Deferimento

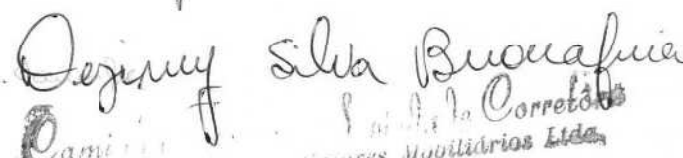
Recife, 12 de Janeiro de 1984.—

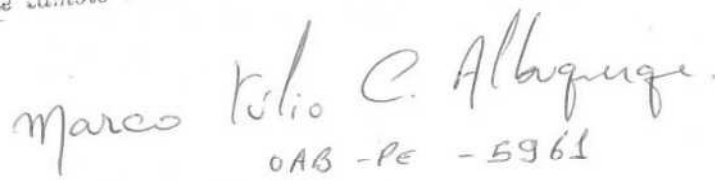

Nailton Maz de Brito
- ADVOGADO -

Sindicato dos Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE


RAIMUNDO ANANIAS
Presidente


Mercantil de Pernambuco Corretora de Cambio
Títulos e Valores Mobiliários Ltda.


Geiziny Silva Buenafrua
Corretora de Cambio
Títulos e Valores Mobiliários Ltda.


Marco Celso C. Albuquerque
OAB - PE - 5961

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE FAZEM ENTRE SI O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E A MERCANTIL DE PERNAMBUCO CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E CAMINHA FRANCO SOCIEDADE CORRETORA DE CÂMBIO TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, PARA SOLUÇÃO CONCILIATÓRIA NOS AUTOS DO DISSÍDIO COLETIVO Nº TRT - DC - 44.83, NAS SEGUINTE BASES:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A partir de 1º de janeiro de 1984, as Empresas, concederão aos seus empregados, integrantes da Categoria Profissional dos Securitários, correção semestral automática dos salários a que se refere a Lei nº 6.708, de 30.10.79., alterada pelo Decreto Lei nº 2.065, aplicando aos salários vigentes em 01 de Julho de 1983, o INPC fixado para o mês de Janeiro de 1984 na conformidade da seguinte tabela:

<u>FAIXAS SALARIAIS</u>		<u>TERÃO AUMENTO DE</u>	<u>MAIS (Cr\$).</u>
ATÉ	Cr\$ 171.360	74,8%	-
Cr\$ 171.361 a Cr\$ 399.840		59,84	25.635,46
Cr\$ 399.841 a Cr\$ 856.800		44,88%	85.451,52
ACIMA	DE Cr\$ 856.801	37,4%	149.540,16

CLÁUSULA SEGUNDA

As Empresas, concederão aos seus empregados, um abono de emergência no valor de 04 (quatro

EMBRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

por cento), além do INPC aplicado na forma da Cláusula anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para os empregados admitidos entre 01.07.83 e 31.12.83., o aumento previsto na Cláusula Primeira será concedido na proporção de 1/6 (um sexto) por mês completo de serviço prestado, para este fim considerando-se a fração igual ou superior a 15 dias trabalhados no mês.

CLÁUSULA QUARTA

Serão compensados os aumentos espontâneos ou não concedidos entre 01.07.83 e a data do início da vigência do presente Acordo, excetuados da compensação os decorrentes de promoção, término de aprendizagem ou experiência, equiparação salarial, re-composição ou alteração de salários resultante da majoração da jornada de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA

Nenhum empregado das Empresas, poderão perceber remuneração inferior a Cr\$ 110.000,00 (Cento e Dez Mil Cruzeiros), com excessão do pessoal de portaria, limpeza, vigias, contínuos e assemelhados, não poderão perceber salário inferior a Cr\$ 90.000,00 (Noventa Mil Cruzeiros), reajustáveis semestralmente segundo o critério legal vigente à época do reajuste futuro.

CLÁUSULA SEXTA

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, àquele será garantido o salário igual ao do empregado demitido.

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e da Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

CLÁUSULA SÉTIMA

Para os empregados que percebem salário misto, parte fixa e parte variável, o aumento incidirá apenas sobre a parte fixa, assegurado, porém, o aumento mínimo correspondente à aplicação da percentagem estabelecida sobre o salário mínimo regional.

CLÁUSULA OITAVA

Fica vedada a dispensa dos empregados participantes da Comissão de Salários do Sindicato da Categoria Profissional, salvo na hipótese de justa causa comprovada, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data inicial, bem como durante todo prazo de vigência do presente Acordo, considerando-se para tanto, o limite de um empregado.

CLÁUSULA NONA

Fica estabelecido que após cada período completo de 5 (cinco) anos de serviço prestados à empresa e contados a partir da data de admissão, o empregado receberá a quantia de Cr\$ 15.000,00 (Quinze Mil Cruzeiros), por mês a título de Quinquênio, a qual integrará a sua remuneração para todos os efeitos legais e será reajustada semestralmente, segundo critério legal vigente à época do reajuste futuro.

CLÁUSULA DEZ

É vedada, ressalvada a hipótese de justa causa, a dispensa desde o início da gravidez, da empregada gestante, até os 60 (sessenta) dias que se seguirem ao período de repouso previsto no artigo 392 da Consolidação das Leis Trabalhistas.

CLÁUSULA ONZE

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

gunda-feira do mês de Outubro, será reconhecida como o "DIA DO SECURITÁRIO", o qual será considerado como dia de repouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DOZE

As Empresas, descontarão da remuneração mensal do empregado as parcelas relativas aos financiamentos feitos pelo Sindicato dos empregados referente à aquisição de medicamentos, serviço de prótese e/ou RX, desde que os descontos sejam autorizados pelo empregado e que não excedam a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal.

CLÁUSULA TREZE

Mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas, dado por escrito, será abonada, sem desconto, a ausência do empregado no dia de prova escolar obrigatória por Lei, quando comprovada tal finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO

Aceita a comprovação, a ausência será enquadrada no artigo 131, item IV da C.L.T.

CLÁUSULA QUATORZE

As Empresas, terão sua jornada de trabalho, anualmente, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA QUINZE

A Mercantil de Pernambuco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, às suas próprias expensas, fará seguro de acidentes pessoais a favor de seus empregados, garantido indenização de Cr\$:.....
1.500.000,00 (Hum Milhão e Quinhentos Mil Cruzeiros),
A,

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

por morte e no máximo de Cr\$ 1.500.000,00 (Hum Milhão e Quinhentos Mil Cruzeiros), por invalidez permanente, e a Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda, fará o mesmo seguro referido nesta Cláusula, nos valores de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzeiros), por morte e no máximo de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzeiros), por invalidez permanente.

CLÁUSULA DEZESSEIS

As Empresas, quando exigirem o uso de uniforme para os seus empregados, ficam responsáveis pelo seu fornecimento, sem que seja efetuado qualquer desconto nos salários dos empregados, para compensação de tal despesa.

CLÁUSULA DEZESSETE

A ausência do empregado por motivo de doença, atestada pelo Serviço Médico-Odontológico da entidade sindical, será abonada inclusive para os itens previstos no artigo 131, item III, da C.L.T.

CLÁUSULA DEZOITO

As Empresas deverão fornecer ao empregado comprovante de pagamento de salários, com a discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados. De tais comprovantes, deverá constar a identificação da Empresa e do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO

Do referido comprovante deverá constar também a importância relativa ao depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço devido à conta vinculada do empregado perante o estabelecido.

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

artigo 16, parágrafo primeiro do Decreto nº 59.820 de 20.12.66.

CLÁUSULA DEZENOVE

Salvo por motivo de falta grave, devidamente comprovada, os empregados já convocados para a prestação obrigatória do Serviço Militar não poderão / ser dispensados, até 60 (sessenta) dias após o desengajamento da unidade Militar em que servirem.

CLÁUSULA VINTE

Durante a vigência do presente Acordo, as Empresas, concederão frequência livre de seus empregados em exercício efetivo nas Diretorias do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, até o limite de 07 (sete) membros para o Sindicato e 05 / (cinco) para a Federação e Confederação, limitado a um funcionário por entidade, os quais gozarão dessa franquias sem prejuízo de salários e do cômputo de tempo de serviço.

CLÁUSULA VINTE E HUM

A Mercantil de Pernambuco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, enquanto não fornecer alimentação própria aos seus empregados, se obriga a conceder-lhes Tickets ou Vales para Refeição, no valor de Cr\$ 1.400,00 (Hum Mil e Quatrocentos Cruzeiros), reajustável semestralmente segundo critério legal vigente à época do reajuste futuro, pelos índices de reajuste salarial, com a participação dos empregados no seu custeio. conforme determinação legal podendo ser dire-



EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

tamente proporcional aos seus ganhos, e a Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda, oferecerá a mesma vantagem, no valor de Cr\$ 1.100,00 (Hum Mil e Cem Cruzeiros).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Serão excluídos da vantagem prevista nesta Cláusula: a) os empregados que percebem remuneração superior a 15 (quinze) salários mínimos regionais, nesta incluída a parte fixa e parte variável, reservadas as situações já existentes; b) os empregados que trabalham em horário corrido de expediente único.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As Empresas ficarão desobrigadas da concessão estipulada nesta Cláusula caso ponham à disposição de seus empregados restaurante próprio ou de terceiros, onde sejam fornecidas refeições a preços subsidiados.

CLÁUSULA VINTE E DOIS

A Mercantil de Pernambuco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, remunerará as horas extraordinárias, isto é, aquelas excedentes da jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, com o adicional de 25% (Vinte e cinco por cento) nas 02 (duas) primeiras e 30% (Trinta por cento) nas que excederem as duas primeiras. A Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda, remunerará as horas extraordinárias que excederem a jornada de 08 (oito) horas diárias, com o adicional de 50% (Cinquenta por cen-

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

CLÁUSULA VINTE E TRÊS

As Empresas descontarão de todos os seus empregados admitidos até 31.12.83., 10% (Dez por cento), para os SÓCIOS quites em Dezembro.83 e 20% (Vinte por Cento), para os NÃO SÓCIOS, sobre o reajuste relativo ao ano de 1983 com vigência a partir de 01.01.84., recolhendo a respectiva importância a favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, 15 (quinze) dias após efetuado o desconto. A importância arrecadada terá a finalidade de manutenção dos serviços jurídicos e sociais do Sindicato, sendo de inteira responsabilidade do Sindicato Suscitante a eventual obrigação de restituir, em caso de condenação, bem como toda e qualquer discussão com os empregados a respeito desse desconto, inclusive em Juízo. O Sindicato Profissional declara que o desconto de que trata a Cláusula foi desejo da Categoria manifestado em Assembleia Geral Extraordinária em 22 de Novembro de 1983, especialmente convocada nos termos do art. 612 da C.L.T., combinado com o § 2º do art. 617 do mesmo diploma consolidado e de acordo com as prerrogativas do Sindicato, previstas na letra "E" do art. 513 da C.L.T.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito de cálculo do desconto fixado na presente Cláusula, não poderá ser deduzidos do reajustamento apurado no mês de Janeiro de 1984, os adiantamentos salariais feitos a qualquer título, no decorrer do ano de 1983, inclusive os adiantamentos decorrentes da correção se mestral de julho de 1982 de 10% número

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

CLÁUSULA VINTE E QUATRO

Aos empregados que antes de 1º de Novembro de 1983 percebiam menos do que o atual salário mínimo, o salário resultante de aplicação do presente Acordo não poderá ser inferior ao que for atribuído aos admitidos após aquela data, com o salário mínimo vigente.

CLÁUSULA VINTE E CINCO

Os empregados da Mercantil de Pernambuco Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, que hajam completado 25 anos e os da Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda, 29 anos de serviços prestados à empresa, não poderão ser dispensados salvo por motivo de acordo rescisório, falta grave ou por motivo de força maior, até que venham adquirir direito à aposentadoria por tempo de serviço aos 30 (trinta) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO

Após completados os 30 (trinta) anos de serviços, indispensáveis à aquisição do direito à aposentadoria, o empregado optante pelo FGTS, poderá ser dispensado unilateralmente pela Empresa.

CLÁUSULA VINTE E SEIS

No caso de pedido de demissão ou dispensa, a Empresa se apresentará para homologação, quando devida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do efetivo desligamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se excedido o prazo, a Empresa, à partir do 16º dia útil, e até a sua apresentação para homologação, pagará ao ex-empregado importância igual a que este receberia se tivesse o contrato de tra-

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. - 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

CLÁUSULA VINTE E SETE

O Sindicato da Categoria Profissional, manterá, na Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda, quando existir mais de 10 (Dez) empregados, um representante escolhido pelos empregados da Empresa, em eleição direta, por voto secreto. O representante sindical eleito, terá assegurada a sua permanência no emprego, nos termos do artigo 543 § 3º da C.L.T.

PARÁGRAFO ÚNICO

No prazo de 30 (Trinta) dias após a eleição do representante sindical, a Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda e o Sindicato da Categoria Profissional definirá os limites das suas atribuições, em acordo submetido ao registro na Delegacia Regional do Trabalho. As atribuições do representante sindical, não poderá abranger questões relacionadas a hierarquia, aplicação de normas disciplinares ou questões ligadas à direcionamento das operações ligadas à produção ou investimentos da Empresa.

CLÁUSULA VINTE E OITO

As Empresas complementarão o salário dos empregados afastados para tratamento médico no INAMPS, a partir do 16º dia de afastamento, até o 30º dia.

CLÁUSULA VINTE E NOVE

Ao empregado que não tiver qualquer falta, injustificadas ou não, durante o período aquisitivo de férias, será garantido uma gratificação no va-

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

lor correspondente a 20% (vinte por cento) do seu salário mensal, paga de uma única vez, por ocasião do retorno do empregado.

CLÁUSULA TRINTA

Ao empregado que contar mais de 5 (cinco) anos de serviço, na Empresa, fica assegurado o Aviso Prévio de 40 (quarenta) dias no caso de rescisão contratual sem justa causa, por parte da Empresa, desde que o empregado tenha mais de 35 (trinta e cinco) anos de idade por ocasião da dispensa.

CLÁUSULA TRINTA E HUM

No último dia útil de cada trimestre civil, haverá uma reunião conjunta das Diretorias do Sindicato de Trabalhadores e das Empresas, para debaterem assuntos vinculados ao relacionamento entre os membros das respectivas categorias.

CLÁUSULA TRINTA E DOIS

A Empresa se obriga a anotar, nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados, as verdadeiras funções exercidas pelos mesmos.

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS

A Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda se compromete a, na vigência deste Acordo, formar uma comissão paritária, com representantes do Sindicato da Categoria Profissional, no sentido de elaborar um projeto de QUADRO DE CARREIRA a ser implantado na Empresa.

CLÁUSULA TRINTA E QUATRO

A Caminha Franco Sociedade Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda, quando pos-

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

suir mais de 10 (Dez) empregadas, fica obrigada a fazer, sem ônus para as empregadas, convênio com creches, para a guarda dos seus filhos, até um ano de idade.

CLÁUSULA TRINTA E CINCO

A inadimplência de qualquer das Cláusulas do presente Acordo, implicará nas sanções estabelecidas na legislação específica, inclusive a aplicação de multa no valor equivalente a 04 (quatro) Salários de Referência vigente no Município do Recife, para as Empresas, e de 02 (dois) Salários de Referência para o Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A multa prevista na Cláusula anterior, será aplicada, mensalmente, a partir do mês em que ocorrer a inadimplência do Acordo e será devida à parte prejudicada enquanto perdurar o fato que motivou a aplicação da sanção.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As divergências que venham a surgir durante a vigência do presente Acordo, serão dirimidas da seguinte forma:

- a) de comum acordo pelas partes Acordantes;
- b) depois de 30 (trinta) dias de suscitada por escrito a divergência, sem que tenha sido encontrada solução satisfatória, será solicitada a participação mediadora do Delegado Regio-

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

- nal do Trabalho em Pernambuco;
- c) na hipótese de persistir a divergência, será submetida à apreciação da Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA TRINTA E SEIS

O processo de prorrogação, revisão, de núncia ou revogação total ou parcial deste Acordo, ficará subordinada, em qualquer caso, à aprovação da Assembleia Geral do Sindicato conveniente com observância do Art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 01 (hum) ano, a contar de 01 de Janeiro de 1984, sem prejuízo da correção semestral a que se refere o Artigo 1º da Lei nº 6.708.79 alterada pelo Decreto Lei número 2.065.

Recife, Dezembro de 1983.

Sindicato das Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e de Crédito no Estado de PE

Raimundo Ananias
RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

Mercantil de Pernambuco Corretora de Câmbio
Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Alvaro Augusto
Dejany Silva Buenafrua
Caminha Franco Sociedade Corretora
de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários Ltda

EMBRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

PARA: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT -GP- 002/ 84

Pelo presente, notifico V.Sª de que, por determinação do Presidente deste Tribunal, foi adiado para o dia 23 de janeiro de 1984, às 09:30 horas, a realização da audiência de instrução e conciliação do Dissídio Coletivo nº TRT 44/83, em que são partes: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESA DE SEGUROS ? PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, Suscitante, e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO e outros (24) Empresas, cientes os Suscitantes e Suscitados presentes, como também a douda Procuradoria.

Recife, 17 de janeiro de 1984.

Secretário-Geral da Presidência *Faiva*

EMERAMCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO
AO: SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO
NO ESTADO DE PERNAMBUCO

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT-GP- 03/84

Pelo presente, notifico V.Sª de que, por determinação do Presidente deste Tribunal, foi adiada para o dia 23 de janeiro de 1984, às 09:30 horas, a realização da audiência de instrução e conciliação do Dissídio Coletivo nº TRT 44/83, em que são partes: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESA DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, Suscitante, e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (24) Empresas, clientes os Suscitantes e Suscitados presentes, como também da douta Procuradoria.

Recife, 17 de janeiro de 1984.

Secretário-Geral da Presidência

1000

EM BRANCO

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E

DO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO

AO: BANORTE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO Nº TRT- GP- 04/84

Pelo presente, notifico V. Sª de que, por determinação do Presidente deste Tribunal, foi adiada para o dia 23 de janeiro de 1984, às 09:30 horas, a realização da audiência de instrução e conciliação do Dissídio Coletivo nº TRT 44/83, em que são partes: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESA DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, Suscitante, e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTROS (24) Empresas, cientes os Suscitantes e Suscitados presentes, como também a douta Procuradoria.

Recife, 17 de janeiro de 1984.

Lina Fereira

Secretário- Geral da Presidência

[Assinatura]

EM BRANCO

À BANORTE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

AVISO DE RECEBIMENTO

113/sum
A.T. Nº TRT- GP- 04/84

NÚMERO DO REGISTRADO

DATA DO REGISTRO

R E C E B I

1 Recife 18 de 01 19 84

BANORTE CORRETORA

de Valores Mobiliários S/A

(Assinatura do Destinatário)

Denice Araújo

NOTA — Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase 1.a

OD. TRT 37 — 3.000 - 04/82



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região
Av. Cais do Apolo, 739 — Recife

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

PERNAMBUCO
BRASIL

Sindicato dos Corretores de Seguros
AVISO DE RECEBIMENTO
14/11/82
Capitalização no Estado de P.E.

NÚMERO DO REGISTRADO

DATA DO REGISTRO

RECEBI

Recibido de 19 *84*

Sindicato dos Corretores de Seguros
e Capitalização do Estado de Pernambuco

(Assinatura do Destinatário)

RISOLEIA ARAUJO DA SILVA (SEC)

NOTA — Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase 1.a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região
Av. Cais do Apolo, 739 — Recife

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

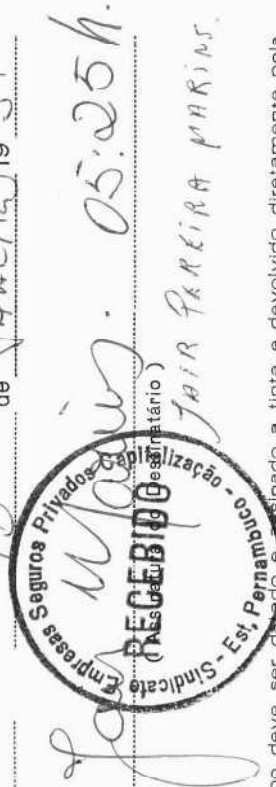
PERNAMBUCO
BRASIL

Sindicato das Empresas de Seguros
AVISO DE RECEBIMENTO
Privados e Capitalização no Estado
NÚMERO DO REGISTRO 1 de P.E.

DATA DO REGISTRO

RECEBI

18 de Janeiro 1984



NOTA — Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase 1.a

OD. TRT 37 — 3.000 - 04/82



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região
Av. Cais do Apolo, 739 — Recife

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

PERNAMBUCO
BRASIL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO

ATA DE INSTRUÇÃO E CONCILIAÇÃO DO DISSÍDIO COLETIVO Nº TRT-44/83, em que são partes interessadas: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO (suscitante) e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS (24) EMPRESAS (suscitados).

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às 9:30 horas, na Sala de Sessões do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, presentes o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal, José T. de Sã Pereira e a Procuradoria Regional, representada pelo Dr. Everaldo Gaspar Lopes de Andrade, compareceram os srs Antonio Juarez Rabelo Marinho, presidente do Sind. das Empresas Seguros Privados e Capitalização, acompanhado do adv. Bel. André Genn de Assunção Barros; Dr. Fernando Manuel de Araújo, como preposto e adv. da Banorte Corretora de Valores Mobiliários e Câmbios S/A e Banorte Dist. de Títulos e Valores Mobiliários S/A; João Augusto de Albuquerque Maranhão, acompanhado do adv. Dr. Jamerson de Oliveira Pedrosa; Sra. Ivanilda Alves, preposta da Crefisul; Sr. Ananias digo Raimundo Ananias presidente do Sind. suscitante, acompanhado do adv. Dr. Nailton Max de Brito; Antonio Cândido Sobrinho, presidente do Sind. dos Corretores de Seguros e de Capitalização no Estado de Pernambuco, acompanhado de seu adv. Dr. Fernando Antonio Pereira Lins; Djalma José Marques de Melo, preposto da Corretora Títulos e Valores Imobiliário Ltda.; Dr. Manoel Cavalcanti de Sã Neto, adv. e preposto da Distribuidora de Valores Mobiliários Fininvest S/A; Alberto Flaminio Gomes Torres, preposto da Aymorê Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliário S/A, acompanhado de seu adv. Dr. Lindi-

EM BRANCO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO

147
m

e Capitalização no Estado de Pernambuco, considerando a petição de adiamento protocolada em 19 do corrente mês e recebida hoje, declarou que realmente a seguir da notificação recebera cópia da inicial, ficando assim sem efeito o seu pedido de adiamento, contando da aludida petição. Tendo em vista a possibilidade de uma conciliação, requereram as partes de comum acordo o adiamento da audiência para esse fim, Sendo também nesta oportunidade pedido pelo suscitante a juntada de uma declaração e de documento particular de procaração. Deferido ambos os pedidos, ainda na oportunidade, requereu o suscitante a juntada da cópia da ata da reunião conciliatória realizada na Delegacia Regional do Trabalho em 20 de janeiro p.p. da qual igualmente foi dado vista aos suscitados, declarando estes nada ter a opor. Foi designado nova audiência para o dia 06 (seis) de fevereiro às 9:30 horas, notificada desde logo as partes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiência da qual, para constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Procurador, pelas partes presentes e por mim, Secretária, que lavrei.

Dr. José T. de Sá Pereira
Presidente

Dr. Gaspar Andrade-Procurador

Presidente Sind. suscitante

Adv. Sind. suscitante

EMERSON CO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO

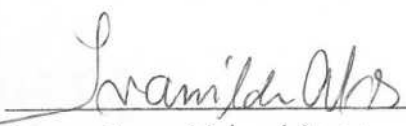
144
m


Adv. Dr. André Genn de Assunção Barros


Dr. Fernando Manoel de Araújo

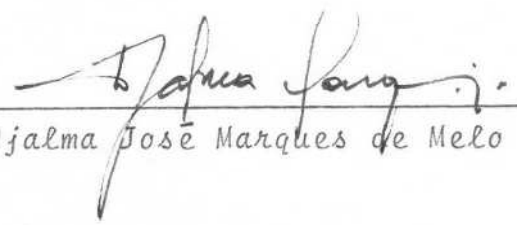

João Augusto de Albuquerque Maranhão

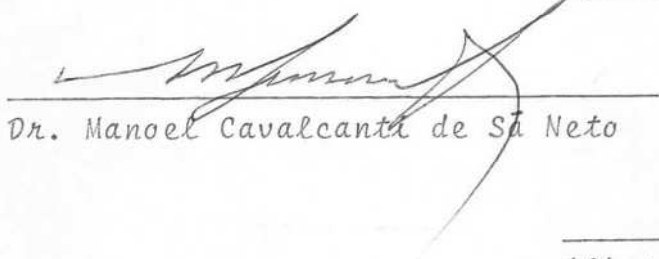

Dr. Jamerson de Oliveira Pedrosa

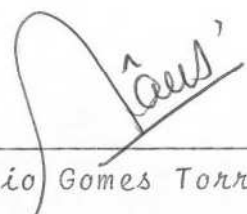

Sra. Ivanilda Alves

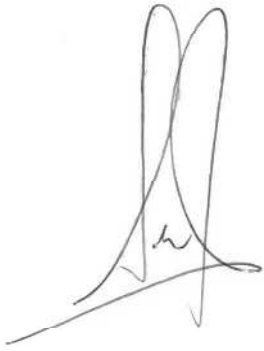
Raimundo Ananias


Dr. Fernando Antônio Pereira Lins


Djalma José Marques de Melo


Dr. Manoel Cavalcanti de Sá Neto


Alberto Flaminio Gomes Torres



Exmo. Sr. Presidente do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª RE-
GIÃO

JUSTIÇA DO TRABALHO
T.R.T. - 6ª REGIÃO

19 JAN 1984 000665

FOUR
COLOCAR

R. Lusa.
V. ms - Tr
R: 23-1-84
G. de 17

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, com sede nesta cidade, à Av. Guararapes, nº 154, Edf. Almare, 3º andar, tendo ontem recebido desse Egrégio Tribunal a notificação de nº TRT-GP 02/84, datada de 17 do corrente, e como a referenciada veio desacompanhada do pleito inicial, impossibilitando, desse modo, a elaboração da defesa por este Órgão, representante da categoria econômica, vem pedir a V. Excia. a finese de determinar o envio a este Sindicato da inicial contendo as reinvidicações do Dissídio suscitado - TRT-44/83 -, oportunidade em que requer, ainda, a devolução de prazo.

Nestes termos

P. deferimento

Recife, 19 de janeiro de 1984.

Sindicato das Empresas de Seguros Privados
e Capitalização no Estado de Pernambuco

Antonio Juarez Rabelo Marinho
Presidente

EMBRANCO

DECLARAÇÃO

Atendendo ao pedido do sr. Presidente do Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização no Estado de Pernambuco no expediente aqui protocolizado sob nº DRT-19 694/83, declaro que o mesmo se encontra em pleno funcionamento, instalado à Av. Dantas Barreto, 564, 13º andar, nesta cidade, com sua atual diretoria, eleita em 11.01.1982, com mandato previsto até 03.03.1985, assim constituída:

Presidente : Antonio Cândido Sobrinho

Secretário : Luiz Moreira de Souza

Tesoureiro : Fernando Teixeira de Carvalho

em 22 de dezembro de 1983

Alayde Bezerra Cavalcanti
DETORA DA DIVISÃO DE ASSUNTOS SINDICAIS

VISTO:

22 de dezembro de 1983

Alexandre Kruse Grande Arruda

Delegado Regional do Trabalho

em Pernambuco



CARTÓRIO Bel. ARNALDO MACIEL
Rua Siqueira Campos, 94 110 - Fone: 224-71
AUTENTICAÇÃO com o origi
Recife, 20 JAN 1984 de 19

José Soares Ferreira
Escrivente Autorizado

CARTÓRIO TMO SILENCIO

IMO VIEIRA SALGADO

De Talão de Nave

JOSE CARLOS FALCÃO

Escritório

Handwritten signatures and stamps, including a large 'X' mark and a date stamp '23 de Janeiro de 1984'.

EMBRACO

151
/

CONTRATO DE MANDATO POR INSTRUMENTO PARTICULAR
(PROCURAÇÃO)

Por este instrumento particular de procuração,

OUTORGANTE: SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS E CAPITALIZAÇÃ
NO ESTADO DE PERNAMBUCO, com sede na Av. Dantas Barreto nº 564 13º
andar, s/ 1.401/3, Recife-PE, neste ato representado por seu Presid
te,

OUTORGADOS: nomeia(mos) e constitui(mos) seu(s) bastante procura-
dor(es) e advogado(s) o Bel. Fernando Antonio Pereira Lins, brasileiro,
casado, advogado, inscrito na O. A. B. Secção de Pernambuco sob o n.º 3271,
com escritório na Av. Guararapes, 80-Edif. Santo Albino 5.º andar - conj.
501/02 - Recife - Pernambuco.

OBJETIVOS: para o fim especial de: representar a outorgante no I
sidido Coletivo apresentado pelo Sindicato dos Empregados em Empre
de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Segu
Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco,

PODERES: pelo que lhe(s) concede(mos) todos os poderes consubstanciados
na cláusula ad judicial et extra e os especiais para receber, dar quita-
ção, transigir, desistir, firmar compromisso, requerer falência, concordar
discordar, substabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reservas e pra-
ticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários para o bom desempeñh
do presente mandato, o que dar(ei) (emos) por bom, firme e valioso.

89 CARTORIO DE NOTAS



Bel. Severino José Alves e Silva
Tabelião Público

Bel. Gabriel Guerra de Moraes
Substituto

Kepler Amaro de Moraes
Substituto

Milton Moreira da Silva
Escritor Autorizado

Rua Marquês do Recife, 154 - 3º and. - Fones: 224-2881
224-4799 - Edif. Limoeiro - Recife - PE.

RECONHEÇO a(s) Firma(s)

Recife, 20 de Janeiro de 1980

[Assinatura manuscrita]

Recife, 20 de Janeiro de 1980
Em testemunho da verdade 89 Tabelião Público

ER. B. L. CO

EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OS SÍNDICATOS DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CORRETORES DE SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO.

Aos vinte dias do mês de janeiro de mil novecentos e oito e quatro na sede da DRT-PE, a partir das nove horas reuniram-se o Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguro Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, representado por seu presidente Raimundo Anania devidamente assistido pelo Sr. Ailton Temístocles Saraiva Junior, membro da Comissão de Salário, o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco, representado pelo presidente Antonio Juarez Rabelo Marinho e o Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização no Estado de Pernambuco, representado pelo Sr. Antonio Cândido Sobrinho, os quais sob a presidência do Delegado Substituto do Trabalho Dr. Gentil de Carvalho Mendonça Filho discutiram as reivindicações da categoria dos securitários, com vistas à celebração de Convenção Coletiva de Trabalho, nos termos do pedido protocolado na Delegacia do Trabalho sob o nº 18.465/83. Iniciados os trabalhos o presidente da reunião solicitou da representação patronal que se pronunciasse sobre as reivindicações dos trabalhadores, tendo o mesmo apresentado a seguinte contra-proposta: a) manutenção das condições obtidas nas convenções coletivas anteriores; b) salário inicial de cr\$ 115.000,00 (cento e quinze mil cruzeiros), excluídos os estagiários, cujo piso seria de cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros); c) tickets ou vales para refeições no valor de cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros); d) quinquênio no valor de cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) reajustável semestralmente; e) elevação do valor do seguro de acidente pessoais a favor dos empregados, garantido-se indenização de cr\$ 1.000.000,00 (um milhão) por morte e igual valor por invalidez permanente. Em prosseguimento aos trabalhos, o presidente do Sindicato dos Securitários solicitou uma pausa de dez minutos para o exame da referida contra-proposta, do que foi atendido. Reiniciada a reunião o Sr. Raimundo Ananias assinou que a proposta patronal estava abaixo das expectativas de sua categoria e apresentou as seguintes alterações:



EMBA CO

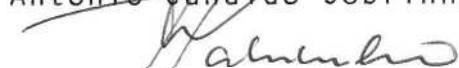
ACORDOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS
OS SINDICATOS DAS EMPRESAS DE SEGURO
PRIVADOS E DE CORRETORES DE SEGUROS E
CAPITALIZAÇÃO

a) tickets ou vales para refeições no valor cr\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos cruzeiros), reajustável semestralmente; b) salário inicial de cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), ressalvados os contratos contínuos, cujo piso seria de cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros); c) abono de emergência da ordem de 4% sobre o salário ou valor absoluto a discutir, como alternativa, auxílio de férias no valor de 10% sobre o salário. Ouvidos a respeito, os presidentes dos Sindicatos Patronais informaram que não dispunham de condições para, no momento, melhorar a contra-proposta antes apresentada, ficando certo entre todos, que as discussões sobre o assunto poderiam tornar a ocorrer, até o dia 31 de janeiro do corrente mês. Em seguida como nada mais houve se a tratar o presidente do trabalho deu por encerrada a reunião determinou fosse lavrada a presente Ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.


Gentil de Carvalho Mendonça Filho


Raimundo Ananias


Antonio Candido Sobrinho


Antonio Juarez Rabelo Marinho


Ailton Temistocles Saraiva Junior

ETI BRANCO



Recife, 23 de Janeiro de 1984.

Ao

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

NESTA

Tendo em vista o Dissídio Coletivo no TRT-DC-44/83, em que são partes, como suscitante o Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguro Privado e de Crédito do Estado de Pernambuco, e suscitados os Sindicatos das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado de Pernambuco e dos Corretores de Seguros Privados do Estado de Pernambuco, inclusive a MERCANTIL DE PERNAMBUCO, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, vimos designar como Preposto desta Empresa o Sr. DJALMA JOSÉ MARQUES DE MELO, podendo tudo fazer, declarar, confessar, recorrer, requerer, acordar, desistir e tudo mais que se fizer necessário à defesa dos interesses desta Corretora.

Atenciosamente,

BANCO MERCANTIL DE PERNAMBUCO S/A



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 6ª REGIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
6ª REGIÃO
Recife 01 FEV 1984
Nº 0984/84

N. A.

Recife, 02/02/84

José T. de Sá Pereira
JOSÉ T. DE SÁ PEREIRA
Presidente do TRT

O Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, nos autos do Processo TRT-DC-44/83, em que figuram como suscitados o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco e outros, vem expor e requerer de V.Excia. o que se segue:

a) Que o Sindicato Suscitante firmou Convenções Coletivas, nos termos do Artigo 611 e seguintes da C.L.T., com o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco, perante a Delegacia Regional do Trabalho, a qual registrou a Convenção Firmada (doc. junto).

Y
b) que, ante o exposto, requer o Sindicato Suscitante em comum acordo com o Sindicato acima designado, se digne V.Excia. determinar a exclusão da lide do mencionado Sindicato Patronal, prosseguindo o Dissídio com relação aos demais suscitados citados

Palmeiro Reis
Palmeiro Reis

EM BRANCO



Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco

FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

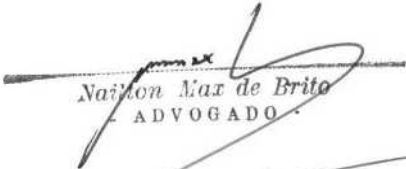
Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

na inicial, que não tenham firmado Convenção ou Acordo nos autos do Processo.

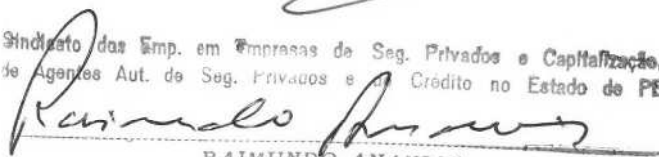
Nestes Termos

P. Deferimento

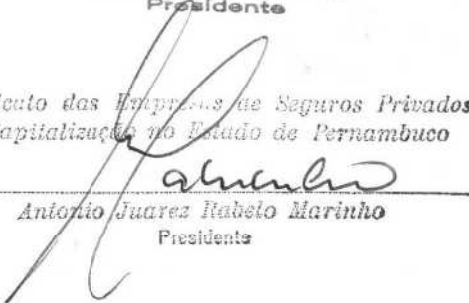
Recife, 31 de Janeiro de 1984.


Nairton Mar de Brito
ADVOGADO

Sindicato das Emp. em Empresas de Seg. Privados e Capitalização,
de Agentes Aut. de Seg. Privados e Crédito no Estado de PE


RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

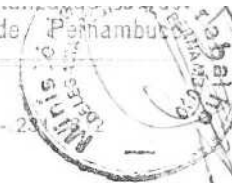
Sindicato das Empresas de Seguros Privados
e Capitalização no Estado de Pernambuco


Antonio Juarez Rabelo Marinho
Presidente

EM BRASCO



FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-1111
C. G. C. 09.763.707/0001-24 - Recife - PernambucoCONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHODE 1984

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE FAZEM ENTRE SI, O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, NAS SEGUINTE BASES:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A partir de 01 de Janeiro de 1984, as empresas de seguros privados e de capitalização, estabelecidas no Estado de Pernambuco, concederão aos seus empregados, integrantes da categoria profissional dos securitários, a correção semestral automática dos salários a que se refere a Lei nº 6.788, de 30.10.79, alterada pela Lei nº 6.886, de 10.12.80 e Decreto-Lei nº 2.065, aplicando aos salários vigentes em 01 de Julho de 1983, o I.N.P.C. de 74,8% fixado para o mês de Janeiro de 1984, na conformidade da seguinte tabela:

<u>CLASSES DE SALÁRIOS</u>	<u>PERCENTUAL DE REAJUSTE</u>	<u>VALOR EM CR\$. A SER ACRESCIDO AO RESULTADO</u>
I - Até CR\$. 171.360,00 (3MSM)	74.8	-
II - Acima de CR\$. 171.360,00 Até CR\$. 399.840,00 (7MSM)	59.84	25.635,45
III - Acima de CR\$. 399.840,00 Até CR\$. 856.800,00 (15MSM)	44.88	85.451,52
IV - Acima de CR\$. 856.800,00	37.4	149.540,16

CLÁUSULA SEGUNDA

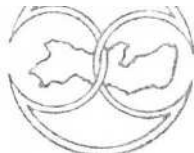
Para os empregados admitidos entre 01.07.83 a 31.12.83, o aumento previsto na Cláusula Primeira será concedido na proporção de 1/6 (hum sexto) por mês completo de serviço prestado.

CLÁUSULA TERCEIRA

Serão compensados os aumentos espontâneos ou não, concedidos entre 01.07.83 e a data da vigência da presente convenção, excetu

cont.

EMBRANC



FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And - Bloco C - Fones: 222-2386 - 222-2387
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco



cont. fls. 02

ados da compensação os decorrentes de promoção, término de aprendizagem ou experiência, equiparação salarial, recomposição ou alteração de salário resultante da majoração da jornada de trabalho.

CLÁUSULA QUARTA

Nenhum empregado da categoria profissional dos securitários poderá receber remuneração inferior ao valor de CR\$. 115.000,00 (cento e quinze mil cruzeiros), com exceção do pessoal de portaria, limpeza, vigias, contínuos e assemelhados, que terão seu salário de CR\$. 90.000,00 (noventa mil cruzeiros), reajustáveis semestralmente, segundo o critério legal vigente à época do reajuste futuro.

CLÁUSULA QUINTA

Admitido empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, àquele será garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA SEXTA

A presente convenção não se aplica aos empregados que percebem remuneração especial fixada por instrumento escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA

Para os empregados que percebem salário misto, parte fixa e parte variável, o aumento incidirá apenas sobre a parte fixa, assegurado, porém, o aumento mínimo correspondente à aplicação da percentagem estabelecida sobre o salário mínimo regional.

CLÁUSULA OITAVA

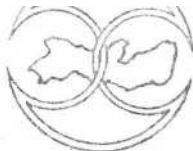
É vedada a dispensa dos empregados que participem da Comissão de Salários do Sindicato Profissional, no período de sessenta (60) dias antes e sessenta (60) dias depois da data de início de vigência desta convenção até o limite de um (1) empregado por empresa ou grupo de empresas.

CLÁUSULA NONA

Fica estabelecido que após cada período de cinco (5) anos completados

cont.

EMBRANCO



FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2335 e 231-5312
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco



cont. fls. 03

tos de serviços, prestados ao mesmo empregador e contados a partir da data da admissão, o empregado receberá a quantia de CR\$.. 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), por mês, a título de quinquênio, a qual integrará a sua remuneração (para todos os efeitos legais e será reajustada semestralmente,) segundo critério legal vigente à época do reajuste futuro.

Parágrafo Único

Não se aplica esta vantagem aos empregados que já percebem importância proporcionalmente maior a título de triênio, biênio ou anuênio.

CLÁUSULA DÉCIMA

É vedada, ressalvada a hipótese de justa causa, a dispensa da empregada gestante até os sessenta (60) dias que se seguirem ao período do repouso previsto no artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

Fica reafirmado que a terceira (3ª) segunda-feira do mês de outubro, será reconhecida como o "DIA DO SECURITÁRIO", o qual será considerado como dia de repouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

As empresas descontarão da remuneração mensal do empregado as parcelas relativas aos financiamentos feitos pelo Sindicato dos Empregados referentes à aquisição de medicamentos, serviço de prótese e/ou RX, desde que os descontos sejam autorizados pelo empregado e que não excedam a trinta por cento (30%) da remuneração mensal.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

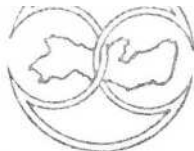
Mediante aviso prévio de quarenta e oito (48) horas, dado por escrito, será abonada, sem desconto, a ausência do empregado no dia de prova escolar obrigatória por Lei, quando comprovada tal finalidade.

Parágrafo Único

Aceita a comprovação, a ausência será enquadrada no artigo 131, item IV da CLT.

cont

EM BRANCO



FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And. - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 08.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco



cont. fls. 04

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA

As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato Patronal terão sua jornada de trabalho, anualmente, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA

As empresas representadas pelo seu Sindicato Patronal, às suas próprias expensas, farão seguro de acidentes pessoais a favor de seus empregados, garantindo indenização de CR\$. 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) por morte e no máximo de CR\$. 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) por invalidez permanente.

Parágrafo Único

A obrigação prevista nesta Cláusula não se aplica às empresas que tenham feito seguro de acidentes pessoais, nas mesmas ou em condições superiores.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA

As empresas que exigirem o uso de uniformes para os seus empregados, ficam responsáveis pelo seu fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA

A ausência do empregado por motivo de doença, atestada pelo médico da entidade sindical, ou, em casos de emergência, por seu dentista, será abonada inclusive para os itens previstos no artigo 131, item III, da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA

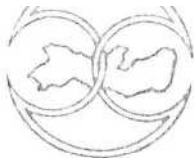
O empregador deverá fornecer ao empregado comprovante de pagamento de salários, com a discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados. De tais comprovantes, deverá constar a identificação da empresa e do empregado.

Parágrafo Único

Do referido comprovante deverá constar também a importância relativa ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço devido à conta vinculada do empregado optante, conforme estabelece o artigo 16, parágrafo primeiro, do Decreto nº 59 320,

cont.

EMBRANC



cont. fls. 05

de 20.12.66.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA

Salvo por motivo de falta grave, devidamente comprovada, os empregados já convocados para a prestação obrigatória do serviço militar não poderão ser dispensados, até sessenta (60) dias após o desengajamento da unidade militar em que servirem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Durante a vigência da presente convenção, as empresas integrantes da categoria econômica representada pelo seu Sindicato, concede não frequência livre a seus empregados em exercício efetivo nas Diretorias do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados, Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, da Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e de Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito, e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, até o limite de sete (7) membros para o Sindicato e cinco (5) para a Federação e Confederação, limitado a um funcionário por empresa ou grupo de empresas, e por entidade, os quais gozarão dessa franquia sem prejuízo de salários e do cômputo de tempo de serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA

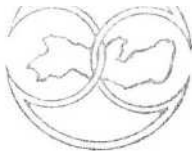
As empresas que não fornecem alimentação própria aos seus empregados, integrantes da categoria dos securitários, se obrigam a conceder-lhes tickets ou vales para refeição, no valor de CR\$. 1.300,00 (hum mil e trezentos cruzeiros), reajustável semestralmente, segundo critério legal vigente à época do reajuste futuro, com a participação dos empregados no seu custeio, conforme de terminação legal, podendo ser diretamente proporcional aos seus ganhos, e observadas as localidades onde existirem esses serviços de alimentação.

Parágrafo Primeiro

Serão excluídos da vantagem prevista nesta cláusula: a) os empregados que percebem remuneração superior a quinze (15) salários mínimos regionais, nesta incluída a parte fixa e parte variável, ressalvadas as situações já existentes; b) os empregados que trabalham em horário corrido de expediente único.

cont.

EMBRANCO



FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-5812
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco

cont. fls. 06

Parágrafo Segundo

Ficam desobrigadas da concessão estipulada nesta cláusula as empresas que puzerem à disposição de seus empregados restaurante próprio ou de terceiros, onde sejam fornecidas refeições a preços subsidiados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA

As horas extraordinárias, isto é, aquelas excedentes da jornada de trabalho oito (8) horas diárias, se e quando trabalhadas até o limite de duas (2) por dia, serão remuneradas com um acréscimo de vinte e cinco por cento (25%) em relação ao valor pago pela hora normal; as horas extraordinárias que excederem desse limite, ou seja, duas (2) por dia, serão remuneradas com o adicional de trinta por cento (30%).

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA

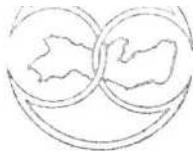
As empresas descontarão de todos os seus empregados admitidos até 31.12.83, dez por cento (10%) para os SÓCIOS quites em dezembro/83 e vinte por cento (20%) para os NÃO SÓCIOS, sobre o reajuste relativo ao ano de 1983 com vigência a partir de 01.01.84, recolhendo a respectiva importância a favor do Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, quinze (15) dias após efetuado o desconto. A importância arrecadada terá a finalidade de manutenção dos serviços jurídicos e sociais do Sindicato, sendo de inteira responsabilidade do Sindicato suscitante a eventual obrigação de restituir, em caso de condenação, bem como toda e qualquer discussão com os empregados a respeito desse desconto, inclusive em juízo. O Sindicato Profissional declara que o desconto de que trata esta cláusula foi desejo da categoria manifestado em Assembléia Geral Extraordinária em 22 de novembro de 1983, especialmente convocada nos termos do art. 612 da C.L.T., combinado com o § 2º do art. 617 do mesmo diploma consolidado e de acordo com as prerrogativas do Sindicato, previstas na letra "e" do art. 513 da C.L.T.

Parágrafo Único

Para efeito de cálculo do desconto fixado na presente cláusula, não poderão ser deduzidos do reajustamento apurado no mês de Janeiro de 1984, os adiantamentos salariais feitos a

cont.

EMBRANCO



FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Quarta Coelha - 12º And - Bloco C - Fones: 222-2385 - 231-5812
C. G. C. 09.763.767/0001-24 — Recife — Pernambuco

cont. fls. 07

qualquer título, no decorrer do ano de 1983, inclusive os adiantamentos decorrentes da correção semestral de julho de 1983 da Lei número 6.708/79.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA

Aos empregados que antes de 1º de novembro de 1983 percebiam menos do que o atual salário mínimo, o salário resultante de aplicação da presente convenção não poderá ser inferior ao que for atribuído aos admitidos após aquela data, com o salário mínimo vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA

As bases da presente Convenção se aplicam também aos empregados que a serviço de agências e representantes no Estado de Pernambuco nas sociedades aqui abrangidas que trabalham nessa atividade e a todos que estejam legalmente enquadrados na categoria profissional dos securitários.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA

Os empregados optantes pelo FGTS que hajam completado vinte e nove (29) anos de serviços prestados à mesma empresa, não poderão ser dispensados salvo por motivo de acordo rescisório, falta grave ou por motivo de força maior, até que venham adquirir direito à aposentadoria por tempo de serviço aos trinta (30) anos.

Parágrafo Primeiro

Após completados os trinta anos de serviços, indispensáveis à aquisição do direito à aposentadoria, o empregado optante pelo FGTS poderá ser dispensado unilateralmente pela empresa.

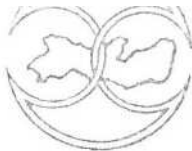
Parágrafo Segundo

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, aos empregados com vinte e nove (29) anos ou mais de serviços contínuos dedicados à mesma Empresa, quando dele vierem a desligar-se definitivamente por motivo de aposentadoria, será pago um Abono equivalente ao seu último salário nominal. As Empresas que já concedem tal benefício, ficam desobrigadas do cumprimento dessa vantagem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA

cont.

EM BRANCO



FUNDADO EM 20 DE JANEIRO DE 1945

Rua da Aurora, 175 - Edif. Duarte Coelho - 12º And - Bloco C - Fones: 222-2386 - 231-2412
C. G. C. 09.763.707/0001-24 — Recife — Pernambuco



cont. fls. 08

Se na ocasião de cada reajuste futuro previsto na presente Convenção estiver em vigor outro critério legal, será aplicado, em cada caso, o percentual que for fixado pela nova lei, ainda que esse novo critério resulte em um percentual inferior ao aqui estabelecido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA

No caso de pedido de demissão ou dispensa, a empresa se apresentará para homologação, quando devida, no prazo máximo de quinze (15) dias úteis, a contar do efetivo desligamento.

Parágrafo Primeiro

Se excedido o prazo, a Empresa, a partir do 16º dia útil, e até sua apresentação para homologação, pagará ao ex-empregado - importância igual a que este receberia se vigorasse o contrato de trabalho.

Parágrafo Segundo

No caso de não comparecimento do Empregado, a Empresa dará do fato conhecimento por escrito ao Sindicato, o que a desobrigará do disposto no parágrafo anterior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA

A inadimplência de quaisquer das cláusulas da presente Convenção, implicará na sanções estabelecidas na legislação específica, inclusive a aplicação de multa no valor equivalente a quatro (4) salários de referência vigente no Município do Recife, para o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco, e de dois (2) salários de referência para o Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco.

Parágrafo Primeiro

A multa prevista na Cláusula anterior, será aplicada, mensalmente, a partir do mês em que ocorrer a inadimplência da Convenção e será devida à parte prejudicada enquanto perdurar o fato que motivou a aplicação da sanção.

Parágrafo Segundo

As divergências que venham a surgir durante a vigência da presente Convenção, serão dirimidas da seguinte forma:

cont.

EMBRACO



cont. fls. 09

- a) - de comum acordo pelas partes contratantes;
- b) - depois de trinta (30) dias de suscitada por escrito a divergência, sem que tenha sido encontrada solução satisfatória, será solicitada a participação mediadora do Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco;
- c) - na hipótese de persistir a divergência, será submetida à apreciação da Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

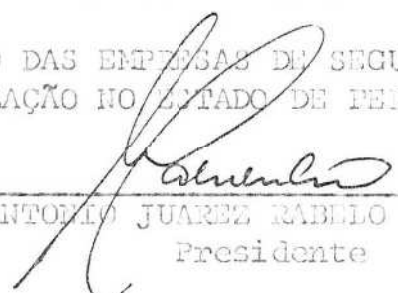
O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial desta Convenção, ficará subordinada, em qualquer caso, à aprovação da Assembléia Geral dos Sindicatos convenientes com observância do art. 612 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA

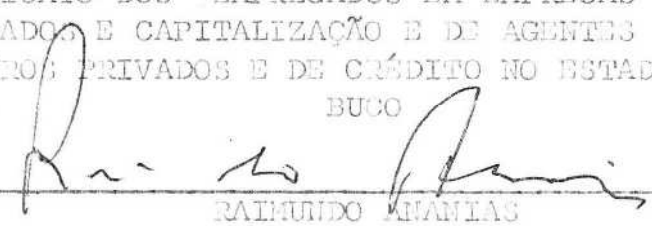
A presente Convenção vigorará pelo prazo de um (1) ano, a contar de 01 de Janeiro de 1984, sem prejuízo da correção semestral a que se refere o artigo 1º da Lei nº 6.708/79, alterada pela Lei nº 6.886/80 e Decreto-Lei nº 2.065, ressalvadas as situações previstas na Cláusula Vigésima Sétima.

Recife, 31 de Janeiro de 1984

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO


ANTONIO JUAREZ RABELO MARINHO
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO


RAIMUNDO ANANIAS
Presidente

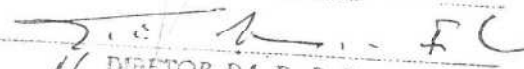

DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DE

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Delegacia Regional/PE

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, protocolada pela D. P. T. sob o n.º 001
188 de 80, foi homologada nos termos
do Art. 612 da Constituição da República
batalha de 1983 e 83 de 07
da Secção de Inspeção do Trabalho.

Fez, 31 de Janeiro de 1984


DIRETOR DA D. P. T.

V I S T O

Em, 31 de Janeiro de 1984

DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO
EM PERNAMBUCO.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO

165
mu

ATA DE INSTRUÇÃO E CONCILIAÇÃO DO DISSÍDIO COLETIVO Nº TRT-44/83, em que são partes interessadas: SIND. DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO e SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, SIND. DOS CORRETORES DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRAS EMPRESAS (24) (suscitados).

Aos seis (06) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às 9:30 horas, na Sala de Sessões do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, presentes o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal, José T. de Sã Pereira e a Procuradoria Regional, representada pelo Dr. Everaldo Gaspar Lopes de Andrade, compareceram os Srs. Raimundo Ananias, presidente do Sind. suscitante; Dr. Fernando Manoel de Araújo, advogado e preposto da Banorte Dist. e Banorte Corretora de Valores Mobiliários de Câmbios S/A; Sr. João Augusto de Albuquerque Maranhão, preposto e Dr. Jamerson de Oliveira Pedrosa, advogado, ambos da Losango S/A; Sr. Alberto Flamínio Gomes Torres, preposto e Dr. Antonio Digno Pereira Filho, advogado da Aymorê Dist. de Títulos e Valores Mobiliários S/A; Dr. Luciano de Medeiros, advogado e preposto da Dist. de Valores Mobiliários Fininvest S/A; Sr. Antonio Cândido Sobrinho, presidente do Sind. dos Corretores de Seguros Privados no Estado de Pernambuco; Sr. Djalma José Marques de Melo, preposto da Mercantil de Pernambuco, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários Ltda.; Sra. Ivanilda Alves, preposta da Crefisul; Dr. Nailton Max de Brito, advogado do Sind. suscitante. Abertos os trabalhos, preliminarmente atendendo ao que foi requerido pelo sind. suscitante e ouvidas as partes presentes, que declararam nada ter a opor, foi determinada a exclusão do presente dissídio do Sind. suscitado conveniente ou seja, o das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco, celebrante da

EM BRANCO



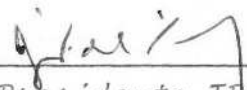
DC-44/83

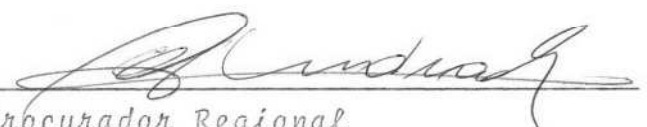
f. 2

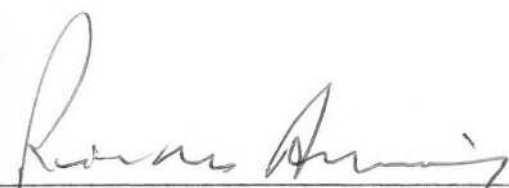
16
N

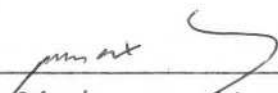
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6a. REGIÃO

presentes autos. Em seguida os suscitados presentes apresentaram por escrito suas defesas que foram anexadas aos autos e das mesmas dado vista ao Sindicato suscitante conforme agora se relaciona: Crefisul Dist. de Títulos e Valores Mobiliários S/A; Sind. dos Corretores e Capitalização no Estado de Pernambuco; Dist. de Valores Mobiliários S/A digo Mobiliários Fininvest S/A; Aymorê Dist. de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Losango Dist. de Títulos e Valores Mobiliários. Havendo alguns dos suscitados manifestado a intenção de conciliarem com o Suscitante e dada a complexidade de cada proposta apresentada, determinou o Sr. Juiz Presidente o adiamento da presente audiência, para que as partes se reunam e livremente discutam os termos do acordo que pretendem realizar, trazendo-o por escrito ficando, adiada a presente audiência, não só para esse fim, como também para que o Sind. Suscitante de logo conheça dos termos das defesas apresentadas pelos suscitados. Adiada a presente audiência, agora para o dia 20 de fevereiro às 9:30 horas, de logo notificadas foram as partes da nova audiência digo da nova designação. As empresas Fininvest S/A e Mercantil de Pernambuco Corretoras de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S/A, pediram a juntada das credenciais. Cientes as partes da nova audiência, e encerrado os trabalhos, para constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo sr. Presidente, pelo sr. Procurador, pelas partes presentes e por mim secretária que a lavrei.//////////


Juiz Presidente TRT


Procurador Regional


Presidente Sind. suscitante



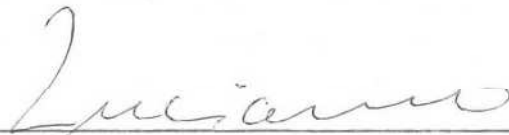

Dr. Fernando Manoel de Araújo


Sr. João Augusto A. Maranhão


Dr. Jamerson de Oliveira Pedrosa

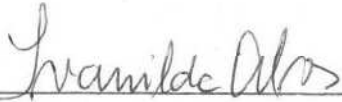

Sr. Alberto Flaminio G. Torres

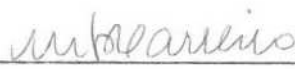

Dr. Antônio Digno Pereira Fº


Sr. Luciano de Medeiros


Sr. Antonio Cândido Sobrinho


Sr. Djalma José Marques de Melo


Sra. Ivanilda Alves


Secretária



São Paulo, 10 de janeiro de 1984

16.
24

Ao
Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente do
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região
Recife - PE

Prezado Senhor:

Pela presente, credenciamos a Sra. Ivanilda Alves, brasileira, maior, secretária, portadora da cédula de identidade nº 833.059 a nos representar na audiência relativa ao Dissídio Coletivo PROC.TRT-DC-44/83, prevista para o dia 12 de janeiro de 1984 às 9:30 horas, nesse tribunal, ficando a referida senhora autorizada a discutir e deliberar sobre qualquer assunto na referida audiência.

Sem outro particular para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,


Irélio P. Frigo

EM BRANCO



Honrados Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região.

Processo nº TRT-DC-44/83

CREFISUL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, estabelecida nesta Capital, à Avenida Marques de Olinda, nº 126, vem, respeitosamente, por seu advogado infra-assinado (procuração anexa), oferecer, em tempo hábil, sua CONTESTAÇÃO ao Dissídio Coletivo em que figura como suscitante SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, o que faz pelas razões adiante expostas.

CLÁUSULA QUINTA

Quanto ao salário normativo, há que se considerar, primeiramente, os dispositivos da Consolidação:

"Art. 76. Salário-mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte."

EM BRANCO

"Art. 81. O salário-mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que "a", "b", "c", "d" e "e" representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto."

CLÁUSULA DEZ

Inaceitável a sua concessão incondicional, independentemente da justa causa, quando se sabe que, mesmo nos casos de estabilidade maior e definitiva conquistada com dez anos de serviço, o empregado que incide em falta grave está, por lei, sujeito à dispensa.

CLÁUSULA ONZE

Quanto ao reconhecimento do dia do securitário muito justo. O que não se concebe é a pretensão de considerar um dia de repouso.

Não há amparo legal para essa pretensão. Teríamos aí um precedente sério com graves repercussões de ordem econômica.

Imaginem VV.Exas., Eminentes Julgadores, o dia do metalúrgico ou o dia do bancário.



EMBRANCO

— 3 —

CLÁUSULA DEZESSETE

A justificação de faltas ao serviço deve ser na forma da lei: médico da em presa ou do órgão previdenciário e, na inexistência destes, demais entida— des, inclusive clínica do Sindicato.

CLÁUSULA DEZENOVE

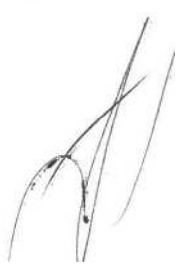
Conforme jurisprudência abaixo fotocopiada, o Supremo Tribunal Federal en— tende inconstitucional, como de fato é tal estabilidade:

DIREITO TRABALHISTA	---	3	SERVIÇO MILITAR - ESTABILIDADE - É in
CONTRATOS INDIVIDUAIS	---	50	constitucional a fixação, em sentença
DIR. E DEV. DO EMPREGADO	---	70	normativa, da estabilidade provisória do
			empregado em idade de prestação de ser
			viço militar.

Em recurso, a que deu provimento em parte, unanimemente, decidiu o Tribunal, se guindo o voto do Relator: "Restam as cláusulas relativas ao abono de faltas ao empre gado estudante e à estabilidade provisória do empregado em idade de prestação de ser viço militar. A primeira foi tida como inconstitucional, por incompetência da Justiça do Trabalho, no julgamento do RE 86.403, de que foi Relator o eminente Ministro Cunha Peixoto, ocorrido a 7-6-75. Outras decisões se lhes seguiram, no mesmo sentido. Quan to à segunda, faz ela objeto, entre outras, do RE 90.966, de julgamento ainda pendente, porque iniciado mas adiado em virtude do pedido de vista. Conquanto possa parecer bem inspirada, sua inserção em sentença normativa excede, a meu ver, os limites da competência constitucional da Justiça do Trabalho, que não pode suprir, sem norma que lhe sugira autorização para tanto, possível omissão do legislador. Isto posto, conhe ço do recurso, em parte, e nessa parte deu-lhe provimento para expungir do acórdão re corrido as cláusulas relativas ao abono de faltas ao empregado estudante e à estabili dade provisória do empregado em idade de prestação de serviço militar."

- Acórdão de 12-12-79 do STF, em sessão plena, no RE 91.772 de São Paulo (An tônio Neder, Pres.; Xavier de Albuquerque, Rel.). - RTJ 92, págs. 934/937.

INCOLA F-32-1.047/80-26



EM BRANCO

CLÁUSULA VINTE E DOIS

Improcede o pleiteado adicional de horas extras porque a matéria está suficientemente regulada na C.L.T. (arts. 59 e 61) para todos os trabalhadores, indistintamente.

CLÁUSULA TRINTA E NOVE

A matéria está suficientemente regulada pela C.L.T., também.

Não há, portanto, omissão na lei, a justificar a interferência do Judiciário.

CLÁUSULAS SEGUNDA, OITAVA, NONA, VINTE,
VINTE E UM, VINTE E SEIS, VINTE E NOVE, TRIN-
TA E UM, TRINTA E DOIS, TRINTA E SEIS, TRIN-
TA E OITO, QUARENTA E QUARENTA E UM

Invoca a suscitada princípio universal de direito consagrado na Constituição Brasileira:

"Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei" (art. 153 — § 2º da Constituição)

... e jurisprudência do S.T.F., sempre em seção plena, constante dos acórdãos

EMBRANCO

dãos abaixo fotocopiados, no sentido de faltar competência constitucional à Justiça do Trabalho para acolher, sem norma legal que lhe sugira autorização para tanto, as pretensões reivindicadas nas cláusulas nºs segunda, oitava, nona, vinte, vinte e um, vinte e seis, vinte e nove, trinta e um, trinta e dois, trinta e seis, trinta e oito, quarenta e quarenta e um:

DIREITO TRABALHISTA	---	3	FALTA PARA PRESTAÇÃO DE PROVAS ESCOLARES - É inconstitucional a decisão que, em dissídio coletivo, admite o abono de falta ao empregado estudante para a prestação de provas escolares.
CONTRATOS INDIVIDUAIS	---	50	
SALÁRIO	---	50	

Em recurso, a que deu provimento em parte, unanimemente, decidiu o Tribunal, seguindo o voto do Relator: "A Procuradoria-Geral da República, em parecer subscrito pelo Procurador Antonio de Padua Ribeiro, manifestou-se assim: ... Na verdade, recorre o sindicato patronal, em dissídio coletivo, da parte do julgado que admitiu o abono de falta ao empregado estudante, desde que identificado o patrão com antecedência. Segundo mostra o eminente Ministro Senador Pucca, ausências escolares não dizem respeito a interesse específico de categoria profissional, mas aos trabalhadores em geral, sendo, pois, matéria tipicamente legislativa, transcendendo ao poder normativo da Justiça trabalhista, cujos limites estão definidos no art. 142, § 1º da Constituição, invocado na petição de apelo extremo. Tampouco, aliás, assinalar que a questão referida já foi solucionada por esse Excelso Pretório no sentido pretendido pela recorrente (RE 86.711, ac. de 7-11-78, pag. 8.826, Relator o saudoso Ministro Rodrigues Alcmin). Sob esse aspecto, portanto, por entender caracterizada ofensa ao citado preceito constitucional, é o parecer, em conclusão, pelo conhecimento e provimento em parte do recurso extraordinário." "Isto posto, conheço do recurso e lhe dou provimento parcial, de acordo com o despacho de fls. e com o parecer da Procuradoria-Geral da República, para reformar a decisão atacada tão-só quanto a questão atinente "ao abono de faltas dos empregados estudantes para a prestação de provas regulares"."

- Acórdão de 2-5-79, do STF, em sessão plena, no RE 86.639, de Minas Gerais (Antônio Neder, Pres.; Leitão de Abreu, Rel.). - RTJ 92, págs. 202/206.

INCOLA F-32-1.046/80-26

DIREITO TRABALHISTA	---	3	SERVIÇO MILITAR - ESTABILIDADE - É inconstitucional a fixação, em sentença normativa, da estabilidade provisória do empregado em idade de prestação de serviço militar.
CONTRATOS INDIVIDUAIS	---	50	
DIR. E DEV. DO EMPREGADO	---	70	

Em recurso, a que deu provimento em parte, unanimemente, decidiu o Tribunal, seguindo o voto do Relator: "Restam as cláusulas relativas ao abono de faltas ao empregado estudante e à estabilidade provisória do empregado em idade de prestação de serviço militar. A primeira foi tida como inconstitucional, por incompetência da Justiça do Trabalho, no julgamento do RE 86.405, de que foi Relator o eminente Ministro Cunha Peixoto, ocorrido a 7-6-78. Outras decisões se lhes seguiram, no mesmo sentido. Quanto à segunda, faz ela objeto, entre outras, do RE 90.966, de julgamento ainda pendente, porque iniciado mas adiado em virtude do pedido de vista. Conquanto possa parecer bem inspirada, sua inserção em sentença normativa excede, a meu ver, os limites da competência constitucional da Justiça do Trabalho, que não pode suprir, sem norma que lhe sugira autorização para tanto, possível omissão do legislador. Isto posto, conheço do recurso, em parte, e nessa parte dou-lhe provimento para expungir do acórdão recorrido as cláusulas relativas ao abono de faltas ao empregado estudante e à estabilidade provisória do empregado em idade de prestação de serviço militar."

- Acórdão de 12-12-79 do STF, em sessão plena, no RE 91.772, de São Paulo (Antônio Neder, Pres.; Xavier de Albuquerque, Rel.). - RTJ 92, págs. 934/937.

INCOLA F-32-1.047/80-26

EMBRAPCO

— 6 —

Ante o exposto, aguarda seja acolhida a presente contestação, nos termos re
tro mencionados, como de

JUSTIÇA!

Recife, 12 de janeiro de 1984.

— ASSAD LUIZ THOMÉ —

OAB-SP — 17.383

EM BRANCO



CREFISUL

DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
ASSOCIADO AO CITIBANK

123

P R O C U R A Ç Ã O

CREFISUL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, representada neste ato por seus Diretores abaixo assinados, nomeia e constitui seu bastante procurador o Dr. ASSAD LUIZ THOMÉ, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 17.383, portador da cédula de identidade R.G. nº 2.561.240 e do CIC nº 025.999.888, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ao qual confere poderes para o fim especial de defender os direitos e interesses da outorgante perante a Justiça do Trabalho, em qualquer reclamatória trabalhista que lhe for movida, representar perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, bem como junto a órgãos do Ministério do Trabalho e Ministério da Previdência e Assistência Social, e Banco Nacional da Habitação em assuntos referentes a Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, podendo referido procurador, para o fiel desempenho do presente mandato, usar de todos os poderes gerais necessários, os contidos na cláusula "ad judicium" e mais os especiais de acordar, transigir, desistir, receber e dar quitação e substabelecer.

São Paulo, 21 de maio de 1979.

CARLOS XIMENES DE MELO

EDUARDO PATRIMA FRESCHET

12º CARTORIO DE NOTAS

RUA PAMPLONA, 715

Reconheço a firma

S. Paulo,

de

29 MAI 1979

de 19

Em test.º

da verdade

MARIA A. M. DE MATTOS

MARCOS DE SOUZA AGUIAR

Instrumentos Autorizados

BRANCO

21. 15510313
Cel. Xavier de Toledo, 44 - 87.100m
Comandante Militar do Estado
Tob. Interino
AUTENTICAÇÃO
Autentico e presente a Jule re. gráfica
urca da nação, e sua re. gráfica
o original, de sua re. gráfica
São Paulo, 31 - Mai 19 88
Ademir Coelho
don do Nascimento
de Santos
ESC.
EST
C.
T

Exmo. Sr. Dr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e Demais Ilustres Membros.

O SINDICATO DOS CORRETORES E DE CAPITALIZAÇÃO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, órgão de classe, com sede na Av. Dantas Barreto nº 564 13º andar, conj. 1.401/3, Recife-PE, por seu advogado e bastante procurador infra-assinado, procuração anexa, com escritório impresso abaixo, nesta Cidade, onde recebe intimações, vem, em C O N T E S T A Ç Ã O ao Dissídio Coletivo proposto junto a este Tribunal Regional do Trabalho pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, expor e requerer o seguinte:

EXPOR:

1º) O Sindicato postulante, no presente Dissídio, propõe condições inaceitáveis em algumas de suas cláusulas e que extrapolam os limites básicos de qualquer reivindicação razoável, não só no âmbito da categoria profissional que representam, mas, igualmente, no âmbito regional (Estado de Pernambuco) onde tal categoria desenvolve as referidas atividades profissionais;

2º) O Sindicato postulante propõe e deseja a conquista de abono de emergência, abono de férias, gratificação por anuênio, etc., de forma inovadora e nunca concedido em Dissídios ou Convenções Coletivas de Trabalho anteriores;

3º) Deseja e propõe Piso Salarial, Tichets ou Vales Refeições e remuneração de hora extra que, embora já concedidos em Dissídios ou Convenções anteriores, nunca o foram nos percentuais agora pleiteados.

EMBRANCO

Pelo exposto, requer:

a) A concessão do que postula o Sindicato da classe empregada nas cláusulas de números: PRIMEIRA, TERCEIRA, QUARTA, SEXTA, SÉTIMA, DEZ, ONZE, DOZE, TREZE, QUATORZE, QUINZE, DEZESSEIS, DEZESSETE, DEZOITO, DEZENOVE, VINTE E TRÊS, VINTE E QUATRO, VINTE E CINCO, VINTE E SEIS e VINTE E SETE;

b) A improcedência do que pleiteia o Sindicato Postulante nas cláusulas SEGUNDA, OITAVA, NONA, e da cláusula VINTE E OITO a QUARENTA E DOIS;

c) A redução do Piso Salarial solicitado para 40% '' (quarenta por cento) acima do salário mínimo regional'' para os funcionários de categoria e 20% (vinte por cento para os empregados de portaria, limpeza, vigia, contínuos e assemelhados, percentual este que foi acordado entre o Sindicato Postulante e este Contestante, na Convenção Coletiva de Trabalho firmada em 1983;

d) O estabelecimento de um valor de Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros) para cada Tichet ou vale refeição, para cada dia útil de trabalho, durante o primeiro semestre deste ano de 1984, e de, Cr\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros) para o segundo semestre do mesmo ano;

e) A redução do percentual de remuneração das horas extras para 25% (vinte e cinco por cento) sobre a hora normal de trabalho.

É o que expõe e requer, por ser um imperativo da Lei, da Moral, dos Costumes e sobretudo da
J U S T I Ç A. Recife, 23 de janeiro de 1984.

Adv. Fernando Antonio Pereira Lins.

O.A.B. nº 3271-PE CPF nº 018083624-20

O item e acima foi retificado para 25% (vinte e cinco por cento)

Data 22/01/84.

[Assinatura]

EMBRANCO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 6a Região.

DISTRIBUIDORA DE VALORES MOBILIÁRIOS FININVEST S/A
na qualidade de empresa SUSCITADA em DISSÍDIO COLETIVO interposto pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco contra o Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco e Sindicato dos Corretores de Seguros Privados no Estado de Pernambuco - Proc. nº TRT-DC-44/83 - vem, na forma da legislação trabalhista em vigor, CONTESTAR, como de fato CONTESTA o presente DISSÍDIO, pelo motivos e razões seguintes :

1º) O abono de emergência pedido no DC não pode prosperar, principalmente porque as empresas, notadamente as não vinculadas a BANCOS não têm condições financeiras de arcar com o ônus levando-se em conta, também, a atual recessão econômica que atravessa o País.

2º) Que o piso salarial pedido está inteiramente fora da realidade das empresas, devendo o mesmo ser reduzido à metade, caso contrário não se poderá pagar o patamar solicitado, sob pena de levar ao desemprego mais pessoas que, por certo, não pretendem ser levadas à tal vexame.

3º) A cláusula 6a deve ser julgada improcedente, principalmente porque limita demasiadamente o direito da empresa em substituir um ou mais empregados que não estejam satisfazendo ou atendendo às necessidades da mesma.

4º) A cláusula 9a deve ser recusada por não estar respaldada em lei. Sem dúvida não se vê na legislação tr

EM BRANCO

TRT-DC-44/83

- fls. 02 -

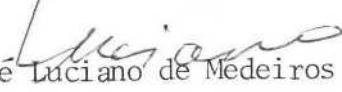
- 5º) O disposto na cláusula 17a deve ser restringido apenas ao atestado firmado por médico da previdência social, sobretudo visando coibir o abuso que, em geral, vem sendo praticado pelos empregados quando a firma EMPREGADORA é tolerante no tocante ao atestado médico firmado por particular, ou melhor, por profissional não vinculado à previdência social (INPS - INAMPS).
- 6º) A cláusula 19a deve ser suprimida, notadamente porque a estabilidade provisória não tem qualquer respaldo legal.
- 7º) Que os 100% de acréscimo sobre a hora extra pretendido na cláusula 22 do presente DISSÍDIO é inteiramente absurdo e ilegal, não estando previsto em nenhuma lei ou diploma normativo federal.
- 8º) Que a cláusula 27a deve ser, igualmente, suprimida, visto como o empregado é que deve reclamar na Justiça do Trabalho. A pena prevista no DISSÍDIO é completamente absurda.
- 9º) Que as cláusulas 2a, 8a, 9a, 21a, 26a, 29a, 31a, 32a, 36a, 38a, 40a e 41a, devem ser suprimidas, ou melhor, indeferidas pelo Egrégio TRT, nomeadamente porque não têm qualquer procedência e falta amparo legal às mesmas. Tais cláusulas devem ser objeto de regulamentação através de lei e não por intermédio de DISSÍDIO COLETIVO.

É o que se espera.

Recife, 06 de fevereiro de 1984.


Manoel Cavalcanti de Sa Netto

AOB-PE 2809 - CPF 003616074-15


José Luciano de Medeiros

OAB-PE 6402

EMBRACO

REF.: TRT - DC - 44/83

AYMORE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, ciente dos termos do Dissídio Coletivo suscitado pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO, vem, por seu bastante procurador qua abaixo assina, apresentar sua

C O N T E S T A Ç Ã O

pelos seguintes fatos

e fundamentos:

1. Cláusula 2a. : ABONO DE EMERGÊNCIA

A fixação de abono de emergência não pode prosperar por representar indisfarçável majoração, por via oblíqua do reajuste salarial oficialmente estatuído pelo Governo, na base do índice ' do INPC fixado pela Fundação I.B.G.E.

2. Cláusula 4a. : COMPENSAÇÕES

As compensações admitidas são as de lei.

3. Cláusula 6a. : SUBSTITUIÇÃO

A equiparação salarial está regulada em Lei, sendo impossível a concessão da vantagem além dos limites legais, pena de indêbita ingerência na administração da Empresa.

4. Cláusula 8a. : COMISSÃO DE SALÁRIOS

Matéria estranha a Dissídio Coletivo, não devendo, portanto ,

EM BRANCO

5. Cláusula 9a. ANUÊNIO

Por esta cláusula pretende o Suscitante a concessão da ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO sob a forma de anuênio, à base de Cr\$... 3.900,00 (três mil e novecentos cruzeiros) a serem acrescidos aos salários já reajustados, por 1 (um) ano completo de serviço ou que vier a se completar na vigência deste Dissídio.

5.1. É de se salientar que este "ADICIONAIS" constituem, na realidade, flagrante majoração dos índices oficiais de reajustamento em desacordo com a política salarial do Governo e com os rígidos dispositivos da lei salarial vigente, que não podem ser vulnerados a nenhum título ou pretexto.

5.2. Por esse motivo, o Excelso SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em sua Jurisprudência mansa e pacífica, tem coordenado tais adicionais por INCONSTITUCIONAIS E INFRINGENTES da política salarial do Governo, como evidencia a liminar Decisão do Min. Antonio Neder no RE-77.538 - GB, in LTR Nº 40/46, pags. 1009/11.

6. Cláusula 11a. DIA DO SECURITÁRIO

O dia pretendido é aceito, porém, sem importar em ausência do trabalho.

7. Cláusula 12a. FINANCIAMENTO

Compete ao próprio Sindicato proceder ao recolhimento das importâncias devidas pelo empregado ao Sindicato e não, a Empresa. A cláusula é pois, inócua e dispensável.

8. Cláusula 13a. e § único : ABONO DE FALTAS PARA ESTUDANTES

O Excelso STF tem decidido ser esta cláusula inconstitucional , como exemplo, cita-se o RE 91.100 - Rel. Min. Rafael Mayer, in DJ de 17.08.1979.

EM BRANCO

9. Cláusula 14a. : JORNADA DE TRABALHO

Segundo o valioso Parecer do Ministro LUIZ ROBERTO DE REZENDE PUECH, quando Presidente do Colendo Tribunal ' do Trabalho, essa cláusula só tem aplicação às questões DO DIREITO INDIVIDUAL, não cabendo, pois, sua inclusão em dissídio coletivo de natureza econômica.

9.1. Por conseguinte, somente através de dissídio individual, poderá ser discutido o direito de empregado de DISTRIBUIDORA, não tendo pois, cabimento a inclusão de cláusula atinente a jornada de trabalho em DISSÍDIO COLETIVO, como é o caso presente. Por outro lado, ninguém pleiteia o que está regulado em Lei.

9.2 O Suscitado reitera seu ponto de vista quanto à radical diferença entre BANCO E DISTRIBUIDORA e, em consequência, entre as funções e atividades dos empregados dessas instituições financeiras, cujas estruturas, finalidade, área e modalidades operacionais são devidamente distintas. Vale destacar, que a extensão aos empregados de Distribuidoras das vantagens concedidas pelo art. 224 da CLT aos empregados de Bancos, é INCONSTITUCIONAL, afrontando o art. 153 § 2º da Constituição Federal.

10. Cláusula 15a.:SEGURO

Esta cláusula tem sido indeferida, sistemática e uniformemente, tanto pelo Egrégio TRT, quanto pelo Colendo TST em dissídios anteriores.

11. Cláusula 17a.:ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os únicos atestados médicos aceitos são os passados pela Previdência Social ou por empresas que com ela mantenha Convênio, portanto, tal cláusula não pode prosperar.

EM BRANCO

12. Cláusula 19a.: ESTABILIDADE AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR

Matéria que não pode prosperar, pois o próprio Excelso STF a julga inconstitucional.

13. Cláusula 20a.: FREQUÊNCIA LIVRE

Não versando matéria de interesse geral da categoria descabe tal cláusula em Dissídio Coletivo.

14. Cláusula 21a.: AJUDA ALIMENTAÇÃO

Deve ser indeferida por falta de amparo legal, pois, trata-se , mais uma vez, dentro desse dissídio, de aumento indireto de salário.

15. Cláusula 22a.: HORAS EXTRAS

A CLT já prevê os adicionais que serão concedidos, sendo assim, deverá esta cláusula ser indeferida.

16. Cláusula 23a.: DESCONTO EM FAVOR DO SINDICATO

O sindicato suscitante tem que admitir o direito de oposição do empregado, como preceitua o art. 545 da CLT, a Jurisprudência ' moderna tolera a cláusula, desde que o empregado a ela não se oponha dentro dos 10 (dez) dias subsequentes ao reajuste salarial. Além do mais, o Sindicato tem que admitir, também, a exclusão dos não associados da cláusula, pois, os mesmos, não usufruem dos benefícios do Sindicato.

17. Cláusula 26a. ESTABILIDADE

Matéria estranha a Dissídio Coletivo, devendo, pois, serem indeferidas.

EMBRANCO

18. Cláusula 27a.: HOMOLOGAÇÃO

A matéria não pode ser acolhida por estar regulada em Lei, pois as penalidades de descumprimento de decisões da Justiça do Trabalho estão previstas na Legislação vigente.

19. Cláusula 29a.: MANDATÁRIO SINDICAL

A cláusula busca vantagens para os dirigentes sindicais, fugindo ao âmbito de Dissídio Coletivo. Pretende-se aqui, não o benefício da categoria, mas apenas o de seus mandatários. Não havendo Lei que atenda à pretensão, deve ser indeferida.

20. Cláusula 30a.: COMPLEMENTAÇÃO DE BENEFÍCIO

Esta cláusula aborda matéria de exclusiva alçada da Previdência Social, não devendo prosperar, afinal, existem dispositivos próprios ao tema, daí decorrendo total impertinência.

21. Cláusula 31a.: GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

A gratificação de férias vulnera a política salarial do Governo, constituindo, além do mais, um ônus insuportável para a totalidade das Empresas.

22. Cláusula 32a.: AVISO PRÉVIO

Matéria regulada na CLT, não podendo, portanto, prosperar.

23. Cláusula 33a.: REUNIÃO DE DIRETORIA SINDICAL

Matéria estranha a Dissídio Coletivo, devendo, pois ser indeferida.

24. Cláusula 34a.: CURSOS SINDICAIS

Matéria que não pode prosperar pena de indébita ingerência na administração da Empresa.

A

EM BRANCO

25. Cláusula 35a.: ASSISTÊNCIA MÉDICA

Matéria regulada em Lei, pois, as Empresas já contribuem com altas percentagens para Previdência, para que seus empregados gozem de toda assistência médica necessária.

26. Cláusula 36a.: ANTECIPAÇÃO SALARIAL

Cláusula que não merece prosperar, pois, a antecipação ou não de salário é mera liberalidade da Empresa, não podendo, portanto se tornar obrigatório.

27. Cláusula 38a.: QUADRO DE CARREIRA

Matéria estranha a Dissídio Coletivo, mormente, quando visa ingerência no âmbito da Empresa.

28. Cláusula 39a.: CRECHE

Cláusula que não deve prosperar por tratar de matéria já prevista em lei, além de aumento indireto de salário.

29. Cláusula 40a.: ESTABILIDADE

Esta cláusula pretende impingir estabilidade "sui generis", eis que, inibe demissões, sem qualquer apoio legal de sustentação.

30. Cláusula 41a.: MULTA

A matéria não pode ser acolhida por estar regulada em Lei, pois as penalidades de descumprimento de decisões da Justiça do Trabalho estão previstas na Legislação vigente.

Pelo exposto, devem ser negadas as pretensões que violem a política salarial do Governo ou refletem inconstitucionalidade e incompetência desta Justiça quanto ao acolhimento.

Nestes Termos.

P. Deferimento.

Recife, 12 de janeiro de 1984.

EM BRANCO

PROCURAÇÃO E CARTA DE PREPOSTO

OUTORGANTE - AYMORÉ DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, e filial na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco à Rua Imperador Pedro II nº 382 (parte), inscrita no CGC sob o nº 34.033.779/0010-5

OUTORGADOS - DR. ANTONIO DIGNO PEREIRA FILHO, brasileiro, casado, advogado integrante do Departamento Jurídico da Outorgante, inscrito na OAB-PE sob o nº 4.113, com escritório na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco à Rua Imperador Pedro II nº 382, -----

ainda os Drs. JOSÉ GUSTAVO SCHLEE e ISAC GILBAN, brasileiros, casados, advogados integrantes do Departamento Jurídico da Outorgante, inscritos, na OAB-RJ respectivamente sob os nºs 13.914 e 25.093, ambos com escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro à Rua do Ouvidor nº 9, 2º andar, Centro.

PODERES - para em conjunto ou separadamente, e, independente da ordem em que foram nomeados, representar o Outorgante em quaisquer Delegacias, Departamento, Serviços ou Órgãos do Ministério do Trabalho ou Previdência Social, Banco Nacional de Habitação, bem como, os poderes "ad-judicia" em qualquer Tribunal ou Instância da Justiça do Trabalho, requerer, contestar, recorrer, propor, acordar, desistir, transigir, receber citações, notificações e alvarás para levantamento de depósitos judiciais e praticar todos os demais atos necessários ao bom desempenho deste mandato.

PREPOSTO - ALBERTO FLAMINIO GOMES TORRES, C.P. 77.971 série 262, D.R.T.-PE
O outorgante nomeia o seu funcionário acima qualificado como seu PREPOSTO para o fim especial de depoimento pessoal com conhecimento pleno dos fatos, por isso valendo e obrigando a outorgante, todos os seus atos e declarações.

ESPECIFICAÇÃO DO FEITO - Dissídio coletivo suscitado por Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, D.C. nº 44/83.

Recife, PE, 09 de janeiro de 1984

Aymoré Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.



[Handwritten signature]

21.º OFÍCIO DE NOTAS
TABELIÃO
NADILVAR C. GOMES
SUBSTITUTO
NEY RIBEIRO
AUTORIZADO
Paulo Osias
Lourival Correia
Wilson P. Santos
TRAV. DO CUVADOR, 21-A
Rio de Janeiro - RJ

Reconheço a Assinatura Paulo Osias

Em 15 de JAN. 1984
da verdade
PAULO OBIAS - Escrevente Autorizado

89 CARTORIO DE NOTAS



Bel. Severino José Alves e Silva
Tabelião Público
Bel. Gabriel Guerra de Morais
Substituto
Kepler Amaro de Morais
Substituto
Milton Moreira da Silva
Escrevente Autorizado

Rua Marquês do Recife, 154 - 3º and. - Fones: 224-2684
224-4799 - Edif. Limoeiro - Recife - PE.

RECONHEÇO a(s) Assinatura
de Tabelião Paulo Osias

Recife, 02 de fev de 19 84
da verdade 89 Tabelião Público

186
m

CARTA DE PREPOSTO

Pela presente, fica nomeado nosso empregado JOÃO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, portador da carteira de trabalho nº 51058 série 152, para, na qualidade de PREPOSTO representar esta sociedade no Dissídio Coletivo nº TRTDC-44/83 movido pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTONOMOS E DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO NO TRIBUNAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO.

Do Rio de Janeiro,

Para Recife, 09 de janeiro de 1984.

LOSANGO S/A
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

[Handwritten signature]

12.º OFÍCIO DE NOTAS
Rua do Rosário, 134 - Rio - RJ
TABELIÃO:
VALERIANO ANTUNES
ESCREVENTES AUTORIZADOS
1.º Geraldo de Souza Oliveira
Mat. 05/001
2.º Carlos Orlando Figueiredo
Mat. 162/001
Conta Tab. V

Reconheço a Firma

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Rio de Janeiro, 10 de 01 de 1984

Testemunho *[Handwritten signature]* da Verdade

EM BRANCO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região.

Ref. TRT-DC-44/83

LOSANGO S/A - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, pessoa jurídica de direito privado, com endereço na Rua Estreita do Rosário, Nº 210, 4º andar, nesta cidade do Recife, inscrita no CGC-MF sob o nº 27.098.060/0006-50, nos autos do Dissídio Coletivo suscitado contra si e outras pelo **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE PERNAMBUCO**, vem, por seu advogado abaixo assinado, constituído nos termos do anexo instrumento particular de mandato, apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, passando a expor e requerer o que se segue:

É de se lembrar, porque oportuna, a norma estabelecida na **LEI MAIOR**, segundo a qual "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei."

Partindo do princípio retro, verifica-se, de plano, a impossibilidade jurídica de se acatar a pretensão da categoria profissional, consubstanciada na cláusula segunda:

"As Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco, representadas pelo seu Sindicato, concederão aos seus empregados, integrantes da categoria profissional dos Securitários, um abono de emergência no valor de 19,5%, além do INPC aplicado na forma da cláusula anterior."

Pretende o Suscitante, **contra legem**, um abono denominado de **emergência**, "no valor de 19,5%, além do INPC."

Ora, nem a Lei nº 6.708/79, nem o Dec. Lei nº 2.065/83, que a alterou, estabelecem forma de correção automática de salário na forma pretendida

EMBRACO



Esclareça-se, por oportuno, que o Suscitante já tendo assegurada a compensação de aumentos espontâneos através da cláusula 6a. da Convenção de 1982, conforme justificativa da Cláusula Quarta da proposta ora contestada, deseja que o que é liberalidade, o aumento espontâneo, cavilosamente denominado na cláusula segunda que se impugna de abono de emergência, venha a se constituir numa obrigação, através sentença normativa.

O pedido constante da cláusula segunda, como não pode deixar de ser, deve ser rejeitado porque **contra legem**.

A cláusula quinta que o Suscitante justifica como preexistente, está assim redigida-

"Nenhum empregado de Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado de Pernambuco poderá ser admitido com remuneração inferior a Cr\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL CRUZEIROS), com exceção do pessoal de portaria, limpeza, vigias, contínuos e assemelhados, que não poderão ser admitidos com salário inferior a Cr\$ 103.713,00 (CENTO E TRÊS MIL SETECENTOS E TREZE CRUZEIROS)."

Parece-nos, **data venia**, que a cláusula em tela não resiste ao menor argumento, posto que sequer é cláusula preexistente.

O Dissídio Coletivo de 1981, suscitado perante esse Egrégio TRT rejeitou o **PISO** e o de 1982 (proc. nº TRT-DC-33/82), ainda o discute, encontrando-se em grau de Recurso Ordinário, como se prova com o anexo documento.

É de se verificar que a fixação, em Dissídio Coletivo, de piso salarial em quantia certa, correspondendo a um mínimo de remuneração, constitui verdadeiro salário mínimo profissional, o qual só pode ser estabelecido por Lei.

A respeito da inconstitucionalidade de cláusula estipuladora de piso salarial, o Recorrente se reporta ao R.E. nº 96.453-3 - SÃO PAULO, transcrito de COMENTÁRIOS ÀS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA TRABALHISTA, de José Alberto Couto Maciel, Ed. LTr., vol. I, 1982, pág. 99:

"RECORRENTE - Sindicato das Empresas Exibidoras - Cinematográficas no Estado de São Paulo.

RECORRIDO - Sindicato dos Operadores Cinematográficos no Estado de São Paulo.

EM BRANCO



EMENTA - Trabalhista. Dissídio Coletivo. Piso salarial. Auxílio-Transporte. Sem previsão legal, tais estipulações contra riam os arts. 142, § 1º, e 165, I, da Constituição Federal. Precedentes do Tri bunal. Recurso conhecido e provido.

ACORDÃO - Vistos, relatados e discutidos es tes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na con formidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, conhe cer do recurso e lhe dar provimento.

Brasília, DF, 04 de maio de 1982.
Djaci Falcão. Presidente. Décio Miranda, Re lator."

O parágrafo primeiro, assim redigido-;

"§ 1º - Os valores das salários de ingresso, citados no Caput, serão reajustados em ju lho de 1984, segundo o critério legal vigen te para reajuste de salários."

estabelece diferença de tratamento com os demais integan tes da categoria profissional, o que é defeso em Lei.

O parágrafo segundo, por seu turno, **data venia**, aumenta a diferença de tratamento, ao tempo em que estabelece uma forma de remunera - ção com correção preestabelecida e de encontro com a Lei de Correção Automá tica de Salários, ao determinar:

"§ 2º- Os empregados que já estejam traba - lhando na empresa em 1º de janeiro de 1984, não poderão perceber salário inferior ao sa lário de ingresso, acrescido de 5 %."

No que se refere a Cláusula Sexta que pretende uma adequa ção da cláusula quarta do Dissídio Coletivo nº 33/82, é de se alertar, ana - lisada a redação pretendida pela Sindicato Suscitante:

"Admitido empregado para a função de outro dis pensado sem justa causa, àquele será garanti - do salário igual ao do empregado substituído."

O art. 5º, da CLT estabelece que "A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo." O art. 461, por seu turno, estabelece as regras, entre as quais que a diferença não seja su - perior a dois anos.

EM BRANCO

Como se verifica, adequar-se a substituição no dizer do Sindicato Suscitante, o que na realidade não se trata de substituição, posto que a empresa não pode parar, é trabalhar de encontro às normas consolidadas. É proporcionar um sem número de reclamações por equiparações salariais, uma vez negada a existência da norma legal reguladora, através de sentença normativa.

A título de ilustração tomemos por exemplo um chefe A e um sub-chefe B, respectivamente com 5 e 4 anos nas respectivas funções, sendo esta média de tempo dos demais chefes e sub-chefes da empresa E. Despedido um ou outro, sem justa causa (nem sempre é de boa política ingressar-se com inquérito para apuração de falta grave), é contratado uma pessoa C para preencher o cargo. Observa-se, de saída, que o cidadão C poderá ser contratado por salário mais alto que outro que já trabalha na empresa, o que dará a este pleno direito de pleitear perante a Justiça do Trabalho a reparação. Esta por sua vez ficará de mãos atadas? Como decidir? Negando vigência a Lei ou negando vigência a cláusula deferida em Dissídio Coletivo?

Pretende, também, o Sindicato Suscitante seja transformado o quinquênio em anuênio, pois assim redigiu a cláusula nona:

"Fica estabelecido que após cada período completo de 1 (um) ano de serviço prestado ao mesmo empregador e contados a partir da data de admissão, o empregado receberá a quantia de Cr\$ 3.900,00 (TRÊS MIL E NOVECENTOS CRUZEIROS), por mês a título de anuênio, a qual integrará a sua remuneração para todos os efeitos legais e será reajustada semestralmente, segundo critério vigente à época do reajuste futuro."

A cláusula retro, **data venia**, é abusiva, posto que além de invadir a área de arbítrio da empresa suscitada, tentando atribuir-lhe pesado ônus, não é fiel as suas justificativas. Note-se, por exemplo, que ao justificar a cláusula segunda, o Sindicato Suscitante atribuiu um INPC acumulado até dezembro, por arbítrio ("deverá chegar"), de 224,0 %, todavia pretende transformar quinquênio em anuênio com percentual superior a 280,0 %. Explique-se: O quinquênio vigente por convenção da qual o suscitado, ora contestante não participou é equivalente a Cr\$ 5.100,00 (cinco mil e cem cruzeiros) que atualizado em 280,0 % é igual a Cr\$ 19.380,00 (5.100 mais 14.280). Considerando-se o valor pedido para anuênio de Cr\$ 3.900,00 x 5 = Cr\$ 19.500,00, de onde verifica-se que é superior a 280,0 % e, portanto, superior aos 224,0 % da fundamentação do Suscitante.

Concluindo, é cláusula nova, desestimuladora do bom desempenho funcional e profissional, onerosa para o contestante pelo que espera seja a mesma rejeitada por essa Excelsa Corte de Justiça.

EMBRANCO

Pretende o Suscitante, no presente Dissídio, data venia, uma estabilidade provisória, quicá de 1 ano, ou seja estabilidade definitiva para a gestante, tanto que assim está redigida a cláusula da, justificando sua preexistência com a DC-33/82, da qual o Contestante recorreu ordinariamente, conforme fez prova:

"É vedada, ressalvada a hipótese de justa causa, a dispensa desde o início da gravidez, da empregada gestante, até os 60 (sessenta) dias que se seguirem ao período de repouso previsto no artigo 392 da Consolidação das Leis Trabalhistas."

O prejudgado nº 14, atualmente Súmula nº 142, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, consagra à gestante o direito à percepção do salário-maternidade quando dispensada imotivadamente antes mesmo do período de seis semanas anteriores ao parto.

Aliadas a Seção V, da CLT - Da Proteção à Maternidade e a Súmula retro citada, temos que, de fato e de direito já existe uma estabilidade provisória para a gestante, estabilidade esta consubstanciada no lapso temporal compreendido das 4 (quatro) semanas anteriores até 8 (oito) semanas posteriores ao parto.

Por outro lado, o art. 165, inciso XI, da Constituição Federal, assegura à gestante o direito ao repouso remunerado, antes e depois do parto.

Como se vê, a estabilidade provisória já perdura até 60 dias após o parto, e a concessão conforme pleiteada pelo Sindicato Suscitante até 60 dias após o período estabelecido pelo art. 392, CLT, é conceder um período de 120 dias, ou seja de quatro meses após o parto que somado aos nove meses daria uma estabilidade de 1 ano e um mês à mulher gestante.

Em se tratando de estabilidade provisória, é de se examinar a questão em confronto com a estabilidade do dirigente sindical, posto que tanto este quanto aquela, a gestante, podem ser alvo de represália do empresário - segundo o legislador - através da despedida.

O legislador ordinário, estabeleceu, expressamente, no art. 543, § 3º, CLT, um prazo de persistência da estabilidade, ou seja: noventa dias após o término do mandato.

Para a gestante - o mesmo legislador - analisando inclusive as razões de ordem social, estabeleceu as regras contidas nos arts. 391 e seguintes do diploma consolidado, sendo, portanto, defeso qualquer alteração contrária à norma jurídica, sob pena de ser violado o princípio

EM BRANCO

constitucional segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

A cláusula em comento, outrossim, não atingindo a toda a categoria profissional, estabelece distinção e, em consequência, se torna mais uma vez, inconstitucional, a teor do artigo 153, § 1º, da Constituição Federal.

Outra cláusula que merece o indeferimento é, sem dúvida, a de número onze:

" Fica reafirmado que a 3a.(terceira) segunda feira do mês de outubro, será reconhecida como o 'DIA DO SECURITÁRIO', o qual será considerado como dia de repouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais."

O universo dos grupos econômicos, especificamente ao que está ligado o Contestante, e´ povoado por categorias profissionais distintas: prof, autônomos, bancários, empregados de financeiras, empregados de distribuidoras (securitários), comerciários, motoristas, etc.

Note-se que a serem acrescidos indistintamente dias destinados a esta ou aquela categoria profissional, chegaríamos a ter que consagrarmos um dia do trabalho, não da do trabalhador (1º de maio), para que, realmente, pudesssem ser reunidos todos os empregados e a empresa pudesse ter um dia de trabalho no ano para sobreviver e fazer sobreviver aqueles que dela dependem, direta ou indiretamente.

É de se observar, ainda, que o repouso semanal remunerado disposto na Lei Nº 605/49, refere-se aos dias feriados civis e religiosos. Assim, o art. 11 estabelece, taxativamente:

"São feriados civis os declarados em lei federal. São feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal, de acordo com a tradição local e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-feira da Paixão."

Como se verifica do texto legal retro transcrito, os dias destinados ao repouso remunerado, invariavelmente, têm origem na lei.

O Dia dos Securitários, não emergente da Lei, configura infração ao disposto no art. 153, § 2º, da Constituição Federal, sendo, assim, inconstitucional, ~~data vacia~~, a cláusula pretendida.

Do exposto, outra não será a decisão dessa Corte, senão pela rejeição da cláusula, ainda mais quando não há se falar em cláusula pre -

EM BRANCO



A cláusula quinze que procura justificativa na cláusula 17 do DC-33/82, do seguinte teor, não merece acolhida:

"As Empresas de Seguros Privados e Capitalização representadas pelo seu Sindicato Patronal às suas próprias expensas, farão seguro de acidentes pessoais a favor de seus empregados, garantindo indenização de Cr\$ 1.500.000,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), por morte e no máximo de Cr\$ 1.500.000,00 (HUM MILHÃO E QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), por invalidez permanente."

Dita cláusula, dada como preexistente em face de haver sido deferida no DC-33/82, assim não é de se considerar a vista do Recurso Ordinário interposto pelo Contestante, da seguinte lavra, conforme documento a nexado à presente peça:

"**Data venia**, o Egrégio THT extrapola, por lhe falecer competência em matéria acidentária, ao deferir, à unanimidade, a cláusula 17a. que estabelece seguro de acidentes."

No dissídio anterior, dita cláusula fora rechaçada, à unanimidade por essa Excelsa Corte à falta de amparo legal.

O parágrafo único sequer merece maiores aplicações ou mesmo apreciações ante a inconstitucionalidade do **caput**.

O parágrafo único da cláusula dezoito não merece acolhida:

"Do referido comprovante deverá constar também a importância relativa ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço devido à conta vinculada do empregado optante, conforme estabelece o artigo 16, parágrafo primeiro do Decreto nº 59.820 de 20.12.66."

Inicialmente, é de se esclarecer que para o Contestante, não se trata de cláusula preexistente, posto que não firmou convênio ou convenção com o Sindicato suscitante nem é filiado ao Sindicato suscitado.

Afora o aspecto supra, é de se verificar que o Governo Federal já regulou a emissão, inclusive, de extrato de conta do FGTS, semestral, através da Portaria POS 3/82, onde aparecem não só os depósitos como, também os juros e a correção monetária. A portaria mencionada, do BNH, segue em cópia "xerox" anexa.

Ante o exposto, salta cristalino, a inaplicabilidade do parágrafo único do artigo, digo da cláusula dezoito, ante o que deve ser a mesma indeferida.

EM BRANCO



A cláusula dezenove é mais uma tentativa de estabilidade provisória, não regulada em lei.

Expressa a cláusula dezenove, em comento:

"Salvo por motivo de falta grave, devidamente comprovada, os empregados já convocados para a prestação obrigatória do serviço militar não poderão ser dispensados, até 60 (sessenta) dias após o desengajamento da unidade militar em que servirem."

É de se recordar, porque, **data venia**, o Sindicato Suscitante esqueceu, que o período de afastamento para serviço militar, sendo de suspensão do contrato de trabalho, afasta a possibilidade da figura da dispensa porque seria ato nulo.

Outrossim, ao empregado que deixa o serviço militar já é garantido pela Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar) o retorno ao cargo ou emprego, dentro dos 30 dias que se seguirem ao licenciamento (art.60).

Já existindo lei regulando a matéria, não há como se concordar com o pleito do Sindicato Suscitante.

Recorde-se que o Contestante encontra-se em litígio quanto ao Dissídio Coletivo de 1982 e não participou da Convenção de 1983, não existindo, assim, para o mesmo, cláusula preexistente.

Quanto a cláusula vinte e um que trata do fornecimento de alimentação e seus parágrafos, lesiona frontalmente a Constituição Federal, posto que o fornecimento de alimentação é regulado em lei, **in casu** a Lei nº 6.321/76, a Lei nº 6.542/78 e o Decreto nº 78.676/76, já sendo, inclusive objeto de inconformação no DC-33/82, que o Suscitado, ora Contestante, recorreu ordinariamente, conforme já provado.

A ser deferida a presente cláusula, obrigando o Contestante a fornecer ticket's de refeições aos seus funcionários, constituirá um acréscimo de obrigações não definidas em lei, onerando os custos operacionais e dispondo do indisponível, qual seja o patrimônio alheio.

Pelas razões expostas, a cláusula vinte e um e seus parágrafos devem ser indeferidas, o que requer.

Extrapola quaisquer parâmetros a cláusula vinte e dois do presente dissídio quando pretende a remuneração da hora extra com um acréscimo de 100 % em relação a hora normal.

A CLT, ao tratar da remuneração da hora extra e a própria jurisprudência pretoriana já estabelecem os percentuais da remuneração da hora suplementar.

EM BRANCO



É de se verificar a habitualidade ou eventualidade da prestação da hora extra para que se fixe, segundo a melhor doutrina, a lei e a jurisprudência, o percentual sobre a hora normal para a sua remuneração.

Quando as horas extras são prestadas habitualmente, a sua remuneração é feita com acréscimo de 20% sobre a hora normal, ao passo que a hora extraordinária eventual é remunerada com um acréscimo de 25%.

Alguns Sindicatos, é verdade, obtiveram através de acordo uma melhor remuneração para as horas extras, esquecendo, inclusive a observação de que se eram habituais ou eventuais. Exemplo disso a Convenção entre banqueiros e bancários, onde as duas primeiras horas extraordinárias são remuneradas com o acréscimo de 20% sobre a hora normal e as demais com 40%.

Note-se que há uma adequação e um pedido equilibrado, o que não se verifica com o pleito do Sindicato Suscitante que deseja, de saída, o astronômico percentual de 100% para a remuneração das extraordinárias.

O deferimento de cláusula abusiva e extorsiva como a que se contesta é ferir os preceitos legais que disciplinam a matéria, pelo que espera o Contestante que esse Egrégio Colegiado rejeite a cláusula em comento.

A cláusula de número vinte e três é discricionária em seu nascedouro e como tal inconstitucional.

Estabelece a mencionada cláusula descontos em percentuais diferentes para sócios e não sócios, ou sejam sindicalizados ou não.

O Sindicato, face sua própria natureza deve lutar pelos direitos da categoria que acolhe e não dos sindicalizados, pois este é o espírito da lei.

É de se observar, por outro lado, que inúmeras são as decisões que acolhem a vontade dos integrantes de uma categoria profissional em não recolher qualquer valor para o Sindicato.

A aprovação em Assembléia, impondo injusta distinção, não pode ser acatada integralmente, eis que os não sindicalizados, não sócios, evidentemente não participaram do escrutínio contra o seu bolso, principalmente nos dias de crise por que passamos.

É a Constituição Federal que em seu art.153, § 1º assegura a igualdade de todos perante a lei.

Que uma convenção ou dissídio suscitado procure melhoria para a categoria profissional representada é perfeitamente legal, todavia o que tem que ser proibido energicamente é a tentativa contra a bolsa da cate

EM BRANCO

É de se notar no presente Dissídio, a obstinada perseguição em busca de estabilidades provisórias, ocultas nas entrelinhas das diversas cláusulas como, por exemplo, a cláusula vinte e seis:

" Os empregados optantes pelo FGTS que hajam completado 29 (vinte e nove) anos de serviços prestados a mesma empresa, não poderão ser dispensados salvo por motivo de acordo rescisório, falta grave ou por motivo de força maior, até que venham adquirir direito à aposentadoria por tempo de serviço aos 30 anos." (Os grifos são nossos).

O parágrafo único complementa a idéia contida no **caput**.

Doutos Julgadores, a pretensão do Sindicato Suscitante é contrária a Lei, nega-lhe a vigência, **in casu** a Lei nº 5.017 que instituiu o FGTS.

Através sutis manobras, o Sindicato Suscitante vem tentando dessa Egrégia Corte de Justiça, no presente Dissídio, uma sentença normativa, mesmo **contra legem**.

Diante da exposição e sendo cláusula que fere frontalmente a legislação vigente, deve ser indeferida, o que requer. Igual tratamento para o seu parágrafo único.

Injusta e ilegal porque contrária aos juroz legais estabelecidos para a mora, afora a correção monetária, a cláusula vinte e sete e seu primeiro parágrafo, impondo prazo de 15 dias e pagamento equivalente ao que o empregado despedido faria jus caso estivesse trabalhando.

O **caput** estabelece prazo fatal ao Empregador, enquanto que à outra parte da relação jurídica desfeita nada é atribuído. É mais uma distinção vedada pela Constituição Federal.

O parágrafo segundo é de um paternalismo soberbo, posto que impõe só à Empresa a obrigação.

Como verificado, tanto a cláusula vinte e sete, quanto os seus parágrafos contrariando a legislação não podem prosperar. O indeferimento é medida que se impõe.

A cláusula vinte e oito, não tem razão de sua existência, posto que a substituição é regulada pela CLT.

Admitir-se a cláusula ora contestada é admitir-se o não cumprimento da Lei pela categoria econômica.

EM BRANCO

Embora o Contestante repudie a insinuação, esclarece, **ad argumentandum tantum**, que caso haja infração à norma legal, o trabalhador poderá socorrer-se através de, até mesmo denúncia anônima na Delegacia Regional do Trabalho, ou mediante instauração de Dissídio Individual.

Parece-nos, **data venia**, que a admitir-se estar existindo infração à norma legal, o Sindicato Suscitante não estaria buscando a solução, mas sim encher seus cofres com o fruto das penalidades estabelecidas na cláusula quarenta e um, pelo que é de ser indeferida.

É cristalino que o Sindicato Suscitante não oculta o seu desejo de ampliar, caso possível, à toda a categoria profissional a estabilidade provisória sob as mais diversas formas, é o caso da cláusula vinte e nove e seu parágrafo que se contesta.

A cláusula em questão se constitui em nomeação de Delegados Sindicais e não de membros eleitos para cargos de administração, pela categoria profissional.

Deferir cláusula como a presente, é ampliar a norma legal, é legislar e, para tanto, falta competência ao Poder Judiciário.

O afastamento de empregado para tratamento de saúde é matéria previdenciária, falecendo ao Poder Judiciário competência para dela conhecer e decidir, daí não caber a pretensão contida na cláusula trinta.

O princípio legal é que cabe à empresa o ônus pelo pagamento do salário correspondente aos 15 primeiros dias de afastamento. A partir do 16º dia, a obrigação é da previdência oficial.

Impor-se ao Contestante o ônus de complementar salário é invadir a área previdenciária e, inclusive, a do Poder Legislativo, posto que esse Judiciário deixará de aplicar e conhecer de matéria específica para legislar.

Essa obrigação não está prevista em Lei e, portanto, segundo o princípio constitucional, "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei."

Do exposto, é de ser indeferida a cláusula retro contestada porque, inclusive, inconstitucional.

Pretende o Sindicato Suscitante, através da cláusula trinta e um, impor mais um ônus ao Contestante, igualmente **contra legem**, criando uma obrigação de pagar, uma transformação do que seria uma liberalidade.

As férias são reguladas pela CLT, podendo ser convertida uma parte dela em abono pecuniário (10 dias).

EM BRANCO

Contesta-se a cláusula em comento porque destituída de amparo legal.

Contesta-se, igualmente, a cláusula trinta e dois que pretende ampliar o prazo de aviso prévio para 45 dias.

O aviso prévio é regulado pelo art.487, incisos e §§, da CLT, esbarrando o prazo máximo em 30 (trinta) dias, não resistindo, assim, a qualquer argumento a cláusula que se contesta e que pretende ampliar para 45 dias aquele aviso porque contrária a expressa disposição de lei.

A vista das razões supra, requer o suscitado, ora contestante que essa Colenda Corte de Justiça indefira o pleito.

A cláusula trinta e três fica, também, contestada a vista de que a reunião conjunta nos termos em que está sendo proposta é inviável, vista das pautas de ambos os sindicatos, muito embora o Suscitado, ora Contestante não tenha procuração do Sindicato Patronal, não sendo, inclusive, filiado ao mesmo. Trata-se, apenas, de bom senso. A proposta é puramente magógica.

No que diz respeito a cláusula trinta e quatro em que o Sindicato Suscitante pretende imprimir a sua vontade contra os interesses da Empresa suscitada, não pode ser acolhida.

Desnecessária maiores considerações para que se demonstre que é a própria Empresa quem melhor sabe de suas necessidades e seus empregados mais capacitados que se possa investir em cursos de interesses recíprocos.

A Empresa moderna não pode parar no tempo sob pena de sucumbir diante da era tecnológica. Para enfrentar o dia-a-dia, empregados e empregadores buscam um melhor aperfeiçoamento. À empresa, em especial, interessa, muito mais investir em seus melhores funcionários, selecionados através de seus respectivos departamentos de recursos humanos. A indicação pura e simples pelo Sindicato Suscitante jamais estaria em harmonia com os interesses recíprocos de empregado e empregador.

Dos motivos expostos, salta evidente que a cláusula nova não pode prosperar, devendo ser indeferida em seu nascedouro, é o que requer.

A cláusula trinta e cinco não tem a menor aplicação para o Contestante considerando-se que o mesmo já mantém convênio com a UNIMED-Sistema Nacional de Saúde.

Esclareça-se, por oportuno, que o Convênio já se encontra vigindo nos moldes pretendidos pelo Sindicato Suscitante, sendo a empresa conveniada UNIMED, do mesmo quilate da Golden Cross, mencionada na Justifica

EM BRANCO

No que diz respeito a cláusula trinta e seis, é mais uma das armadilhas do Sindicato Suscitante, na tentativa de conseguir reajustes salariais não regulados em Lei.

A Lei nº 6.708/79 que instituiu a semestralidade e o Dec. Lei nº 2.065/83 que o alterou, guardou a semestralidade e regulou a correção automática de salários até o ano de 1988, quando em seu art.24 normatizou:

"Art.24 - A revisão do valor dos salários pas
sar^a a ser objeto de livre negociação coleti
va entre empregados e empregadores, a partir
de 1º de agosto de 1988, respeitado o valor
do salário-mínimo legal."

Como se verifica, sendo a cláusula trinta e seis **CONTRA LEI**
GEM, é de ser indeferida, é o que requer.

A cláusula trinta e oito, pretendendo formar uma comissão paritária para elaborar Quadro de Carreira, foge por completo as atribuições das partes litigantes isoladamente.

No que pertine ao Contestante, contando em seus quadros, a penas com um número inferior a dez funcionários, não encontra onde se situa na justificativa dada pelo Sindicato Suscitante. Fica Contestada a cláusula.

No que se refere a cláusula trinta e nove, apesar de o Contestante não contar com mais de dez funcionários, ainda assim contesta o pleito, por amor ao debate, principalmente porque a matéria já se encontra regulada em Lei.

Como se vem observando, o Sindicato Suscitante, de maneira escandalosa, vem persistindo em busca da estabilidade, antes provisória, agora definitiva, por sua cláusula quarenta, eis que pretende que as empresas suscitadas se comprometam e este Tribunal homologue, a estabilidade durante a vigência da Presente Convenção, ou Dissídio em vista da proposta apresentada.

Mais uma vez, o Sindicato Suscitante pretende negar vigência a Lei, quando a própria Lei nº 5.107, que instituiu o FGTS, extinguiu o instituto da estabilidade.

Como não podia ser diferente, a cláusula quarenta e seus parágrafos não podem prosperar. O indeferimento é a medida correta da Justiça para a pretensão desprovida de amparo legal.

Ex positis, a vista dos elementos de fato e de direito, não pode prosperar as pretensões do Sindicato Suscitante, consubstanciadas nos termos da proposta de conciliação, face a inobservância de preceitos legais, inclusive da Constituição Federal. pelo que é de se requer o indeferimento.

EM BRANCO



especialidade as cláusulas SEGUNDA, QUINTA e seus §§, SEXTA, NONA, DEZ, ONZE, QUINZE e seu § único, PARÁGRAFO ÚNICO DA CLÁUSULA DEZOITO, DEZENOVE, VINTE E UM e seus §§, VINTE E DOIS e seu § único, digo VINTE E DOIS, VINTE E TRÊS e seu § único, VINTE E SEIS e seu § único, VINTE E SETE e seus §§, VINTE E OITO, VINTE E NOVE e seu § único, TRINTA, TRINTA E UM e seu § único, TRINTA E DOIS, TRINTA E TRÊS, TRINTA E QUATRO, TRINTA E CINCO, TRINTA E SEIS, TRINTA E OITO, TRINTA E NOVE, QUARENTA e seus §§.

Ante toda a exposição e prova, o suscitado requer a esse Excelso Colegiado que bem examinando o presente Dissídio, em confronto com as razões expostas, julgue pela IMPROCEDÊNCIA do mesmo, condenando, em consequência, o Sindicato Suscitante nas custas processuais.

Protesta provar o alegado por todos os gêneros de provas em Direito permissíveis, especialmente pelo depoimento pessoal do representante legal do Sindicato suscitante, juntada posterior de documentos e perícia, o que, de logo, fica tudo requerido.

Termos em que
pede deferimento.

Recife, 06 de Janeiro de 1984.

Jamerson de Oliveira Pedrosa.-

OAB-PE 4.339

CPF-MF 008.319.644-72

EM BRANCO

LOSANGO S.A.

Distribuidora de Títulos
e Valores Mobiliários

Rua do Comércio 1000 XXXXX
20040 Rio de Janeiro RJ XXXX
Telefone 22216XXXXXXX

LOSANGO

Investimentos

201
www

P R O C U R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento particular de Procuração
LOSANGO S/A - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
com sede nesta cidade à Avenida Rio Branco, 80 - 18º andar,
filial na cidade do Recife, Pernambuco à Rua das Flores nº 72
neste ato representada por seus Diretores abaixo assinados
nomeia e constitui seu bastante procurador o DR. JAMERSON DE
OLIVEIRA PEDROSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na
OAB-PE nº 4339 e no CPF sob o nº 008.319.644-72, com escritô-
rio à Av. Dantas Barreto 507 - 12º andar, Recife, Pernambuco,
a quem confere os poderes constantes da cláusula "ad iudicia
para o fim especial de representar a OUTORGANTE no Dissídio
Coletivo nº TRTDC-44/83 movido pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS
EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES
AUTONOMOS E DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO NO ESTADO DE
PERNAMBUCO NO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO.

Do Rio de Janeiro,

Para Recife, 09 de janeiro de 1984.

OFÍCIO DE
a do Rosário, 134 - Rio-
TABELIÃO:
VALERIO O. AUSTIN
SCREVENTES
Geraldo de
Mat. 08/78
Carlos Orlango
Mat. 1.62

Reconheço a Firma

Jamerson de Oliveira Pedrosa
Garet

10 de 01 de 1984

LOSANGO S/A
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS

EM BRANCO

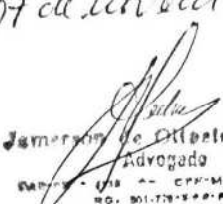
Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da
6ª Região.-

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
6ª REGIÃO
Recife 07 NOV 1983
Nº 8922/83

LOSANGO S/A-DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, já qualificada, nos autos do Dissídio Coletivo(Proc. nº TRT-DC-33/82), que foi suscitado contra si e outros pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito no Estado de Pernambuco, não se conformando, data venia, com o v. acórdão desse Egrégio Tribunal de fls. que julgou procedente em parte o mencionado Dissídio, vem, por seu advogado abaixo assinado, constituído na forma do anexo instrumento particular de mandato, recorrer da decisão nos pontos constantes das inclusas razões, requerendo a V.Exa. a sua juntada aos autos e, cumpridas as formalidades processuais de praxe, a sua subida ao Tribunal ad quem para nova apreciação.-

Termos em que,
Pede deferimento.

Recife, 07 de novembro de 1983.


Jamerson de Oliveira Pedrosa
Advogado
OAB - PE - CPF-MF 0031854-72
RD. 501-72-5-PP-PR
AV. SANTOS BENEVIDES, 507 - 12º ANDAR
RECIFE - PE

© CARTÓRIO DENOTIA

Bel. Severino José Alves e Silva

Tabelião Público

Bel. Gabriel Guerra da Mota

Substituto

Kepier Amaro de Mota

Substituto

Milton Moreira da Silva

Escrevente Autorizado

Rua Marquês do Recife, 154-3º and

Fones: 224-2881 - 224-4799

Recife - PE

Autentico a presente copia fotostática
que é a reprodução fiel do original que
me foi apresentado sem rasuras, em 10

Recife, de _____ de 19____

© TABELIÃO PÚBLICO

RECURSO ORDINÁRIO

Recorrente: LOSANGO S/A-DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS.

Recorrido: SIND. DOS EMPREGADOS EM EMP. DE SEG.
PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGEN
TES AUT. DE SEG. PRIVADOS E DE CRÉDI
TO NO ESTADO DE PE.

Referência: PROCESSO Nº TRT-DC-33/82

RAZÕES DO RECORRENTEExcelso Tribunal Superior do Trabalho

Merece, data venia, reforma a respeitável decisão de fls. proferida pelo Tribunal a quo, no que toca as cláusulas sétima, décima, décima-quarta, décima-quinta, décima-sétima e décima-nona, que julgou o Dissídio Coletivo suscitado pelo Recorrido, face as razões e fundamentos a seguir expostos:

CLÁUSULA SÉTIMA:

O prejulgado nº 14, atualmente Súmula nº 142, desse Egrégio, consagra à gestante o direito à percepção do salário-maternidade quando dispensada imotivadamente antes mesmo do período de seis semanas anteriores ao parto.

Aliadas a Seção V, da CLT - Da Proteção à Maternidade e a Súmula retro citada, temos que, de fato e de direito já existe uma estabilidade provisória para a gestante, estabelecida esta consubstanciada no lapso temporal compreendido das 4 (quatro) semanas anteriores até 8 (oito) semanas posteriores ao parto.

Por outro lado, o art. 165, inciso XI, da Constituição Federal, a Lei Maior, assegura à gestante o direito ao repouso remunerado, antes e depois do parto.

Como se vê, a estabilidade provisória já perdura até 60 dias após o parto, e a concessão conforme deferida pelo Egrégio Tribunal a quo até 60 dias após o período estabelecido pelo art. 392, CLT, é conceder um período de 120 dias, ou seja de quatro meses.

Em se tratando de estabilidade provisória, é de

ANTONIO DE NOIA
Adv. Roberto José Alves e Silva
Tabelião Público
Adv. Gabriel Guerra de Moraes
Substituto
Kapier Amaro de Moraes
Substituto
Milton Moreira da Silva
Escrevente Autorizado
Adv. Marquês de Recife, 154-39 and
Fones: 224-2881 - 224-4799
Recife - PE

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original que
me foi apresentado sem rasuras, em 14
de 10

TABELIÃO PÚBLICO

te sindical, posto que tanto este quanto a gestante podem ser alvo da represália do empresário - segundo o legislador - através da despedida.

O legislador ordinário, estabeleceu, expressamente, no art. 543, § 3º, CLT, um prazo de persistência da estabilidade, ou seja: noventa dias após o término do mandato.

Para a gestante, o mesmo legislador, analisando inclusive as razões de ordem social, estabeleceu as regras contidas nos arts. 391 e seguintes do diploma consolidado, sendo, portanto, defeso qualquer alteração contrária à norma jurídica, sob pena de ser violado o princípio constitucional segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

A cláusula em comento, outrossim, não atingindo a toda a categoria profissional, estabelece distinção e, em conseqüência, se torna mais uma vez, inconstitucional, a teor do artigo 153, § 1º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O universo dos grupos econômicos, especificamente ao que está ligado o Recorrente, é povoado por categorias profissionais distintas: bancários, empregados de financeiras, empregados de distribuidoras (securitários), comerciários, etc.

Note-se que a serem acrescidos indistintamente dias destinados a esta ou aquela categoria, chegaríamos a ter que consagrarmos um dia do trabalho, não dia do trabalhador (1º de maio), para que, realmente, pudessem ser reunidos todos os empregados e a empresa pudesse ter um dia de trabalho no ano para sobreviver e fazer sobreviver os seus funcionários.

O v. acórdão recorrido, quanto a cláusula décima, assim decidiu:

"10) por unanimidade, deferir a cláusula 10a. para estabelecer que a 3ª segunda-feira de outubro será reconhecida como o DIA DO SECURITÁRIO, o qual fica considerado como dia de reposouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais;"

Data venia do entendimento esposado pelo Egrégio Tribunal a quo, o mesmo ao deferir a cláusula retro, invadiu

de CARTÓRIO DE NOTAS
Des. Severino José Alves e Silva
Tabelião Público

Des. Gabriel Guerra de Morais
Substituto

Deplar Amaro de Morais
Substituto

Milton Moreira da Silva
Escrevente Autorizado

Rua Marquês do Recife, 154-3º and
Fones: 224-2881 - 224-4790
Recife - PE

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original que
me foi apresentado sem rasuras, em 14
Recife, de 19

89 TABELIÃO PÚBLICO

a área do Poder Legislativo, deixando de aplicar a lei para legislar.

Com efeito, o repouso semanal remunerado disposto na Lei nº 605, de 05.01.49, refere-se aos dias feriados civis e religiosos.

Assim, no art. 11, estabelece, taxativamente:

"São feriados civis os declarados em lei federal. São feriados religiosos os dias de guarda, declarados em lei municipal, de acordo com a tradição local e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-feira da Paixão."

Como se verifica do texto legal transcrito, os dias destinados ao repouso remunerado, invariavelmente, têm origem na lei.

O DIA DO SECURITÁRIO, não emergente da Lei, configura infração ao disposto no art. 153, § 2º, da Constituição Federal, sendo, assim, inconstitucional, data venia, a cláusula deferida.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:

Parece-nos, permissa venia, que a cláusula em tela não resiste ao menor argumento, posto que sequer é cláusula preexistente.

O Dissídio Coletivo imediatamente anterior, rejeitou o piso, sob o fundamento de inexistência de qualquer elemento propiciador de comparação com os já obtidos por outras classes.

É de se verificar que a fixação, em Dissídio Coletivo, de piso salarial em quantia certa, correspondendo a um mínimo de remuneração, constitui verdadeiro salário mínimo profissional, o qual só pode ser estabelecido por lei. Aqui, mais uma vez, datíssima venia, falece competência ao Colendo Tribunal a quo.

A respeito da inconstitucionalidade de cláusula estipuladora do piso salarial, o Recorrente se reporta ao R.E. nº 96.453-3 - SÃO PAULO, transcrito de COMENTÁRIOS ÀS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA TRABALHISTA, de José Alberto Couto Maciel, Ed. LTr., Vol. I, 1982, pág. 99:

"RECORRENTE - Sindicato das Empresas

CARTÓRIO DE NOBIA

Dr. Severino José Alves e Silva

Tabelião Público

Dr. Gabriel Guerra de Morais

Substituto

Kepler Amaro de Morais

Substituto

Milton Moreira da Silva

Escrevente Autorizado

Av. Marquês do Recife, 154-39 and

Fones: 224-2881 - 224-4789

Recife - PE

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original que
me foi apresentado sem rasuras, dou fé
Recife, _____ de 19__

2º TABELIÃO PÚBLICO

RECORRIDO - Sindicato dos Operadores Cinematográficos no Estado de São Paulo.

EMENTA - Trabalhista. Dissídio Coletivo. Piso salarial. Auxílio-Transporte. Sem previsão legal, tais estipulações contrariam os arts. 142, § 1º, e 165, I, da Constituição Federal. Precedentes do Tribunal. Recurso conhecido e provido.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em segunda Turma, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e lhe dar provimento.

Brasília, DF, 04 de maio de 1982.
Djaci Falcão. Presidente. Décio Miranda, Relator".

Excelsa Corte, desnecessária porque cansativa e repetitiva a busca na doutrina, na lei e na jurisprudência de maiores elementos para demonstrar a inconstitucionalidade da presente cláusula que estabelece piso salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:

Injustificável, data venia, o deferimento da cláusula em comento, porque destituída de qualquer amparo legal.

Esta mesma ausência de suporte legal, levou o Egrégio Tribunal a quo no Dissídio passado (Proc. nº TRT-DC-43/81) a indeferir a cláusula então numerada como 16ª (documento anexo a contestação do Econômico S/A-Corretora e Distribuidora de Títulos, a que o Recorrente aderiu por seu preposto).

Com efeito, assim se pronunciou o Exmo. Juiz Relator às fls. 10 do acórdão constante do documento retro referido:

"Pedido sem suporte legal, portanto indefiro não só a cláusula, como de resto os parágrafos".

Com apoio no voto mencionado, o Egrégio Tribu
nal a quo POR UNANIMIDADE DE VOTOS E DE ACORDO COM O PARECER DA
QUINTA PROCURADORIA REGIONAL, resolveu:

CARTÓRIO DE NOVA
Dr. Severino José Alves e Silva

Tabelião Público

Dr. Gabriel Guerra de Moraes
Substituto

Kepler Amaro de Moraes
Substituto

Milton Moreira da Silva
Escrevente Autorizado

Rua Marques do Recife, 154-3º and
Fones: 224-2881 - 224-4799

Recife - PE

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original que
me foi apresentado sem rasuras, em 10

Recife de 10

8º TABELIÃO PÚBLICO

"indeferir o pedido constante da cláusula 16ª do pedido inicial".

A radical guinada que o Colendo Tribunal a quo deu ao deferir a cláusula décima-quinta, data venia, não encontra o menor respaldo jurídico, ferindo, em consequência, o disposto nos arts. 142, § 1º e 153, § 2º, C.F.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA:

Data venia, o Egrégio TRT extrapola, por lhe faltar competência em matéria acidentária, ao deferir, à unanimidade, a cláusula 17ª que estabelece seguro de acidentes.

A exemplo da cláusula décima-quinta, a presente foi objeto do Dissídio anterior e que foi rechaçada à falta de amparo legal.

Naquele Dissídio, dita cláusula foi indeferida à UNANIMIDADE (v. fls. 10 do doc. antes mencionado e constantes dos autos).

A divergência é de ser sanada por essa Excelsa Corte de Justiça, porque igualmente inconstitucional.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA:

O deferimento da cláusula em comento, lesiona frontalmente a Constituição Federal, posto que o fornecimento de alimentação é regulado em lei, in casu a Lei nº 6.321/76, a Lei nº 6.542/78 e o Decreto nº 78.676/76.

O deferimento da cláusula décima-nona, obriga o Recorrente a fornecer ticket's de refeição aos seus funcionários se constituiu num acréscimo de obrigações não definidas em lei, onerando os custos operacionais e dispondo do indisponível, qual seja o patrimônio alheio.

Por tudo o que foi exposto, o Recorrente espera e requer que esse Excelso Pretório receba e dê provimento ao presente Recurso para, em consequência, modificando o respeitável acórdão recorrido, indeferir as cláusulas sétima, décima, décima-quarta, décima-quinta, décima-sétima e décima-nona, com o que estará restaurando a necessária JUSTIÇA e aplicando o DIREITO.

Pede deferimento.

Recife,

Jamerson de Oliveira Pedrosa

Advogado

OAB/PE 123.456 - C.F. nº 0011844/78

1 - RG. 50.123.456 - PE

AV. DANTAS BULHÕES, 507 - 11º ANDAR

RECIFE - PE

DEPARTAMENTO DE NOTAS
Dr. Roberto José Alves e Silva
Tabelião Público

Dr. Gabriel Guerra de Morais

Substituto

Keyler Amaro de Morais

Substituto

Milton Moreira da Silva

Escrevente Autorizado

Rua Marquês do Recife, 154-3º and

Fones: 224-2881 - 224-4799

Recife - PE

Autentico a presente cópia fotostática
que é a reprodução fiel do original que
me foi apresentado sem rasuras, em 19

Recife, de 19

8º TABELIÃO PÚBLICO



BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO

FGTS - POS Nº 03 /82

Dispõe sobre a distribuição da Caderneta do FGTS, a padronização e periodicidade da emissão do extrato de conta vinculada.

O PRESIDENTE DO BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO (BNH), no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 16 do Regulamento do FGTS, baixa as seguintes instruções:

1 - O Banco depositário deverá distribuir até o final dos meses de março e setembro de cada ano, através das empresas depositantes, aos empregados optantes com contrato de trabalho em vigor na data da respectiva emissão, extrato padronizado de conta vinculada, conforme modelo anexo, que integrará a "Caderneta do FGTS".

1.1 - O extrato conterá, obrigatoriamente, a discriminação de todos os registros relativos à movimentação verificada no semestre anterior e o saldo da correspondente conta, atualizado até o primeiro dia útil do trimestre de sua distribuição.

1.2 - O extrato de que trata este item terá as dimensões de 152,4 mm de altura por 165,1 mm de largura (ou 190,5 mm com a remalina) e será impresso com espaçamento vertical em sextos de polegada, podendo o seu "lay-out" ser solicitado ao BNH pelo Banco depositário.

1.3 - O extrato a ser distribuído até o mês de março de 1983 deverá discriminar os registros relativos à movimentação da correspondente conta vinculada no ano de 1982.

2 - O extrato a que se refere esta instrução deve ser distribuído aos respectivos titulares encartado à Caderneta do FGTS, a ser fornecida pelo BNH, na forma do item 3.

2.1 - A partir da distribuição que se verificar até o mês de setembro de 1983, o Banco depositário deverá entregar o extrato, igualmente encartado à Caderneta do FGTS, aos empregados admitidos no semestre anterior que permanecerem na empresa até a data da respectiva emissão.

2.2 - Desde que o campo destinado à impressão do nome do empregado seja mantido na primeira linha do cabeçalho do extrato e não seja suprimido nenhum dado do modelo anexo, poderá o Banco depositário:

- a) acrescentar dados e alterar a disposição e o tamanho dos campos do cabeçalho do extrato, para adaptá-los aos seu sistema operacional;
- b) confeccionar o extrato na cor que julgar conveniente e em papel de qualquer gramatura.

2.3 - O extrato poderá conter o nome e/ou logotipo do Banco, impressos da forma como este julgar conveniente, desde que não fique prejudicada a leitura dos dados relativos à conta vinculada.

3 - O Banco depositário deverá solicitar ao BNH, até os meses de dezembro e junho de cada ano, a quantidade de cadernetas de que necessitar para distribuir, respectivamente, até o final dos meses de março e setembro subsequentes, mediante correspondência em que indicará o endereço onde deseja receber as referidas cadernetas.

3.1 - O Banco que não cumprir o disposto neste item ficará obrigado a confeccionar as cadernetas de que necessitar, conforme o modelo aprovado pelo BNH, para distribuir aos empregados optantes titulares de cujas contas vinculadas seja depositário.

RITORIO DE NOIA
 vermo José Alves e Silva
 Tabelião Público
 Gabriel Guerra de Morais
 Substituto
 Alar Amaro de Morais
 Substituto
 Iten Moreira da Silva
 escrevente Autorizado
 Riquês do Recife, 154-39 and
 : 224-2881 - 224-4789
 Recife - PE

Autentico a presente cópia fotostática
 que é a reprodução fiel do original que
 me foi apresentado sem rasuras, dor
 Recife, 15 de 19

4 - O extrato de que trata esta instrução deverá conter os seguintes dados:

CABEÇALHO

- NOME DO EMPREGADO - Nome do empregado optante
 - Nº DA CONTA NO FGTS - Número de identificação do empregado no sistema adotado pelo Banco Depositário
 - FOLHA - número da folha do extrato, na hipótese de ser emitida mais de uma folha para a mesma conta vinculada
 - Nº DO PIS/PASEP/CPF - Número de inscrição do empregado no PIS/PASEP ou número de inscrição de diretor não empregado no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
 - CARTEIRA DE TRABALHO - Número e série da Carteira de Trabalho, separados por um hífen (-)
 - UNID. TRAB. - Unidade da empresa em que o empregado presta serviço
- NOTA - O preenchimento deste campo ficará a critério do Banco Depositário
- ADMISSÃO - data de admissão do empregado, no formato DD.MM.AA
 - TAXA - taxa de juros a que faz jus o empregado
 - SITUAÇÃO DA CONTA - Deverá ser consignada uma das seguintes expressões:

OPTANTE - para identificar a conta relativa a empregado optante

TRANSFERIDA - para identificar a conta de empregado optante recebida em transferência em decorrência de mudança de emprego

NÃO OPTANTE - para identificar a conta relativa a empregado não optante

DIRETOR - para identificar a conta relativa a diretor não empregado

JUDICIAL - para identificar a conta relativa ao depósito judicial de que trata a Seção III do Capítulo I das Instruções Sobre o FGTS

TRAB. AVULSO - para identificar a conta relativa ao trabalhador avulso de que trata a Seção I do Capítulo III das Instruções Sobre o FGTS

A INDIVID. - para identificar a conta relativa ao depósito a individualizar de que trata a Seção IV do Capítulo I das Instruções Sobre o FGTS

CARTÓRIO DE NOTAS

Bel. Severino José Alves e Silva

Tabellão Público

Bel. Gabriel Guerra de Moraes

Substituto

Kepler Amaro de Moraes

Substituto

Milton Morelra da Silva

Escrevente Autorizado

Rua Marquês do Recife, 154-3º and

Fones: 224-2881 - 224-4799

Recife - PE

Autentico a presente copia fotostatica

que é a reprodução fiel do original que

me foi apresentado sem rasuras, doras

Recife, de 10

DO TABELLÃO PÚBLICO

AGÊNCIA DEPOSITÁRIA - nome da Agência Depositária da empresa a que se encontre vinculado o empregado

OPÇÃO - data de opção, no formato DD.MM.AA

OPÇÃO RETROATIVA - data a que retroagiu a opção nos termos da Lei nº 5.958, de 10.12.73, no formato DD.MM.AA

AFASTAMENTO - data da rescisão ou da extinção do contrato de trabalho, no formato DD.MM.AA., seguida do respectivo código do afastamento, separados por um hífen(-)

NOME DA EMPRESA - razão social da empresa

CGC/CPF/INSCRIÇÃO NO IAPAS - número de inscrição da empresa no CGC, no CPF ou no Cadastro do IAPAS

ENDEREÇO - endereço da empresa

CEP - código de endereçamento postal da empresa

CIDADE - cidade de localização da empresa

UF - Unidade da Federação de localização da empresa

MOVIMENTAÇÃO DA CONTA NO SEMESTRE

- DATA - Data do lançamento, no formato DD.MM.AA

- HISTÓRICO - Utilizar, para os lançamentos relativos aos registros, os seguintes literais:

- SALDO ANTERIOR

NOTA: indicar o saldo anterior englobadas as parcelas relativas a depósitos e juros e correção monetária.

- DEPÓSITO: ____/____

NOTA: indicar o número do mês ou o do trimestre seguido da dezena do ano de competência do depósito, separados por uma barra.

- DEPÓSITO EM ATRASO ____/____

NOTA: indicar o número do mês ou o do trimestre seguido da dezena do ano de competência do depósito, separados por uma barra.

- DEPÓSITO JUDICIAL

- DEPÓSITO DO ARTIGO 32

- JCM RECOLHIDOS

- JCM CREDITADOS

- TRANSFERÊNCIA A CRÉDITO - DEPÓSITOS

- TRANSFERÊNCIA A CRÉDITO - JCM

- COMPLEMENTAÇÃO DE TRANSF. - DEP.

- COMPLEMENTAÇÃO DE TRANSF. - JCM

- SAQUE DE DEPÓSITOS - CÓDIGO ...

- SAQUE DE JCM - CÓDIGO

NOTA: - Indicar o código do saque

- SAQUE DE DEPÓSITOS - CASA PRÓPRIA

- SAQUE DE JCM - CASA PRÓPRIA

- TRANSFERÊNCIA A DÉBITO - DEPÓSITOS

- TRANSFERÊNCIA A DÉBITO - JCM
- REVERSÃO DE JCM
- TRANSFERÊNCIA DE DEPÓSITOS AO BNH
- TRANSFERÊNCIA DE JCM AO BNH
- REGULARIZAÇÃO A CRÉDITO - DEPÓSITO
- REGULARIZAÇÃO A CRÉDITO - JCM
- REGULARIZAÇÃO A DÉBITO - DEPÓSITOS
- REGULARIZAÇÃO A DÉBITO - JCM
- RESTITUIÇÃO DEP. - CASA PRÓPRIA
- RESTITUIÇÃO JCM - CASA PRÓPRIA
- DEP. TRANSF. P/CONTA...
- JCM TRANSF. P/CONTA...
- DEP. TRANSF. DA CONTA...
- JCM TRANSF. DA CONTA...
- REPOSIÇÃO DE DEPÓSITOS
- REPOSIÇÃO DE JCM
- DEVOLUÇÃO DE DEPÓSITOS
- DEVOLUÇÃO DE JCM

CARTÓRIO DE NOTAS

Bel. Severino José Alves e Silva

Tabelião Público

Bel. Gabriel Guerra de Moraes

Substituto

Kepler Amaro de Moraes

Substituto

Milton Moreira da Silva

Escrivente Autorizado

Rua Marquês do Recife, 154-3º and

Fones: 224-2861 - 224-4799

Recife - PE

Recife

Autentico a presente copia fotostatica
que é a reprodução fiel do original que
me foi apresentado sem rasuras, danos

de 10

TABELIÃO PÚBLICO

VALOR - Valor relativo ao lançamento indicado no históri
co

SALDO DA CONTA

- DEPÓSITOS - Saldo relativo aos depósitos creditados na
conta vinculada

- JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA - Saldo relativo aos juros e correção monetária creditados na conta vinculada
- TOTAL - Soma dos saldos relativos a depósitos e a juros e correção monetária

NOTA: O campo constante do rodapé do extrato poderá ser utilizado pelo Banco Depositário para a veiculação de mensagens julgadas convenientes em cada oportunidade

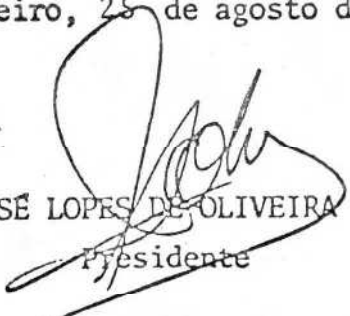
4.1 - Os valores correspondentes a débitos efetuados na conta vinculada devem ser assinalados à direita com sinal negativo.

4.2 - É facultado ao Banco Depositário utilizar modelo de extrato diferente do instituído por esta instrução, para as contas de que não sejam titulares empregados optantes.

5 - A partir de 1984, todos os Bancos integrantes da rede arrecadadora do FGTS deverão processar as contas de que sejam depositários com a utilização de sistema de computação eletrônica.

6 - A presente Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1982


JOSE LOPES DE OLIVEIRA
Presidente

NOME DO EMPREGADO		NOME DA CONTA NO FSTB		POLINA	
MS DO PIS/PASEP/CPF	CARTEIRA DE TRABALHO	UNID. TRAB.	ADMISSÃO	TAXA	SITUAÇÃO DA CONTA
AGÊNCIA DEPOSITADORA		OPÇÃO		OPÇÃO RETROATIVA	AFASTAMENTO
NOME DA EMPRESA		CNC/CPF/INSCRIÇÃO NO INPIB			
ENDEREÇO		CEP	CIDADE	UF	
MOVIMENTAÇÃO DA CONTA NO SEMESTRE					
DATA	HISTÓRICO		VALOR		
SALDO DA CONTA		DEPÓSITOS	JUNTA E CORREÇÃO MONETÁRIA	TOTAL	

89 TABELÃO PÚBLICO

212
mm

Recife, 03 de fevereiro de 1984.

Ao

Exmo. Sr.

Dr. Jui² Presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 6a Região
Cais do Apolo - N E S T A

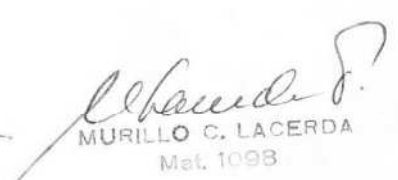
Ref .- Preposto (indica)

Tendo em vista a interposição de DISSÍDIO COLTIVO³ pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e de Capitalização e dos Agentes Autônomos e corretores de valores mobiliários contra o SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGUROS e o SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS_, onde figura esta EMPRESA como SUSCITADA, vimos indicar o BEL. JOSÉ LUCIANO DE MEDEIROS - OAB PE³ 6402 - para funcionar na qualidade de preposto e advogado da nossa Empresa.

Sendo o que se nos apresenta para o momento,
firmamo-nos,

atenciosamente,


Arthur Gomes do Mattos Netto
Mat. 7836


MURILLO C. LACERDA
Mat. 1098

EM BRANCO